

TEXTOS & DEBATES

Revista de Filosofia e Ciências Humanas
da Universidade Federal de Roraima

NÚMERO 14
JANEIRO A JUNHO DE 2008

Dossiê Guianas



UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Reitor: Roberto Ramos
Vice-Reitora: Gioconda Martinez
Diretor da Editora da UFRR: Rafael da Silva Oliveira

CONSELHO EDITORIAL PROFESSORES CONSELHEIROS

Alexander Sibajev
Armando José da Silva
Fábio L. Wankler
Jaci Guilherme Vieira
Marlene Grade

Nilza Pereira de Araújo
Rafael da Silva Oliveira
Robson Fernandes Farias
Rubens Savaris Leal
Simão Farias Almeida

TEXTOS & DEBATES

REVISTA DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA

Comitê Editorial

Ana Lúcia de Sousa
Maria Luiza Fernandes

Conselho Editorial

Profa. Dra. Ana Lúcia de Sousa (UFRR)
Profa. Dra. Carla Monteiro de Souza (UFRR)
Prof. Dr. Carlos Alberto Marinho Cirino (UFRR)
Profa. Dra. Déborah de B. A. P. Freitas (UFRR)
Profa. Dra. Francilene dos Santos Rodrigues (UFRR)
Prof. Dr. Jaci Guilherme Vieira (UFRR)
Profa. Dra. Madalena Vange M. C. Borges (UFRR)

Profa. Dra. Maria das Graças Santos D. Magalhães (UFRR)
Profa. Dra. Maria Luiza Fernandes (UFRR)
Prof. Dr. Maxim Repetto (UFRR)
Prof. Dr. Nélvio Paulo Dutra Santos (UFRR)
Prof. Dr. Reginaldo Gomes de Oliveira (UFRR)
Prof. Dr. Roberto Ramos Santos (UFRR)

Conselho Consultivo

Prof. Dr. Antonio Emílio Morga (UFAM)
Prof. Dr. Antônio Paulo Rezende (UFPE)
Prof. Dr. Durval Muniz de A. Júnior (UFRN)
Prof. Dr. José Ribamar Bessa Freire (UERJ)

Prof. Dr. Manoel Luiz Salgado Guimarães (UFRJ)
Profa. Dra. Maria Denise Guedes (UFSCar)
Prof. Dr. Nilson Cortez Crócia de Barros (UFPE)
Prof. Dr. Ramôn Peña Castro (UFScar)

Projeto Gráfico: Hefrayn Lopes

Ilustração de Capa: Rafaella Ráfea da Silva Pereira

Diagramação: Luiz Cláudio Corrêa Duarte e Vera Paula Duarte

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade dos autores

Dados Internacionais e Catalogação na Publicação (CIP)

TEXTOS e Debates/Universidade Federal de Roraima,

Centro de Ciências Humanas - V.1,n.1 (Ago - Dez 1995)
Boa Vista/RR: Editora UFRR, CCH, 1995.

Periodicidade Semestral
ISSN 1413-9987

1. Periódicos. 2.Ciências Sociais. 3.História -
Universidade Federal de Roraima

CDU:0 (05)

5 APRESENTAÇÃO

SUMÁRIO

11 **RELAÇÕES BRASIL-SURINAME:
CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA NO
CONTEXTO DA GUERRA FRIA (1975-1985)**

JOÃO NACKLE URT

41 **EM DEFESA DA DEMOCRACIA
E DO INTERESSE NACIONAL:
O BRASIL DIANTE DO INTERREGNO
KRAAG NO SURINAME (1991)**

CARLOS FEDERICO DOMÍNGUEZ ÁVILA

67 **ASPECTOS DA LITERATURA GUIANENSE:
POR UMA POÉTICA DA
APROXIMAÇÃO INTERNACIONAL**

JOSÉ TEIXEIRA FÉLIX

87 **RORAIMA INTERLIGANDO NAÇÕES:
BRASIL E GUIANA**

CARIANE DO NASCIMENTO PIMENTEL

103 **QUESTÃO DO PIRARA: RORAIMA**

REGINALDO GOMES DE OLIVEIRA

MARIA DAS GRAÇAS SANTOS DIAS MAGALHÃES

118 **A MEMÓRIA DE BRASILEIROS E GUIANENSES
SOBRE A REVOLTA DO RUPUNUNI
NA FRONTEIRA BRASIL - GUIANA**

MARIANA CUNHA PEREIRA

129 **PONTE DA EXCLUSÃO:
BRASIL, GUIANA E A PERVERSA
LÓGICA DA GLOBALIZAÇÃO**

LINOBERG BARBOSA DE ALMEIDA

EDIO BATISTA BARBOSA

147 **BOURDA:
A little Brazil em Georgetown**

REGINALDO GOMES DE OLIVEIRA

155 **We're only in it for the money:
o caso da tutela da floresta de
Iwokrama na República da Guiana**

FELIPE KERN MOREIRA

LIVRARIA & PAPELARIA DA EdUFRR

Nossa livraria é a única em
Roraima que trabalha exclusivamente
com livros de editoras universitárias.
Faça-nos uma visita!

EDUSC - PUC/SP - EDUFMG - EdUFBA - EDUSP -
EdFSM - EdUFG - EDITORA DA UNISINOS - EdUFSCar -
EdUERJ - EdUFRJ - EdUFSC - EdUFRGS - EDITORA DA UnB -
EDITORA DA UNESP - EDITORA DA FIOCRUZ - ASSOCIAÇÃO
EDITORIAL HUMANITAS - EDIPUCRS - EDUA - EDITORA DA UFV -
EDUFLA - EDITORA DA ULBRA - EdFRO - EDUFPA -
ENTRE OUTRAS..

ALÉM DA CLACSO (ARGENTINA) E UNESCO



www.editoraufrr.com.br



APRESENTAÇÃO

Após 13 anos da Revista Textos & Debates ter sido lançada na UFRR eis que apresentamos ao público o primeiro número temático: o Dossiê Guianas. Estando a UFRR localizada em um estado que faz fronteira com dois países, Venezuela e República Cooperativista da Guiana, torna-se importante que o Centro de Ciências Humanas (CCH) e a revista publicada por esse Centro tenham uma preocupação com essa realidade e incentivem as pesquisas e publicações sobre esses países e suas relações. Com esse intuito foi lançada a idéia de dossiês temáticos, sendo este o primeiro de uma série que, esperamos, se consolide como espaço de divulgação dos conhecimentos sobre a região.

Este número, especificamente, foi discutido a partir do Termo de Cooperação Técnica que estabeleceu parceria entre a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG) e a UFRR com vistas a criar, no Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais (NAPRI) da UFRR, o Centro de Estudos Brasil-Guiana (CEBRAG) para incentivar o desenvolvimento e elaboração de pesquisas sobre temas direcionados às relações internacionais, política comparada e à história comparada dos dois países.

É importante destacar que as relações Brasil-Guiana representam matéria pouco abordada na literatura científica e política de língua portuguesa, tornando a história e o cotidiano guianense algo desconhecido para os brasileiros. Este desconhecimento tem resultado em posturas preconceituosas dos brasileiros em relação aos guianenses e vice-versa. Posturas

que serão transcendidas pelo conhecimento resultante de estudos comprometidos com a ética e a ciência, as quais foram reconhecidas na UFRR, instituição que poderá contribuir com análises científicas e informações importantes para esclarecer elementos daquela relação e contribuir com a formulação da Política Exterior do Brasil.

Com essa compreensão, além do *Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais* – NAPRI, foi criada uma linha editorial junto à Editora da UFRR, a *Coleção Temas Contemporâneos*, que atende, igualmente, um conjunto de obrigações dispostas no *termo de cooperação técnica entre a FUNAG e a UFRR*: consoante o termo, a FUNAG se compromete a doar livros com acento na Diplomacia e Política Exterior do Brasil à UFRR, de autores brasileiros, guianeses e de outras nacionalidades, compreendendo diversas áreas do conhecimento como: Ciência Política, Direito, Economia, História e Relações Internacionais; premiar professores com notório conhecimento nas relações Brasil-Guiana, os quais poderão realizar estudos in loco nesse país, além de financiamento para o desenvolvimento de pesquisas, com repasse anual de até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A linha editorial permitirá a publicação dos trabalhos acerca das relações Brasil-Guiana, apesar de não se limitar a elas. A *Coleção Temas Contemporâneos* propõem contemplar assuntos que tratem de problemas situados nos séculos XX e XXI nas mais diversas áreas das Ciências Humanas sobre um mundo dinâmico e com fronteiras flexíveis, desde que tenham rigor metodológico e abordem assuntos internacionais.

O Núcleo Amazônico de Pesquisa em Relações Internacionais – NAPRI – surge para abrigar o Centro de Estudos Brasil-Guiana – CEBRAG – e apoiar projetos relativos à pesquisa no campo de estudo próprio das Ciências Humanas. O NAPRI conta com cinco linhas de pesquisa para lograr seu objetivo e três categorias de pesquisadores: o Pesquisador-adjunto – professores e pesquisadores da UFRR –, Pesquisador-associado – pesquisadores e professores de outras Instituições – e Pesquisador-colaborador – bolsistas, alunos de graduação e de pós-graduação. As linhas de pesquisa são: a) Política Internacional e Comparada; b) História das Relações Internacionais; c) Globalização, Regionalismo e o Contexto Amazônico; d) Migração, Cultura e Identidade; e) Ordenamento Territorial, Desenvolvimento Urbano e Representações.

A primeira linha, Política Internacional e Comparada, procura compreender a fenomenologia das relações internacionais com análises da política mundial e do comportamento estatal em perspectiva comparada. História das Relações Internacionais tem por objetivo a leitura das relações internacionais a partir de uma perspectiva histórica. Globalização, Regionalismo e o Contexto Amazônico considera como objeto de estudo os impactos dos processos globais, em especial os político-econômicos, nas diferentes regiões do mundo com foco especial à região amazônica da América do Sul. Migração, Cultura e Identidade apresenta duas abordagens complementares relativas aos processos sociais e aos processos simbólicos dos movimentos migratórios. Ordenamento Territorial, Desenvolvimento Urbano e Representações procura compreender a interação de aspectos econômicos, políticos e

sociais nos planos internacional, nacional e regional através da urbanização.

Imbuídos desse espírito de construção e pesquisa, a Revista Texto & Debates, junto com o NAPRI, concordaram na edição do Dossiê Guianas, o qual apresenta estudos e reflexões de estudiosos da UFRR e de outras Instituições sobre o tema. Os artigos contidos na revista apresentam os mais variados vértices de análises dentro do campo das Ciências Humanas e enriquecem a literatura especializada em língua portuguesa sobre as Guianas.

Provavelmente pela especificidade de fronteira com Roraima, a grande maioria dos textos recebidos são referentes a República Cooperativista da Guiana, sendo que dois abordam o Suriname.

Recebemos textos de pesquisadores da UFRR e de outras instituições, ampliando a área de atuação da Revista e cumprindo com seus objetivos de travar uma discussão interdisciplinar. Sobre o Suriname temos o texto de autoria de João Nackle Urt: “Relações Brasil-Suriname: construção de confiança no contexto da guerra fria (1975-1985)”, que trata da evolução dessas relações a partir de 1975, quando foi possível observar manifestações da identidade internacional Surinamesa, bem como a atuação do Brasil nesse processo. O segundo texto sobre esse país é de Carlos Federico Domínguez Ávila, que trata dessas relações no governo de Kraag, enfocando a participação de nosso país na democratização do Suriname dentro do contexto da geopolítica e dos interesses na região.

Os demais textos apresentam várias discussões sobre a República Cooperativista da Guiana em diferentes enfoques. Assim, o professor José Teixeira Félix traz uma abordagem sobre a literatura guianense, ainda pouco conhecida deste lado da fronteira em “Aspectos da literatura guianense: por uma poética da aproximação internacional”, ampliando a discussão para outros aspectos, incluindo o caráter geopolítico. Ainda nesse campo, a professora Carine do Nascimento Pimentel, em “Roraima Interligando Nações: Brasil e Guiana”, aborda questões relacionadas ao ensino da língua inglesa relacionando-a com a situação de fronteira com um país de língua inglesa e os “mitos existentes sobre a língua inglesa da Guiana”.

O artigo dos professores Reginaldo Gomes de Oliveira e Maria das Graças Santos Dias Magalhães, “Questão do Pirara: Roraima”, aborda uma temática ainda pouco explorada mas importante para compreensão das relações entre Brasil-Guiana. O texto faz referência ao Pirara, rio da Guiana, e denominou “o processo da disputa de terras e da proposta de definição da fronteira entre Brasil e ex-Guiana Britânica”.

Ainda nessa abordagem histórica de momentos significativos da história da Guiana e suas relações com o Brasil, a professora Mariana Cunha Pereira enfoca a Revolta do Rupununi, conflito armado cujo cenário foi à fronteira Guiana - Brasil em 1969, a partir das “narrativas e oralidade de alguns sujeitos sociais” envolvidos nesse cenário político.

Alguns desses sujeitos sociais também são enfocados no texto “Ponte da exclusão: Brasil, Guiana e a perversa lógica da globalização” quando os autores, Linoberg Barbosa Almeida e

Édio Batista Barbosa relacionam os problemas enfrentados pelos migrantes guianenses à luz de questões mais amplas como globalização, imperialismo, identidade e fronteira.

Ainda nesse enfoque de períodos mais recentes o professor Reginaldo Gomes de Oliveira apresenta uma abordagem sobre um bairro de Georgetown, Bourda, que o autor chama de “Little Brazil” devido a concentração de brasileiros nesse espaço e às relações sócio-culturais que se estabelecem e permitem situações de conflitos e de interação.

Por fim, temos o texto do professor Felipe Kern Moreira, sobre a tutela da floresta de Iwokrama na República da Guiana. O autor busca, à luz dos discursos teóricos em Relações Internacionais, compreender o fato de que um grupo de investidores, no primeiro semestre de 2008, reunido sob a personalidade jurídica da empresa *Canopy Capital*, negocia diretamente com a República da Guiana para assumir a tutela e o manejo ambiental da Floresta de Iwokrama.

Esperamos estar contribuindo para ampliar a divulgação de conhecimentos sobre essa região, ainda tão pouco explorada, pois temos clareza de que esse é o caminho para a extinção de todas as formas de preconceito e de estabelecimento de relações solidárias entre esses países.

Prof. Dr. Américo Alves de Lyra Júnior

Coordenador do NAPRI

Prof. Dra. Maria Luiza Fernandes

Comitê Editorial da Revista Textos & Debates

Prof. Dra. Ana Lúcia de Sousa

Comitê Editorial da Revista Textos & Debates

ARTIGO**RELAÇÕES BRASIL-SURINAME:
CONSTRUÇÃO DE CONFIANÇA NO
CONTEXTO DA GUERRA FRIA (1975-1985)**

RESUMO: O artigo trata da evolução das relações do Brasil com o Suriname por um período de dez anos, a partir de 1975. Nesse decênio, é possível observar as primeiras manifestações da identidade internacional surinamesa, bem como a atuação do Brasil para assegurar relações confiáveis com seu mais novo vizinho sem despertar protestos de hegemonia ou satelitização. O destaque vai para as relações havidas a partir de 1982, ano em que um novo golpe de Estado indicou que o Suriname poderia se tornar uma ditadura de esquerda, aliada de Cuba e da Líbia. Diferentemente do que o contexto da Guerra Fria sugeria, o governo brasileiro enviou uma missão diplomática para aprofundar a cooperação com o Suriname, logrando evitar a “cubanização” de seu vizinho.

Palavras-chave: Suriname – Brasil – relações internacionais

ABSTRACT: The present article deals on the evolution of Brazil-Suriname relations for a ten year period starting in 1975. Between 1975 and 1985, Suriname's first international identity manifestations can be observed, as can Brazil's efforts to warrant reliable relations with its then youngest neighbor, without generating protests against hegemony or 'satelitization'. Relations as from 1982 are given especial preeminence due to evidence indicating that Suriname would convert into a leftist dictatorship, allying with Cuba and Libya. Differently from what the Cold War context suggested, the Brazilian government dispatched

*Mestrando em Relações Internacionais na Universidade de Brasília (UnB)

a diplomatic mission aiming at enhancing cooperation with Suriname and deterring its neighbor's 'cubanization'.

Keywords: Suriname – Brazil – international relations

A Sérvia nunca foi um país economicamente relevante na Europa. Durante muitos séculos sob dominação otomana ou austro-húngara, sua limitada relevância estratégica se devia ao fato de estar situada na intersecção dos mundos cristão e muçulmano. A despeito dessa aparente insignificância, uma longa cadeia de relações e acontecimentos vinculados à política sérvia provocou a destruição do mundo europeu como conhecido até o século XIX durante a Primeira Guerra Mundial, e causa perturbações à segurança européia até contemporaneamente, como na questão do Kosovo.

Assim como a Sérvia, o Suriname é um país economicamente pequeno, aparentemente pouco relevante do ponto de vista estratégico e povoado por muitas etnias cuja convivência nem sempre é muito harmoniosa. Existem também, obviamente, muitas diferenças entre esses dois países. A Sérvia tinha laços políticos, econômicos e culturais com as grandes potências européias muito mais fortes do que os existentes entre o Suriname e outros países sul-americanos. Mas guardadas as devidas proporções, essa comparação é útil para alertar sobre a importância de um país como o Suriname para as relações internacionais brasileiras, notadamente nas questões de segurança e defesa. Se por um lado o potencial de ameaça militar direta que esse vizinho pode oferecer ao Brasil é muito pequeno, por outro lado sua eventual transformação em foco de terroristas, traficantes ou contrabandistas seria extremamente danosa para o Brasil, assim como teria sido durante a Guerra Fria a formação de um foco de comunistas. Da mesma forma, o risco de envolvimento de países extracontinentais no flanco norte do Brasil é claramente indesejável.

O presente artigo trata da evolução das relações do Brasil com o Suriname por um período de dez anos, a partir da independência desse último em 1975. Nesse decênio é possível observar as primeiras manifestações da identidade internacional surinamesa, bem como a atuação do Brasil para assegurar relações confiáveis com seu mais novo vizinho sem despertar protestos de hegemonia ou satelitização. O destaque vai para as relações

havidas a partir de 1982, ano em que um golpe de Estado indicou que o Suriname poderia se tornar uma ditadura de esquerda, aliada de Cuba e da Líbia. Nesse momento, enquanto Holanda e Estados Unidos optaram por sufocar a rebelião surinamesa por meio do corte da ajuda financeira que davam ao país, o governo brasileiro enviou uma missão diplomática para aprofundar o diálogo e oferecer uma opção ao Suriname. Enquanto os Estados Unidos intervinham militarmente em Granada, a pouco mais de mil quilômetros de distância da costa surinamesa, o Brasil escolheu o caminho da cooperação para evitar a “cubanização” de seu vizinho.

Adiante, um primeiro tópico apresenta o Suriname, sua situação geográfica e parte de sua história, desde o processo de independência, passando pela “rebelião dos sargentos” em 1980, até a radicalização sob o governo do comandante Desiré Bouterse, a partir de 1982. Apresentam-se também alguns aspectos das relações internacionais do Suriname e de sua política externa. Em seguida, descreve-se a situação internacional do Brasil na metade da década de 1970, as linhas gerais da política externa dos governos Geisel e Figueiredo, e o histórico detalhado das relações do Brasil com o Suriname, com as principais visitas oficiais e, sobretudo, a “missão Venturini” de 1983 e seus resultados.

O SURINAME: BREVE HISTÓRIA POLÍTICA E INSERÇÃO INTERNACIONAL (1975-1985)

O Suriname é pouco referido na historiografia da América Latina. Algumas das mais respeitadas obras de história latino-americana contemporânea, como a História da América Latina de Túlio Halperin Donghi (2005) e a História da América Latina organizada por Leslie Bethell (1999), não trazem nenhuma referência à história recente do Suriname. Isso se deve basicamente a quatro motivos. O primeiro é ter apenas pouco mais de três décadas de história independente, o que explica ainda não terem surgido muitos estudos sobre o país. O segundo é ser um país de dimensões pequenas, tanto do ponto de vista territorial, quanto do populacional e do econômico, o que tende a diminuir o interesse dos pesquisadores. O terceiro é ser o único

país sul-americano colonizado pela Holanda, o que, por um lado, o exclui teoricamente do grupo dos países latino-americanos e, por outro, representa uma dificuldade a mais no acesso dos pesquisadores a documentos e obras originárias do país: a língua holandesa. E o quarto é não estar inserido nem no Cone Sul, nem no Norte Andino e nem propriamente no Caribe, ou seja, não fazer parte de nenhum dos grandes sub-complexos da América Latina, e integrar uma própria e diminuta circunstância geográfica, o Escudo das Guianas.

Sendo assim, a título de contextualização, vai-se fazer um pequeno resumo da geografia e da história surinamesas antes de passar à análise das suas relações com o Brasil.

Independente da Holanda em 25 de novembro de 1975, o Suriname é um país situado no nordeste do continente sul-americano, entre a Guiana Francesa, o Brasil e a República Cooperativista da Guiana. A fronteira com o Brasil, do extremo oeste do Amapá até o norte do Pará, é de 593 km de divisores de águas (MRE, 2008), fronteira seca coberta por floresta amazônica, atualmente foco de intensa movimentação transfronteiriça de criminosos ligados principalmente ao tráfico de entorpecentes e ao contrabando (PROCÓPIO, 2007:98). Geograficamente, o país tem o privilégio estratégico de estar situado na intersecção entre Caribe, região Andina e Brasil, além de ter seu litoral completamente voltado para o Atlântico Norte, o que o coloca numa posição vantajosa para as relações com a Europa e os Estados Unidos. Tem um território de 163.265 km², pouco maior que o estado do Acre e pouco menor que o estado do Paraná, e uma população de 497.961 habitantes (IBGE, 2008), composta por diferentes grupos étnicos, entre os quais os principais são os indianos orientais, os indonésios, os crioulos negros e os indígenas, havendo também contingentes minoritários de brancos, árabes e chineses. Mais recentemente, tem havido imigração de brasileiros para o Suriname. Estima-se que atualmente haja em torno de 50 mil brasileiros vivendo nesse país, trabalhando nos garimpos de ouro e no comércio, e já existe na capital Paramaribo um bairro brasileiro (BBC, 2008). A língua oficial é o holandês, mas fala-se também o inglês, o hindu e um dialeto anglo-crioulo, com traços de português, chamado surinamês ou taki-taki (corruptela da palavra inglesa talk).

Em 2006, seu PIB totalizou US\$ 1,820 bilhão (IBGE, 2008). A extração de bauxita é a principal atividade econômica do país, responsável por quase oitenta por cento de suas exportações (BARSA, 1996).

Colonizado pela Companhia das Índias Ocidentais desde 1616, a então Guiana Holandesa obteve em 1954 “autonomia interna baseada num sistema político de tipo ocidental” e organizou-se em um sistema partidário de base étnica. A autonomia política não se refletiu em independência econômica: 90% das exportações do país tinham origem numa só empresa binacional norte-americana e holandesa, a Suralco (Surinam Aluminium Company). O nacionalismo surinamês apenas começou a emergir na década de 1970. Em 1973, greves e manifestações violentas beirando a guerra civil marcaram o fim da coalizão política crioula-hindustani. O clima de insegurança provocou a fuga de indústrias estrangeiras, intensificando os problemas sociais, sobretudo o desemprego. O regime do “padroado”, que consistia na “troca de um cargo de funcionário pelos votos de uma família”, não era mais capaz de suprir as necessidades de emprego do país, onde 28% da população economicamente ativa já trabalhava como funcionária pública (TRAA, 1975).

No ano de 1973, venceu as eleições a coalizão liderada por Henck Arron, que incluía o nacionalista Eddy Bruma, advogado formado na Holanda, partidário do “poder negro” e líder do ativismo pró-independência do Suriname. Arron foi nomeado primeiro-ministro e anunciou a independência do país para 25 de novembro de 1975. A crise social, aliada à vitória do partido crioulo nas eleições, seu grave desentendimento com o partido indiano e o anúncio da independência deram início a um êxodo de quase um terço da população da colônia, principalmente entre etnias asiáticas. Estima-se que algo entre 100 e 130 mil pessoas deixaram o Suriname rumo à Holanda nos anos em torno da independência.

Não havia temor de que a proclamação de 1973 provocasse uma reação violenta na metrópole. Os holandeses eram conhecidos por sua política liberal e, especificamente em 1973, o governo de Haia era ocupado pelo socialista Den Uyl, que desejava “liquidar os restos do colonialismo holandês de maneira exemplar” e receava “ser obrigado pela Constituição a empregar o exército holandês para reprimir as perturbações internas”, como ocorrera nas Antilhas

em 1969. Além disso, a enorme migração levou a Holanda a manter uma ajuda financeira ao Suriname no valor de US\$ 1,5 bilhão (a ser desembolsado ao longo de vários anos), a fim de permitir a criação de novos empregos e “incitar alguns surinamitas a voltar para sua terra” (TRAA, 1975; MACDONALD, 1988).

O sistema político que existiu no Suriname entre 1975 e 1980 combinava diversas características. Foi constituído como uma democracia parlamentar de inspiração ocidental, mas combinava características do *apanjaht* e da democracia consorcional. O *apanjaht* era o sistema de partidos com identificação étnica e a correspondente disposição popular de votar por sua própria raça. Assim, o primeiro-ministro Henck Arron era membro do Partido Nacional do Suriname, majoritariamente crioulo, e detinha aproximadamente 31% dos votos; o Partido Reformista Progressivo, de maioria hindustani, era liderado por Jagernath Lachmon, com 37% dos votos; e o Partido Camponês Indonésio era majoritariamente composto por javaneses, e detinha aproximadamente 10% dos votos. Havia ainda partidos minoritários de esquerda, sendo o principal deles o radical Partido Revolucionário Popular, liderado por Michael Naarendorp, e o marxista-leninista Partido Nacionalista da República liderado por Eddy Bruma. A democracia consorcional, importada da Holanda, consistia numa forma de governo em que as divisões étnicas ou ideológicas em sociedades plurais eram apaziguadas por meio de sistemas de proporcionalidade e compartilhamento de poder (MACDONALD, 1988:106).

O governo de Arron, a despeito dos conflitos étnicos (especialmente entre indianos e crioulos) e da maioria apertada no Parlamento, transcorreu sem grandes percalços. O primeiro-ministro tomou medidas estatizantes como o aumento dos impostos sobre a Suralco e a compra de participações em empresas estrangeiras, bem como inscreveu o Suriname na Associação Internacional da Bauxita (GLOBO, 1980a). Em 1976, o primeiro-ministro e chanceler surinamês Henck Arron fez sua primeira visita oficial a um país estrangeiro, o Brasil, tendo sido recebido pelo chanceler Azeredo da Silveira e outros ministros de Estado (RESENHA, 1976). Em 1977, o Suriname foi admitido na Organização dos Estados Americanos.

No mês de janeiro de 1980, a crise econômica e social refletiu-se numa greve de soldados do exército, que exigiam “aumento de soldos, melhores

oportunidades de promoção e maior liberdade no relacionamento com os oficiais do Exército” (GLOBO, 1980a). A resistência do governo em ceder às exigências dos suboficiais e dos soldados prolongou as tensões. Em represália à dura repressão governamental – proibição de funcionamento do sindicato dos soldados, condenação de membros do sindicato à prisão e promoção de busca no domicílio de sindicalistas num domingo (24 de fevereiro de 1980) – três sargentos do Exército lideraram entre 150 e 300 soldados numa rebelião, que derrubou o poder estabelecido e provocou a fuga do primeiro-ministro Henck Arron para a Guiana Francesa, deixando um saldo de seis – na versão oficial – a quase oitenta mortos – em versões que chegaram à Guiana Francesa (JORNAL DO BRASIL, 1980c). Entre as 2 e as 10 horas da manhã do dia 25 de fevereiro de 1980, os revoltosos atacaram o Quartel-General do Exército, dominaram uma canhoneira e bombardearam o Quartel-General da Polícia (JORNAL DO BRASIL, 1980b).

Após o sucesso do levante, foram cortadas as comunicações com o exterior, ocupados todos os quartéis e desarmada a polícia civil. Em seguida, os líderes da rebelião, os sargentos Badresein Sital e Laurens Neede – auto-proclamados Conselho Militar Nacional, juntamente com os sargentos Ramons Abrahams, Denis Horb, Charles Nelson Mijanls, Stanley Joeman e Desi Bouterse e o tenente Michael Van Rey – publicaram um comunicado em nome dos revoltosos, em que garantiam o respeito aos princípios democráticos e do interesse geral da população do Suriname, e ao mesmo tempo pediam ao povo a obediência às ordens do Conselho (JORNAL DO BRASIL, 1980a; GLOBO, 1980b). No dia seguinte, pela televisão, “os sargentos prometeram criar uma junta civil” o mais rápido fosse possível. (JORNAL DO BRASIL, 1980b). No dia 28 de fevereiro, o sargento Neede confirmou a suspensão por tempo indeterminado das eleições marcadas para o dia 27 de março de 1980.

A “rebelião dos sargentos”, como ficou conhecido o episódio, foi um golpe militar sem qualquer semelhança com os golpes que caracterizaram a política latino-americana desde 1960. Não tinha caráter revolucionário, tampouco reacionário. Não partiu de preocupações relacionadas à Guerra Fria. Não seguiu a lógica das doutrinas de segurança inspiradas nos Estados Unidos, nem de alinhamentos à União Soviética. Foi um levante militar provocado por

questões exclusivamente internas, quase que limitadas ao espectro das relações da classe militar com o governo. Mas o caráter não-ideológico do levante não era evidente para a comunidade internacional. Os Estados Unidos estavam preocupados nessa época com a disseminação de revoluções marxistas na América Central e no Caribe. A Revolução Sandinista logrou tomar o poder em 1979 na Nicarágua, reanimando o movimento revolucionário também em El Salvador (ATKINS, 1999:309). Jamaica e Granada estavam se aproximando de Cuba em 1980. No norte da América do Sul, ao lado do Suriname, a Guiana servira de “ponto de reabastecimento de aviões cubanos a caminho de Angola”. Os norte-americanos cogitaram estabelecer uma base da OTAN em alguma das colônias insulares holandesas (CARLOS, 1980). Com a reversão da ordem constitucional, o Suriname poderia se tornar um foco de instabilidade na América do Sul.

O presidente Johan Ferrier, que no regime parlamentarista surinamês representava mais uma autoridade moral que política, inicialmente foi mantido no posto, compondo o governo com membros de partidos minoritários de esquerda e partidos da oposição. Os três antigos partidos do apanjaht, desacreditados entre os novos governantes militares, foram banidos. O poder passou a ser exercido de fato pelo Conselho Nacional Militar.

Em agosto de 1980, um segundo golpe – dirigido pelo agora tenente-coronel, Comandante do Exército e chefe do Conselho Nacional Militar, Desi Bouterse – depôs o presidente Ferrier e o substituiu por Henk Chin-A-Sen, que ocupava até então o cargo de primeiro-ministro (GLOBO, 1980c; JORNAL DO BRASIL, 1982a).

Afirmou-se que o principal objetivo do golpe de agosto era “alijar do Governo pessoas favoráveis a Cuba” (JORNAL DO BRASIL, 1982a). Mas essa afirmação mal-esconde a complexidade da situação. Primeiro, porque a presença da esquerda no governo era necessária para que se pudesse contar com parceiros civis e estabelecer legitimidade popular. Segundo porque o principal objetivo do golpe era mesmo fortalecer e consolidar a presença dos militares no governo (MACDONALD, 1988:108). E terceiro porque o próprio Bouterse se mostraria simpático ao socialismo cubano nos anos seguintes, de maneira que não se sabe ao certo se o que houve foi uma

mudança na orientação ideológica de Bouterse, simples oportunismo pragmático ou se o comunicado foi apenas uma mentira utilizada para justificar a deposição de Ferrier.

Assim, o período entre 1980 e 1982 foi de consolidação dos militares no poder e eliminação de rivais. (MACDONALD, 1988:108). Essa fase intermediária incluiu o desmantelamento de um golpe organizado pelo vice-presidente deposto André Haakmat em 1981, e encerrou-se com dois novos golpes de estado em 1982, o primeiro, bem sucedido e o segundo, não.

No dia 4 de fevereiro de 1982, antes do segundo aniversário da rebelião dos sargentos, os militares surinameses, liderados mais uma vez pelo Comandante do Exército Desi Bouterse, depuseram o presidente Chin-A-Sen. A presidência da República passou a ser exercida interinamente por Bouterse. Embora Chin-A-Sen ocupasse apenas um cargo decorativo – o poder estava nas mãos de Bouterse e seus aliados militares desde 1980 (FOLHA DE S. PAULO, 1982a; MACDONALD, 1988:108; GUERREIRO, 1985:5) –, o clima político no país antes do golpe parecia estável. O presidente Chin-A-Sen contava com apoio popular e sindical, e os diplomatas brasileiros servindo em Paramaribo não perceberam qualquer anormalidade. Poucos dias antes do golpe – no dia 25 de janeiro de 1982 –, o chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, havia visitado o Suriname e fora recebido conjuntamente pelo presidente Chin-A-Sen e pelo coronel Bouterse sem que houvesse nenhuma animosidade aparente (JORNAL DO BRASIL, 1982a). Os motivos do golpe de 4 de fevereiro foram os desentendimentos entre o Conselho Nacional Militar e o presidente quanto à orientação pró-socialista e do estreitamento dos laços com Cuba, defendidos por Bouterse, bem como quanto ao retorno das eleições diretas, defendido por Chin-A-Sen (DEW, 1983:4; GLOBO, 1982a).

O segundo golpe partiu do mesmo grupo reacionário que tentou tomar o poder em 1981. Eram dissidentes da rebelião dos sargentos, insatisfeitos com os rumos que o país vinha tomando, sobretudo com a orientação socialista e neutralista imposta por Bouterse. No dia 11 de março de 1982, oficiais direitistas chefiados pelos tenentes Surendre Rambocus e Henri Gorre e pelo sargento-major Wilfred Hawker anunciaram ter deposto o governo esquerdista do Suriname. Mas o presidente conseguiu escapar e reuniu suas forças nos

arredores da capital, preparando uma eficaz contra-ofensiva. No dia 15 de março, Bouterse já tinha retomado o poder após haver capturado e fuzilado o sargento-major Hawker (DEW, 1983:4; CORREIO BRAZILIENSE, 1982a; GLOBO, 1982b; JORNAL DA TARDE, 1982; FOLHA DE S. PAULO, 1982b).

Em 1º de abril de 1982, foi empossado um novo governo civil, liderado pelo primeiro-ministro Henry Neyhorst. Após uma série de greves e protestos contra a orientação considerada excessivamente esquerdista do governo, o coronel Desi Bouterse voltou a assumir o controle absoluto do Suriname em 8 de dezembro de 1982 (DEW, 1983:4-5; FOLHA DE S. PAULO, 1982c). Ocorreu então, na semana seguinte, outro fato marcante, que ficou conhecido como o “massacre de dezembro”. Quinze líderes da oposição foram fuzilados pelo governo de Bouterse. Trinta-e-seis outros opositores foram assassinados sob alegação de estarem tentando escapar da prisão (DEW, 1983:6). O regime impôs um rigoroso toque de recolher, censurou a imprensa e interrompeu as comunicações com o exterior.

A repressão no Suriname, segundo testemunhos, contava com a participação de agentes cubanos e nicaragüenses. Na Europa e nos Estados Unidos, surgiram preocupações de que o Suriname pudesse se transformar em “uma 'cabeça de ponte' cubana para ameaçar as Antilhas Holandesas, no Caribe, a Guiana, a Venezuela e o próprio Brasil” (GLOBO, 1982c). As mortes de dezembro de 1982 marcam o fim da fase de consolidação de Desi Bouterse no poder e o início de um governo autoritário que apenas se encerraria em 1986.

O massacre de dezembro provocou reações intensas no meio internacional. A Holanda suspendeu prontamente o remanescente da ajuda financeira prometida em 1975, que ainda contava US\$ 750 milhões e que representava aproximadamente um terço do PIB surinamês. Os Estados Unidos também suspenderam a ajuda econômica de US\$ 1,5 milhão que davam ao país (MACDONALD, 1988:109; GLOBO, 1982c; JORNAL DO BRASIL, 1982b).

Entre 1980 e 1982, os observadores internacionais acreditavam que o país estava passando por uma guinada rumo à esquerda. Em diversas circunstâncias, Bouterse afirmou que transformaria o Suriname em um país socialista e revolucionário e conduziu as relações internacionais do Suriname para um novo formato. Desapareceu a quase-exclusividade de relações com a

antiga metrópole, Holanda, e com a superpotência capitalista, Estados Unidos, em favor de uma diversificação de contatos, sobretudo com representantes da esquerda latino-americana. Foram estabelecidas relações com os sandinistas na Nicarágua, com Cuba e com o movimento New Jewel em Granada. A Líbia também intensificou sua atuação no Suriname (MACDONALD, 1988:118).

Os holandeses, cuja reação em 1980 fora apenas de desapontamento, foram duros após o massacre de 1982. Suspenderam a ajuda financeira e se mantiveram comprometidos com a democratização do Suriname, em oposição a Bouterse. Com efeito, a perspectiva de liberação dos US\$ 750 milhões restantes da ajuda prometida em 1975 era uma forte motivação para os opositores de Bouterse no Suriname. Os Estados Unidos se mantiveram afastados. Embora tenham cogitado promover um golpe para depor Bouterse, acabaram dando preferência às atuações holandesa, brasileira e francesa que, do ponto de vista americano, serviam bem aos seus interesses (MACDONALD, 1988:117-118).

Os líbios chegaram a manter uma missão de aproximadamente cem instrutores militares. Acreditava-se que a Líbia poderia mandar tropas, caso o governo de Bouterse fosse desafiado por potências estrangeiras. O Suriname era considerado estratégico para os líbios em razão de sua vizinhança com a Guiana Francesa e sua proximidade com o Caribe, onde haviam grandes interesses norte-americanos e franceses. A presença líbia foi intensificada entre 1983 e 1986. Vale lembrar que a Líbia era considerada um inimigo perigoso do Ocidente capitalista, e colaborou com atividades terroristas contra pessoal norte-americano na Alemanha Ocidental, provocando a retaliação dos Estados Unidos com um ataque a Trípoli em 1986 (MACDONALD, 1988:114). Nicaragüenses e cubanos também intensificaram suas relações com o Suriname em 1982. Os sandinistas da Nicarágua enviaram em torno de trinta a cinquenta especialistas em logística e comunicações para organizar os “comitês populares” organizados pelo regime de Bouterse e criar uma milícia popular. Cuba foi um centro de treinamento de membros do partido de esquerda surinamês, o Partido Popular Revolucionário. Cogita-se que tenha havido uma presença de quinhentos cubanos no Suriname, e que eles tenham sido os responsáveis pelas execuções de dezembro de 1982 (GLOBO, 1982c).

Observadores internacionais afirmaram que o Suriname estava caminhando para um regime comunista ao estilo cubano (ESTADO DE SÃO PAULO, 1982).

Desde o começo, mas principalmente após 1982, Desi Bouterse não mostrou ter um projeto estratégico claro para a inserção internacional do Suriname. Macdonald descreve a orientação internacional surinamesa sob Bouterse: “the 'revolution' followed an erratic course between the Left and the Right, complete with linkages, at various times or simultaneously, with Cuba, Brazil, and Lybia” (1988:109).

O “movimento errático” da política externa surinamesa deve ser explicado, à moda da Escola Francesa de história das relações internacionais (DUROSELLE, 2000), com recurso às forças profundas e aos homens-de-Estado¹. Entre as forças profundas deve-se destacar: (1) as constantes tensões étnicas, herança do projeto colonizador holandês; (2) a dependência econômica da produção e exportação de bauxita; e (3) a adoção do autoritarismo como regime de governo.

Sobre o primeiro ponto, não há muito o que explicar. A força das identidades étnicas – o sentimento de pertencer a um determinado grupo racial – sobrepujando a identidade nacional no Suriname dessa época, trouxe um poderoso fator de instabilidade ao país.

Quanto à dependência da bauxita, a renda oriunda do extrativismo mineral provoca efeitos sociais e econômicos danosos, conhecidos como “doença holandesa”. As enormes margens de lucro do extrativismo superam facilmente outras fontes de renda. O câmbio é apreciado, favorecendo as importações de bens de consumo e prejudicando outros setores de exportação. Os setores agrícola e industrial entram em declínio, tornando a economia cada vez mais dependente do setor extrativista mineral e emulando comportamentos de *rent-seeking*². Além disso, como o setor extrativista é intensivo em utilização de capital, ele provê poucos empregos e poucas

¹ Edward Dew propõe uma explicação que combina elementos dos sistemas de causalidades e.g. o regime autoritário e de finalidades e.g. a paranóia do chefe-de-Estado. Segundo Dew, “Bouterse's commandos [can be seen] as fundamentally pragmatic power-seekers succumbing to the paranoia that all illegitimate leaders are heir to” (DEW, 1983:7).

² *Rent-seeking* é uma expressão correntemente utilizada na literatura de economia política internacional que designa o comportamento de busca de obtenção ou preservação de renda através de meios políticos, em vez de meios economicamente saudáveis como o trabalho ou a inovação empreendedora (KRUEGER, 1990).

conexões com o restante da economia (COPINSCHI, 2007:126). O Suriname sofre, portanto, com uma “maldição da bauxita”, semelhante à “maldição do petróleo” que acomete muitos países africanos. Os resultados sociais, no período estudado, foram o inchaço do setor governamental, com mais de um quarto da população economicamente ativa empregada no funcionalismo público; a adoção de práticas políticas pervertidas, como o já mencionado regime do “padroado” – uma espécie de *rent-seeking*; e, finalmente, a exacerbação das disputas por renda e sua tradução em movimentos sociais violentos, como a rebelião dos sargentos, cujo objetivo mal-disfarçado era, em última análise, a obtenção pela força das vantagens escassas oriundas da renda do extrativismo da bauxita.

O regime autoritário também é um aspecto essencial dentro do sistema de causalidades que ajuda a explicar as relações internacionais do Suriname. Segundo Gaddis, esse regime de governo atrapalha a formulação de uma política externa condizente com a realidade, porque os atores governamentais se sentem pouco à vontade para contrariar o chefe-de-Estado, mesmo que se apercebam de seus erros, produzindo assim um processo irracional de tomada de decisões (GADDIS, 1997:506). No caso de Bouterse, o assassinato não apenas de opositores mas também de ex-colaboradores de seu regime criou um clima pouco favorável à expressão de opiniões contrárias, e ajudou a produzir um governo esquizóide.

Quanto à psicologia de Desi Bouterse, existem mais dúvidas que certezas. É possível que se trate de uma personalidade psicótica – o que não é raro entre ditadores – a julgar por fatos como sua ameaça de inundar a capital Paramaribo explodindo a represa a jusante, caso ele fosse derrotado pelas forças rebeldes (MACDONALD, 1988:119), além dos testemunhos de que o ditador teria executado pessoalmente alguns de seus inimigos (DEW, 1983:4; ESTADO DE SÃO PAULO, 1983a). Mas é também possível que sua aparente irracionalidade fosse parte de um projeto pragmático destinado a conseguir no exterior os insumos financeiros para sua manutenção no poder, em substituição às verbas que acabara de perder da Holanda e dos Estados Unidos. Assim, à moda da “equidistância pragmática” praticada pelo Brasil durante a Segunda Guerra Mundial (CERVO e BUENO, 2002:250), é possível

que Bouterse tenha se aproveitado da Guerra Fria e das animosidades entre Brasil de um lado e Cuba e Líbia do outro, para tentar obter vantagens destinadas ao sucesso de seu projeto pessoal de poder.

BRASIL: POLÍTICA EXTERNA PARA O SURINAME (1975-1985)

No ano de 1975, o Brasil vivia um momento de otimismo, dosado pelas preocupações com o preço do petróleo. Após ostentar por vários anos seguidos taxas de crescimento econômico superiores a 10% ao ano, que levaram o Brasil à posição de oitava maior economia mundial, a crise do petróleo de 1971 vinha surtindo efeitos perniciosos na balança de pagamentos brasileira, ameaçando o projeto nacional-desenvolvimentista de industrialização apoiada por investimentos estatais. Esse novo cenário impôs transformações à atuação internacional brasileira.

Ao assumir a presidência em 1974, o general Ernesto Geisel deu início à política externa que chamou de *Pragmatismo Responsável*. A nova política externa representou a ultimção da “mudança de ênfase da área de segurança para a área de desenvolvimento” (VIZENTINI, 1998:206). Duas diretrizes dominaram a orientação externa brasileira: assegurar o fornecimento de petróleo e garantir mercados de exportação para os produtos brasileiros.

A fim de aproximar-se dos países árabes e assegurar o abastecimento de petróleo, o Brasil abandonou a imparcialidade formal (favorável a Israel) no conflito israelo-palestino. Para expandir o mercado de exportações junto aos países africanos, reduziu a intensidade das relações com a África do Sul e abandonou o apoio ao colonialismo português, reconhecendo imediatamente a independência de Angola sob o governo de esquerda do MPLA, em 1975. Reforçou as relações com a Europa Ocidental, o Japão e o Canadá, porque representavam uma alternativa a Washington e, nessa mesma lógica, manteve a aproximação comercial e técnica com o Leste Europeu e reatou as relações diplomáticas e comerciais com a China Popular. Quanto ao reingresso de Cuba na Organização dos Estados Americanos, o Brasil absteve-se de votar (para não votar a favor – o que provocaria reações internas, por parte da linha-dura – e para não votar contra – o que provocaria acusações de subimperialismo a serviço dos Estados Unidos, nos vizinhos americanos) (PINHEIRO, 1987).

O grupo de militares conservadores conhecido como a “linha-dura” fez oposição ao reatamento das relações com a República Popular da China e ao reconhecimento da independência de Angola, e sua presença influenciou no voto do Brasil quanto ao reingresso de Cuba na OEA. Ainda era forte entre esses militares a doutrina das “fronteiras ideológicas”, segundo o qual o conceito de soberania “não mais se fundaria em limites e fronteiras geográficas dos Estados e sim no caráter político e ideológico dos regimes” (MONIZ BANDEIRA, 2003:386). Assim sendo, os Estados americanos deviam intervir em qualquer outro país do continente para manter afastada a ameaça comunista. Com base nessa divisão, o Brasil deveria ter relações apenas com os países do mundo ocidental-capitalista, deixando de lado os países comunistas. A grande conquista do presidente Geisel em matéria de política externa foi tê-la libertado da “camisa de força ideológica que dificultara [...] a diversificação das relações do Brasil” (PINHEIRO, 2004:45), permitindo ao país comportar-se da maneira que fosse mais conveniente do ponto de vista do projeto nacional-desenvolvimentista.

Assim, livre da doutrina das fronteiras ideológicas, o Brasil podia começar a libertar-se da pecha de imperialista, subimperialista, ou aliado-chave dos Estados Unidos no subcontinente. A atuação continental do governo brasileiro durante os governos de Castelo Branco, Costa e Silva e Médici – a participação na intervenção norte-americana na República Dominicana (1965), a “Operação Trinta Horas”, que programava a invasão do Uruguai caso vencessem as eleições as forças de esquerda (1971), o envolvimento nos golpes de estado na Bolívia (1973) e no Chile (1973) – levava os vizinhos latino-americanos a agudas desconfianças. Assim, nos governos de Geisel e Figueiredo, “o Brasil procurava desfazer a imagem de uma pretensa hegemonia perseguida no continente” (MIYAMOTO, 1989:147). Estava aberto o caminho para uma relação mais cooperativa com a América do Sul.

Especificamente a região das Guianas passou a receber maior atenção do governo brasileiro, na década de 1970, em grande parte devido às doutrinas de geopolítica formuladas na Escola Superior de Guerra (ESG), por Golbery do Couto e Silva, Mário Travassos, Carlos de Meira Mattos, entre outros, que destacavam a necessidade de proteger as fronteiras e ocupar a Amazônia. Notadamente o trabalho do general Meira Mattos, sugeria substituir a

rivalidade do Brasil com a Argentina por uma relação mais cooperativa, o que liberaria recursos para que o Brasil se concentrasse na defesa da região Norte (KELLY, 1984:459).

A política externa brasileira de apoio à descolonização permitiu o pronto reconhecimento da independência do Suriname pelo governo Geisel (VIZENTINI, 1998:230). O primeiro contato oficial entre os dois países foi a visita do primeiro-ministro e chanceler surinamês Henck Arron, de 21 a 25 de julho de 1976. Nessa ocasião, o chanceler brasileiro Azeredo da Silveira ressaltou a importância dos princípios da integridade territorial dos Estados e o da inviolabilidade de suas fronteiras (RESENHA, 1976:41), eliminando assim a chance de reclamações futuras por parte do Suriname com relação à fronteira com o Brasil. Foram assinados, nessa ocasião, os primeiros tratados bilaterais: um Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, um Convênio de Intercâmbio Cultural e um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica. Foi instituída uma comissão mista Brasil-Suriname, para analisar os meios necessários a aumentar o intercâmbio comercial bilateral e a cooperação econômica, técnica e científica entre ambos.

O Suriname também apareceu na política externa de Geisel em razão do Tratado de Cooperação Amazônica, assinado em 1978, juntamente com Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela e Guiana. Para o Brasil, era interessante aproximar-se dos vizinhos do Norte porque a maioria dos países amazônicos possuía reservas de petróleo e potencial para se tornar consumidor de produtos industrializados brasileiros. Uma análise mais detida permite observar uma grande gama de objetivos que a diplomacia brasileira esperava alcançar com o tratado. Um deles era trazer para as discussões a Guiana e o Suriname, “tirando-as do isolamento a que estavam submetidas como ex-colônias” (MIYAMOTO, 1989:149-150).

Mas com o Tratado de Cooperação Amazônica a diplomacia brasileira pretendia também melhorar as relações bilaterais com os países vizinhos, diminuir o risco de intervenção de potências extracontinentais na Amazônia, afastar temores quanto ao suposto expansionismo brasileiro e, enfim, adquirir aliados mais próximos (ou oponentes menos unidos) que permitissem ao Brasil uma base continental sólida para sua política externa independente (FERRIS, 1981:161).

Para Celso Lafer, a proposta do pacto amazônico tinha por objetivo criar um clima cooperativo na bacia amazônica de modo a balancear as dificuldades sustentadas com a Argentina em torno da questão de Itaipu (LAFER, 1979:56). Havia mais de dez anos que os argentinos buscavam retardar a instalação da usina, porque entendiam que esse era um passo significativo na consolidação do Brasil como principal potência da América do Sul. A Argentina se utilizava de argumentos jurídicos que beneficiavam países, como ela, situados a jusante de rios internacionais. Em razão da resistência argentina, o chanceler brasileiro Azeredo da Silveira “escolheu fortalecer seus argumentos jurídicos na questão dos rios mediante a melhoria dos laços políticos e econômicos com aqueles países nos quais o Brasil tem uma posição a jusante”, que eram exatamente os países amazônicos (SPEKTOR, 2002:95).

A solução do contencioso da Bacia do Prata, pelo presidente Figueiredo em 1979, permitiu ao Brasil aprofundar a nova orientação sul-americana da política externa brasileira, timidamente iniciada no governo Geisel.

FIGUEIREDO: UM EXERCÍCIO DE SEGURANÇA SOB A DIRETRIZ DESENVOLVIMENTISTA

Em 1979, junto com a posse do presidente João Figueiredo no Brasil, tiveram início transformações no cenário internacional que desfavoreceram gravemente a posição do País no mundo. Desde a primeira crise do petróleo de 1971, países subdesenvolvidos importadores líquidos de petróleo, como o Brasil, “tiveram de endividar-se para continuar a sustentar o nível de atividade”. Entretanto, antes de 1979, os petrodólares abundantes tinham mantido os juros internacionais a taxas praticamente negativas. Quando uma nova crise do petróleo assolou o planeta em 1979, o desequilíbrio nas balanças de pagamentos dos Estados Unidos e da América Latina provocou “a elevação descomunal das taxas de juros (agora flutuantes) dos empréstimos contraídos em dólar, com terríveis conseqüências para os tomadores”. As taxas de juros atingiram picos de 21% ao ano a partir de 1979, o que teve efeitos avassaladores para a balança de pagamentos brasileira (ALMEIDA, 2001:116).

Em 1980, os Estados Unidos elegeram para a presidência da república um conservador, o republicano Ronald Reagan, que intensificou as hostilidades

com a União Soviética, levando alguns historiadores a denominarem o período de 1980 a 1988 de “Segunda Guerra Fria” (HOBBSAWM, 1997:242). Para a América Latina, a retomada do enfoque ideológico dos conflitos e o abandono das tentativas de Diálogo Norte-Sul pelos Estados Unidos manifestaram-se bastante claramente por ocasião de três eventos.

Primeiro, durante a Guerra das Malvinas (1982), os Estados Unidos manifestaram apoio à Grã-Bretanha em detrimento de suas relações com a Argentina. Esse fato expôs a fragilidade do sistema interamericano de segurança (TIAR) quando confrontado com a aliança do tratado do Atlântico Norte (OTAN). Segundo Letícia Pinheiro, a crise das Malvinas evidencia que “a falência do sistema interamericano se devia ao fato de este ter sido montado, desde o início, sobre a falácia do alinhamento automático aos Estados Unidos”, isto é, sobre o discurso de que a paz e a segurança no hemisfério americano dependiam tão-somente do alinhamento da América Latina aos Estados Unidos (PINHEIRO, 1986:595). Segundo, ainda em 1982, a CIA organizou e financiou um grupo paramilitar de direita na Nicarágua, com o objetivo de combater a Revolução Sandinista. E terceiro, em 1983, os Estados Unidos invadiram a república de Granada que, assim como a Nicarágua, sofrera um golpe de Estado de orientação marxista. Esses dois últimos acontecimentos deixaram claro que os norte-americanos não titubeariam em utilizar meios militares para combater a ascensão de governos de esquerda no subcontinente.

Assim, a interrupção da *détente* e a acirramento do conflito ideológico Leste-Oeste promovidos pelo presidente dos Estados Unidos a partir de 1981, aliados à crise e ao desmantelamento do movimento terceiro-mundista, puseram fim às tentativas de diálogo Norte-Sul e às políticas reivindicatórias que se baseavam nessa divisão vertical do mundo (SENNES, 2003:66-73).

O desafio da diplomacia brasileira do período era, pois, harmonizar esse contexto externo que impelia a pensar as relações internacionais em termos de segurança, com o âmbito interno em que a segurança vinha sendo substituída pelo desenvolvimento como tema prioritário desde o governo do presidente Geisel. Era indispensável lidar adequadamente com os riscos de subversão interna, exportação de revoluções comunistas ou explosão de conflitos convencionais que pudessem trazer o conflito Leste-Oeste para o território da

América do Sul e, ao mesmo tempo, fazê-lo de uma tal maneira que deixasse clara a opção brasileira por pensar as relações internacionais em termos de cooperação para a promoção do desenvolvimento.

É exatamente nessa encruzilhada que se situam as relações bilaterais entre Brasil e Suriname do período. A alteração anormal da ordem política surinamesa que teve início com a “rebelião dos sargentos” em 1980 e se consolidou com o “massacre de dezembro” de 1982, trouxe consigo um potencial de radicalização à esquerda. Além disso, a reação da comunidade internacional aos eventos de 1982 – suspensão da ajuda financeira pela Holanda e pelos Estados Unidos – forçou o Suriname a buscar outras fontes de recursos, ainda que fosse preciso flertar com países comunistas.

Após o golpe de 1980, o governo brasileiro manteve sua posição tradicional de não-intervenção em assuntos internos de outros países (GLOBO, 1980a). A Venezuela, a título de comparação, imediatamente manifestou por meio de seu chanceler que “não [considerava] positiva a interrupção da ordem democrática no Suriname” e que poderia suspender a assistência que dava ao país (GLOBO, 1980b).

Durante 1981, o Brasil manteve relações normais com o Suriname. A rebelião dos sargentos apenas aumentou a atenção da diplomacia brasileira com relação ao país. No início de 1982, ainda sob a presidência de Henck Chin-A-Sen, o chanceler brasileiro Saraiva Guerreiro promoveu uma visita oficial ao Suriname. Em 25 de janeiro de 1982, Saraiva Guerreiro discursou em Paramaribo. O chanceler começou seu discurso descrevendo o contexto internacional e criticando a postura militarista dos Estados Unidos, ao estender automaticamente o conflito Leste-Oeste à América Latina:

O panorama internacional se caracteriza, na atualidade, pela exacerbação dos conflitos, pela sucessão de crises e pelo recrudescimento das confrontações, em prejuízo da convivência harmoniosa e pacífica entre os povos. A cooperação internacional para o desenvolvimento é posta em plano secundário com relação a concepções centradas nos conceitos de segurança e poder. [...] Tensões provenientes de outras regiões são transferidas a áreas do Terceiro Mundo, agravando freqüentemente a resolução de problemas regionais. Intensifica-se a corrida armamentista, [...] com um desperdício insano de

recursos tão necessários à correção dos desequilíbrios econômicos internacionais. (RESENHA, 1982:61-62)

Também está contida nesse discurso a “tese da cooperação necessária” (RIBAS, 2006). Segundo essa tese, surgida na diplomacia de Juscelino Kubitschek, o fortalecimento das economias periféricas era a maneira mais eficaz de integrá-las ao esforço comum de proteção do hemisfério. Assim, a promoção do desenvolvimento era essencial à segurança continental e poderia evitar a posterior intervenção nos países que, impulsionados por forças sociais internas, acabassem adotando o caminho da revolução e fossem cooptados pela estratégia global da União Soviética.

Saraiva Guerreiro prossegue afirmando que o Brasil pretendia adotar a tese da cooperação necessária nas suas relações com os países vizinhos:

Estamos permanentemente dispostos a renovar nossos esforços em favor do estabelecimento de uma ordem internacional caracterizada pelas relações de cooperação, e não de poder, pela igualdade, e não pela hegemonia [...]. (RESENHA, 1982:62)

Por fim, critica a um só tempo as condutas dos Estados Unidos e de Cuba com relação à América Central, os primeiros porque praticavam a intervenção nos assuntos internos e a última porque mantinha programas de exportação e fomento de movimentos revolucionários:

Pela proximidade geográfica e pelos laços da amizade e cooperação que mantém com os países da América Central e do Caribe, o Brasil almeja que as situações de crise na região possam ser superadas, sem ingerências externas e com respeito à autodeterminação de seus povos, mediante o encaminhamento de soluções pacíficas e democráticas (RESENHA, 1982:62).

Assim, uma inovação da política externa brasileira sob o presidente Figueiredo, não apenas em relação ao Suriname, mas em relação a toda a América Latina, foi a utilização da tese da cooperação necessária para fundamentar discursivamente a substituição da identidade imperialista, subimperialista ou hegemônica que era atribuída ao Brasil, por outra

cooperativa, confiável e igualitária nas relações com a região. Durante o governo de Figueiredo, a tese da cooperação necessária deixou de ser um discurso direcionado ao comportamento dos países ricos e passou a pautar o comportamento do Brasil que, dessa forma, teve no Suriname uma chance de demonstrar a eficácia dessa tese na contenção da subversão comunista.

A importância da visita de Saraiva Guerreiro ao Suriname não impediu que apenas dez dias depois, em 4 de fevereiro de 1982, Bouterse tomasse o poder no país e desse início a um processo de radicalização e aprofundamento do autoritarismo instalado.

Com o massacre de dezembro de 1982, “tudo indicava que o Bouterse ia para uma posição de extrema esquerda, ligando-se a Cuba” (GUERREIRO, 1985:10). Na opinião de Saraiva Guerreiro, a Holanda e os Estados Unidos suspenderam a ajuda ao Suriname porque acreditavam que “Bouterse não poderia durar muito sem a ajuda da Holanda” (GUERREIRO, 1985:6). O chanceler brasileiro preferiu não estabelecer datas para a queda de Bouterse e, enquanto isso não ocorresse, era importante evitar o isolamento do Suriname. O governo brasileiro se manteve bem informado, inclusive com uma missão secreta do Serviço Nacional de Informações (SNI) ao Suriname (GUERREIRO, 1985:7).

O temor brasileiro em relação à radicalização no Suriname, expresso em diversas ocasiões na mídia escrita, se explicava porque Bouterse “começou a falar muito contra o imperialismo, contra os monopolistas, uma atitude de independência, Terceiro Mundo, países não alinhados, etc., em termos violentos”. Além disso, se mostrava “simpático à causa marxista, e via com agrado a possibilidade de explorar as relações com o regime de Fidel Castro”. Tanto Cuba quanto a Líbia se aproveitaram da fresta ideológica oferecida pelo novo ditador surinamês, e enviaram diplomatas e instrutores militares ao país, provocando preocupações também entre as Forças Armadas brasileiras, o próprio presidente Figueiredo e o governo norte-americano (GUERREIRO, 1985:7-8; MIYAMOTO, 1989:154). Por outro lado, o Itamaraty tinha bem claro que “Bouterse não era um ideólogo marxista-leninista”, não tinha uma opção ideológica clara (GUERREIRO, 1985:11) Como visto, sua vinculação a partidos radicais de esquerda foi consequência do rompimento com a antiga ordem

surinamesa, e não uma escolha ideológica (MACDONALD, 1988:108). Portanto, Bouterse poderia aceitar a inserção internacional de seu país no âmbito do Ocidente capitalista, desde que ela se mostrasse política e economicamente sustentável.

Desde 1980, o Brasil tinha poucas condições de oferecer ajuda financeira ao Suriname ou a quem quer que fosse, em razão da crise da dívida. Naquele ano, o chanceler apresentou pessoalmente um projeto de cooperação com a Guiana e o Suriname ao presidente Figueiredo, “que achou ótimo, gostou muito das informações”, mas replicou que não tinham dinheiro naquele momento para implementá-lo (GUERREIRO, 1985:5). Diante da situação, Saraiva Guerreiro entendeu que seria importante manter o Brasil como uma alternativa para Bouterse.

No começo de abril de 1983, teve início um rápido processo de inteligência que envolveu o presidente da República, membros do Conselho de Segurança Nacional, o chefe do Gabinete Militar, Danilo Venturini, o chefe do SNI, Otávio Medeiros, além do Ministro das Relações Exteriores, Saraiva Guerreiro. O presidente decidiu “que o [ministro Danilo] Venturini fosse como emissário pessoal dele ao Suriname” (GUERREIRO, 1985:8) com o objetivo de contrapor-se à cubanização daquele país e “impedir que a América do Sul fosse envolvida pela confrontação Leste-Oeste” (MIYAMOTO, 1989:155). Venturini foi escolhido porque, além de ser membro do mais alto escalão do governo brasileiro, era militar, como Bouterse. Além disso, sendo militar, sua ida ao Suriname serviria como mensagem clara aos cubanos (CONDE, 1983).

Entre 15 e 17 abril de 1983, o general Venturini liderou uma missão diplomática ao Suriname, que foi composta também “pelo chefe da Divisão da América do Itamaraty, Osmar Vladimir Chohfi, [pelo] conselheiro Fagundes Fernando, [pelo] coronel Quijano, do Conselho de Segurança Nacional, e [pelo] coronel Carrocho, do Serviço Nacional de Informações (SNI)” (ESTADO DE SÃO PAULO, 1983b). Programas de assistência civil e militar foram oferecidos a Paramaribo, incluindo cooperação técnica na área agro-industrial, estudos para a construção de usinas hidrelétricas e o aumento dos transportes aéreos e marítimos entre os países (CONDE, 1983), bem como “programas de treinamento militar, bolsas-de-estudo em universidades da Amazônia,

substancial incremento do comércio bilateral e até transmissão via satélite de jogos de futebol brasileiros” (JORNAL DO BRASIL, 1983). Também foi oferecida uma linha de crédito no valor de US\$ 70 milhões, utilizada principalmente para importar equipamentos militares de fabricação brasileira (MACDONALD, 1988:117).

A “missão Venturini” deu resultados. Ainda durante a visita, Bouterse disse a Venturini que “o Suriname está e pretende continuar na América do Sul, afastado como o Brasil de conflitos que lhe são estranhos”. Em discurso durante uma cerimônia, Bouterse reafirmou sua opção pela América do Sul: “O Suriname para os surinameses; o Brasil para os brasileiros; e a América do Sul para os sul-americanos” (ESTADO DE SÃO PAULO, 1983b), clara referência à Doutrina Monroe e clara resposta ao intervencionismo norte-americano da época.

Para além dos discursos, houve resultados práticos: Bouterse decidiu reformular o programa de governo que seria anunciado no dia 1º de maio, retirando-lhe o tom socializante (ESTADO DE SÃO PAULO, 1983c); em junho de 1983, Bouterse demitiu o principal simpatizante de Cuba no governo surinamês, o então Ministro Badresein Sital (CONDE, 1983; JORNAL DE BRASÍLIA, 1983) e em 27 de outubro de 1983, o Suriname rebaixou a representação diplomática cubana em Paramaribo e suspendeu, com aquele país, todos os acordos anteriormente firmados (MIYAMOTO, 1989:157; JORNAL DO BRASIL, 1983b).

O governo brasileiro teve uma postura clara sobre o problema: “resolvere bancar a estabilidade política do Suriname e aliviar as pressões dos EUA e da Holanda sobre o país, que levariam o Coronel Bouterse aos braços de Fidel Castro” (JORNAL DO BRASIL, 1983b). Com isso, ajudou a afastar o Suriname de Cuba e, mais que isso, afastar a América do Sul do conflito Leste-Oeste. Segundo Rubens Ricupero, é “a ação brasileira que afasta o risco de uma intervenção americana [no Suriname], antes de Granada, e que abre o caminho para a futura redemocratização” (RICUPERO, 1996:51). Cervo e Bueno também destacam a atuação brasileira em 1983 como tendo sido decisiva “para evitar que a crise interna [no Suriname] tendesse a uma solução enquadrada pela presença cubana no conflito Leste-Oeste” (CERVO e BUENO, 2002:451).

Entretanto, a imprensa brasileira da época exagerou o papel do Brasil nesses acontecimentos, afirmando categoricamente que “o Brasil afastou a cubanização do Suriname” (ESTADO DE SÃO PAULO, 1983b), como se esse efeito não tivesse dependido de outros aspectos da conjuntura internacional. É importante lembrar a atuação dos Estados Unidos, que não fez questão de esconder seus planos de apoiar um golpe de Estado para depor Bouterse e, em 26 de outubro de 1983, levou a cabo uma intervenção em Granada. Segundo Macdonald, “The US-led intervention in Grenada in October 1983 [...] curtailed Bouterse's flirtation with the Left: the Cuban delegation was asked to leave within days, and relations with Brazil warmed considerably” (MACDONALD, 1988:118). Com efeito, no dia seguinte à intervenção americana, Bouterse foi à televisão dizer que pretendia “evitar os erros de Granada”, justificando com isso o rebaixamento da missão diplomática cubana e o pedido de retorno do embaixador Oscar Cardenas a Cuba (JORNAL DO BRASIL, 1983b). A decisão de pedir a saída do embaixador cubano ocorreu apenas horas depois de confirmado o assalto a Granada (ESTADO DE SÃO PAULO, 1983c).

Outro exagero é interpretar os atos do governo surinamês como uma resposta inequívoca rumo a uma aproximação com o Ocidente capitalista em detrimento do Leste comunista. O Suriname continuou mantendo intensas relações com a Líbia, com programas de assistência militar e financeira (JORNAL DO BRASIL, 1986; ESTADO DE SÃO PAULO, 1986). Com a interrupção da barganha entre Brasil e Cuba, aproveitando-se do efeito simbólico do rebaixamento da delegação diplomática cubana, o Suriname pôde continuar praticando uma política externa pragmática – a exemplo da brasileira – sem amizades nem inimizades automáticas nem com os Estados Unidos nem com a União Soviética.

Ao mesmo tempo, a academia minimiza os efeitos da atuação brasileira no Suriname, porque deixa de considerar sua importância discursiva na construção, durante os anos 1980, da nova identidade sul-americana do Brasil. A maneira exemplar como o Brasil se comportou deve ser entendida não apenas no âmbito restrito daquelas relações bilaterais, mas deve ser considerada um ato de comunicação com os demais países sul-americanos, um ato de construção de confiança continental, afastamento das prevenções contra a possibilidade de um Brasil hegemônico e subimperialista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Suriname é um país pequeno mas com um grande potencial. Assim como a Sérvia se tornou um grande problema para a Europa, o Suriname pode se tornar um problema para o Brasil, caso se transforme em abrigo de criminosos ou em alvo de intervenção de potências extracontinentais. Por outro lado, tem também potencial para ser um importante parceiro do Brasil caso consolide sua democracia e dinamize sua economia.

O momento histórico descrito no presente artigo indica importantes regularidades no comportamento de Brasil e Suriname. A conduta brasileira mostra como o país respondeu aos desafios de segurança típicos dos anos 1980, combinando tradições diplomáticas que vão do juridicismo ao pragmatismo, com o objetivo de construir uma imagem confiável perante a América do Sul. Com medidas de construção de confiança, o Brasil logrou formar uma rede de paz e cooperação no subcontinente, que foi determinante para o aprofundamento da integração regional que viria nos anos 1990 sob a égide do Mercosul. A conduta surinamesa mostra que sua jovem diplomacia também soube conduzir o país por um rumo pragmático, utilizando-se inclusive de atos de efeito retórico grandioso, como o afastamento em relação a Cuba, para criar espaço de manobra para seu projeto nacional.

Dessa maneira, para aprofundar as boas relações bilaterais, cabe ao Brasil intensificar programas de cooperação para a promoção do desenvolvimento e da democracia no Suriname. O custo dessa cooperação seria muito pequeno para o Brasil, mas seriam grandes os benefícios dela advindos: manter em segurança quase 600 km de fronteira, entre outros. O cálculo da relação entre custo econômico e benefício estratégico é claramente favorável à aproximação entre esses dois países.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. (1985) Entrevista concedida ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC/FGV) em 8.4.1985, fita 28, versão digitada (21 páginas).

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. (1976) “Brasil recebe o primeiro-ministro e chanceler do Suriname”, RPEB, ano III, n°. IX, p. 39-44.

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL. (1982) “Os entendimentos do chanceler brasileiro com o Suriname e com a Guiana”, RPEB n°. 32, p. 61-77.

Livros e periódicos

ALMEIDA, Paulo Roberto de. (2001) “As duas últimas décadas do século XX: fim do socialismo e retomada da globalização”, in J. F. S. Saraiva (org.), *Relações internacionais: dois séculos de história: entre a ordem bipolar e o policentrismo (de 1947 a nossos dias)*. Brasília: IBRI, p. 91-174.

ATKINS, G. Pope. (1999) *Latin America and the Caribbean in the International System*, Boulder-CO: Westview Press.

BARSA, Nova Enciclopédia. (1996) *Datapédia e Atlas*, Rio de Janeiro; São Paulo: Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda.

CERVO, Amado L. e BUENO, Clodoaldo. (2002) *História da política exterior do Brasil*. Brasília, EdUnb.

COPINSCHI, Philippe. (2007) “Governance in African Oil-Producing Countries: State, Multinational Companies and Civil Society Organizations”, *Cena Internacional* 9 (1), p. 123-139.

DEW, Edward. (1983) “Suriname Tar Baby: The Signature of Terror”, *Caribbean Review* 12 (1), p. 4-7, 34.

DUROSELLE, Jean-Baptiste. (2000) *Todo império perecerá: Teoria das Relações Internacionais*, tradução de Ane Lize Spaltemberg de S. Magalhães, Brasília: EdUnB.

FERRIS, Elizabeth G. (1981) “The Andean Pact and the Amazon Treaty:

Reflections of Changing Latin American Relations”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 23 (2), p. 147-175.

GADDIS, John Lewis. (1997) *We Now Know: Rethinking Cold War History*, Oxford: Oxford University Press.

HOBBSBAWM, Eric. (1997) *A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Cia das Letras.

KELLY, Philip L. (1984) “Geopolitical Themes in the Writings of General Carlos de Meira Mattos of Brazil”, *Journal of Latin American Studies* 16 (2), p. 439-461.

KRUEGER, Anne O. (1990) “Government Failures in Development”, *Journal of Economic Perspectives* 4 (3), p. 9-23.

LAFER, Celso. (1979) “Politica exterior Brasileira: balanço e perspectivas” [Separata da Revista] *Dados* 22: 49-62, apud E. G. Ferris, “The Andean Pact and the Amazon Treaty: Reflections of Changing Latin American Relations”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 23 (2), 1981, p. 161.

MACDONALD, Scott B. (1988) “Insurrection and Redemocratization in Suriname?: The Ascendancy of the 'Third Path'”, *Journal of Interamerican Studies and World Affairs* 30 (1), p. 105-132.

MIYAMOTO, Shiguenoli. (1989) “Diplomacia e militarismo: o Projeto Calha Norte e a ocupação do espaço amazônico”, *Revista Brasileira de Ciência Política* 1 (1), p. 145-163.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. (2003) *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul* (da Tríplice Aliança ao Mercosul – 1870-2003), Rio de Janeiro: Revan.

PINHEIRO, Leticia de Abreu. (2004) *Política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

_____. (1987) *Foreign policy decision-making under the Geisel government: the President, the military and the foreign ministry*. Tese (PhD em Relações Internacionais) – London School of Economics and Political Sciences, Londres.

_____. (1986) “A Omissão Pragmática. A diplomacia brasileira na Guerra das Malvinas”, *Revista Política e Estratégia* 4 (4), p. 587-604.

PROCÓPIO, Argemiro. (2007) “A Amazônia caribenha”, *Revista Brasileira de Política Internacional* 50 (2), p. 97-117.

RIBAS, Marcelo de Oliveira. (2006) “A 'cooperação necessária' como idéia-força

na política exterior do Brasil (1958-2005)”, Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília.

RICUPERO, Rubens. “Brasil, América Latina e os EUA desde 1930: 60 anos de uma relação triangular”, in José Augusto Guilhon Albuquerque (org.), *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): Crescimento, modernização e política externa* (v. 1). São Paulo: Cultura Editores Associados, 1996, p. 37-60.

SENNES, Ricardo. *As mudanças da política externa brasileira nos anos 1980: uma potência média recém-industrializada*, Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

SPEKTOR, Matias. (2002) “Ruptura e legado: o colapso da cordialidade oficial e a construção da parceria entre o Brasil e a Argentina (1967-1979)”, Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) – Universidade de Brasília, Brasília.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. (1998) *Política externa do regime militar brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e construção de uma potência média (1964-1985)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS.

Jornais

CARLOS, Newton. (1980) “Geopolítica para os sargentos do Suriname”, *Correio Braziliense*, Brasília, 28/2/1980.

CONDE, Carlos. (1983) “Brazil in Suriname: See How a Regional Power Acts”, *World Paper*, p. 14.

CORREIO BRAZILIENSE. (1982) “Golpe militar tem êxito em Suriname”, Brasília, 12/3/1982.

ESTADO DE SÃO PAULO, O. (1982) “Diplomatas confirmam ação de cubanos no Suriname”, São Paulo, 22/12/1982.

_____. (1983a) “Bouterse matou dois de seus opositores”, São Paulo, 5/6/1983.

_____. (1983b) “Missão no Suriname afastou 'cubanização'”, São Paulo, 20/4/1983.

_____. (1983c) “Embaixador cubano sai do Suriname”, São Paulo, 27/10/1983.

_____. (1986) “Suriname tem ajuda militar da Líbia”, São Paulo, 17/12/1986.

FOLHA DE S. PAULO. (1982a) “Forças Armadas do Surinã dão golpe e assumem poder”, São Paulo, 6/2/1982.

_____. (1982b) “No Surinã, um sargento lidera golpe de Estado”, São Paulo, 12/3/1982.

_____. (1982c) “No Surinã, Exército assume plenos poderes”, São Paulo, 9/12/1982.

GLOBO, O. (1980a) “Rebelião de sargentos derruba Governo do Suriname”, Rio de Janeiro, 26/2/1980.

_____. (1980b) “Sargentos prometem entregar o poder aos civis no Suriname”, Rio de Janeiro, 27/2/1980.

_____. (1980c) “Sindicalista pode integrar o novo governo do Suriname”, Rio de Janeiro, 3/3/1980.

_____. (1982a) “Militares do Suriname afastam premier civil”, Rio de Janeiro, 6/2/1982.

_____. (1982b) “Esquerda foi deposta no Suriname, dizem rebeldes”, Rio de Janeiro, 12/3/1982.

_____. (1982c) “Repressão no Suriname: Cuba e Nicarágua acusadas”, Rio de Janeiro, 14/12/1982.

JORNAL DA TARDE. (1982) “O fim do golpe no Suriname”, 15/3/1982.

JORNAL DE BRASÍLIA. (1980) “Golpe militar no Suriname”, Brasília, 26/2/1980.

_____. (1983) “Suriname cumpre sua parte no jogo”, Brasília, 15/6/1983.

JORNAL DO BRASIL. (1980a) “Sargentos dão golpe e tomam poder em Suriname”, Rio de Janeiro, 26/2/1980.

_____. (1980b) “Suriname sob censura é controlado por sargentos”, Rio de Janeiro, 27/2/1980.

_____. (1980c) “Suriname suspende eleições e não diz quando serão feitas”, Rio de Janeiro, 29/2/1980.

_____. (1982a) “Militares tiram Presidente e controlam o Suriname”, Rio de Janeiro, 6/2/1982.

_____. (1982b) “Esquerdização e repressão no Suriname preocupam EUA”, Rio de Janeiro, 26/12/1982.

_____. (1983a) “Mistérios demais”, Rio de Janeiro, editorial do dia 22/4/1983.

_____. (1983b) “Suriname dá 14 dias para Cuba retirar diplomatas”, Rio de Janeiro, 27/10/1983.

_____. “Suriname assinou acordo militar com governo líbio”, Rio de Janeiro, 17/12/1986.

TRAA, Martin Van. (1975) “O Surinã Independente”, Folha de São Paulo, São Paulo, 2/12/1975.

Páginas da internet

BBC (British Broadcasting Corporation). (2008) “Suriname, um país distante do Brasil”, emissão radiofônica publicada na internet, capturada no endereço <http://noticias.uol.com.br/bbc/2008/03/14/ult2363u9730.jhtm>, no dia 14/3/2008.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Brasil. (2008) “Países@”, página com dados estatísticos de todos os países do mundo, capturada no endereço <http://www.ibge.gov.br/paisesat>, no dia 15/7/2008.

MRE (Ministério das Relações Exteriores), Brasil. (2008) “Divisão de Fronteiras”, página capturada no endereço <http://www2.mre.gov.br/daa/df.htm#item16>, no dia 19/6/2008.

ARTIGO

EM DEFESA DA DEMOCRACIA E DO INTERESSE NACIONAL: **O BRASIL DIANTE DO INTERREGNO KRAAG NO SURINAME (1991)**

RESUMO: O artigo aborda a conjuntura política surinamesa durante o governo interino de Johannas Kraag, entre dezembro de 1990 e setembro de 1991. Estudam-se as implicações para o Brasil derivadas da situação interna e dos condicionantes externos daquele país com relação a outros atores internacionais, especialmente a Holanda. O texto verifica a significativa cooperação brasileira com a democratização do Suriname, bem como a firme determinação de defender os interesses geopolíticos especificamente brasileiros no país e na região. A pesquisa utiliza principalmente documentação resgatada no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Palavras-chave: Suriname. Brasil. Democracia. Relações Internacionais.

RESUMEN: El artículo aborda la coyuntura política de Surinam durante el gobierno interino de Johannas Kraag, entre diciembre de 1990 y septiembre de 1991. Se estudian las implicaciones para el Brasil derivadas de la situación interna y de los condicionantes externos de aquel país con relación a otros actores internacionales, especialmente a Holanda. El texto verifica la significativa cooperación brasileña con la

*Doutor em História das Relações Internacionais.
Docente e pesquisador do Mestrado em Ciência Política do Centro Universitário Unieuro
(Brasília). E-mail: cdominguez_unieuro@yahoo.com.br

democratización de Surinam, bien como la firme determinación de defender los intereses geopolíticos específicamente brasileños en el país y en la región. La investigación utiliza principalmente documentación rescatada en el Archivo Histórico del Ministerio de Relaciones Exteriores de Brasil.

Palabras clave: Surinam. Brasil. Democracia. Relaciones Internacionales.

INTRODUÇÃO

Em 24 de dezembro de 1990, o presidente do Suriname, Ramsewak Shankar, recebeu ligação telefônica do comandante Ivan Graanoogst notificando-o que seu governo – iniciado democraticamente em 1988 – não era mais necessário. O chamado golpe do telefone resultou, efetivamente, na queda do Shankar e seu gabinete em 28 de dezembro. No dia seguinte, e procurando alguma forma de saída constitucional, a Assembléia Nacional, que seguiu funcionando normalmente, elegeu por aclamação – ainda que com críticas ao método adotado – os senhores Johannas Samuel Petrus Kraag e Jules Albert Wijdenbosch para os cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, respectivamente. Na verdade o governo Kraag foi resultado de intensas negociações entre o estamento militar, comandado desde 1980 pelo coronel Désiré 'Dési' Delano Bouterse, e os políticos tradicionais do poder legislativo – num país formalmente presidencialista, porém com características parlamentaristas. Acordou-se que o governo Kraag deveria ser interino, até a posse de um novo governo democraticamente eleito. No interregno, que vigorou até o mês de setembro de 1991, deveriam ser impulsionadas reformas econômicas, políticas e sociais – inclusive eleições parlamentaristas, em 25 de maio. Assim sendo, em 16 de setembro, o novo governo, de Ronald Venetiaan, tomou posse encerrando o período específico de interesse deste artigo.

Entretanto, as reações domésticas e internacionais ao golpe natalino e eventos subseqüentes no Suriname evidenciaram um quadro hostil para o governo Kraag. No campo doméstico, o país experimentava intensas contradições econômicas, políticas, sociais e culturais que se manifestavam nos seguintes tópicos específicos: (a) a complexa relação civil-militar, devido à

virtual tutela militar imposta pela Constituição de 1987 (artigos 177 e 178), (b) as persistentes divergências étnicas, religiosas e lingüísticas vigentes no país, (c) o conflito armado interno entre as forças armadas e seus aliados – indígenas Tukayanas – contra as guerrilhas do chamado Comando da Selva – dirigido pelo ex-sargento Ronnie Brunswijk –, (d) a crise econômica¹, (e) as divergências entre a faixa da costa, onde se localizam Paramaribo e as principais cidades, e o interior do país – floresta amazônica que ocupa quase 90% do território surinamês –, (f) a crescente presença de atividades ilícitas transnacionais, especialmente da questão do narcotráfico².

Paralelamente, a reação internacional ao golpe natalino foi bastante enérgica e crítica, particularmente de parte dos governos dos Estados Unidos (embargo econômico), da Holanda (embargo econômico), da Venezuela (suspensão das relações diplomáticas) e da França (apoio ao Comando da Selva de Brunswijk). No plano multilateral, a Organização dos Estados Americanos, a Comunidade Econômica Européia e o CARICOM condenaram o golpe. Inclusive o Brasil aprovou a resolução da OEA, de 28 de dezembro de 1990, pela qual repudiou categoricamente o golpe militar e chamou para uma pronta restauração da ordem institucional democrática no Suriname.

Na verdade, a posição do governo brasileiro diante do golpe natalino e do interregno Kraag era bastante complexa. De um lado, tratava-se de impulsionar o retorno à ordem constitucional em concordância com as outras potências com vínculos e interesses no país. De outro, tratava-se de resguardar os interesses geopolíticos, a influência e o patrimônio diplomático acumulado no Suriname pelas autoridades brasileiras – tanto civis quanto militares – desde 1983. Patrimônio este caracterizado pela estreita cooperação, inclusive na área da defesa – isto é, com o estamento militar comandado pelo coronel Bouterse. Acrescente-se que, propositadamente, o governo Kraag nomeou para cargos chaves do gabinete funcionários diretamente vinculados ao Brasil,

¹ A crise econômica do Suriname durante os anos 1980 se manifestou através da estagnação do produto interno bruto, do crescente déficit orçamentário, do aumento da inflação, da queda dos investimentos públicos, da queda da produção e do preço internacional da bauxita, da defasagem entre a cotação do câmbio oficial e do paralelo do florim surinamês com relação ao dólar, do crescimento do setor informal da economia, e do surgimento do mercado negro (BID, 1990, p. 180ss).

² No início da década de 1990 o estamento militar do Suriname foi acusado de ser conivente com tráfico internacional de drogas ilícitas, especificamente de cocaína colombiana para Holanda e outros países europeus.

tais como o chanceler Robby Ramlakhan (ex-aluno do Instituto Rio Branco) e o ministro da defesa Rupert Christopher (com formação em instituições de ensino e aperfeiçoamento de oficiais das forças armadas brasileiras). Deixando entrever a possibilidade de um estreitamento das relações bilaterais brasileiro-surinameses, em um momento particularmente difícil na história política daquele país.

Assim, o objeto específico deste estudo é avaliar a posição brasileira diante do interregno Kraag, reconhecendo a existência de alguns dilemas fundamentais, tais como os seguintes: como conciliar o esforço a favor da restauração democrática no Suriname e, simultaneamente, defender os interesses nacionais do Brasil – que incluíam o diálogo e a cooperação com o estamento militar comandado pelo homem forte do país, o coronel Bouterse –? Como conciliar o princípio da não-intervenção nos assuntos internos dos outros Estados com a pressão para garantir a retomada da ordem democrática e o respeito aos direitos humanos num país amazônico, fronteiro e diplomaticamente isolado? Como contribuir, de maneira construtiva, para o encaminhamento de uma solução aceitável internacionalmente e que, ao mesmo tempo, contemplasse os interesses geopolíticos brasileiros no Suriname (inclusive dando continuidade à polêmica cooperação militar com as forças armadas daquele país, procurando a profissionalização dos mesmos)?

Conciliar a promoção da democracia com os interesses geopolíticos brasileiros não foi simples no caso do interregno Kraag no Suriname. A pesquisa bibliográfica e a documentação primária resgatada no Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores – doravante AHMRE – sugerem que as autoridades políticas, diplomáticas e militares brasileiras tentaram persistentemente trabalhar junto a todos seus interlocutores em Paramaribo em favor de um pronto e definitivo retorno à ordem constitucional democrática. Particular interesse tanto de atores domésticos quanto externos foi a questão da capacidade brasileira para dialogar – e pressionar – o estamento militar surinamês, em geral, e o próprio comandante Bouterse, em particular. Acontece que das grandes potências com vínculos e interesses no Suriname à época do interregno Kraag, o Brasil era o único com possibilidades reais de interlocução direta e privilegiada com as autoridades militares. Conversar com

Bouterse e pressioná-lo desde dentro para garantir o retorno à ordem constitucional – sem que isto implicasse a ruptura da cooperação militar com aquele país – terminariam sendo as maiores contribuições brasileiras para a redemocratização do Suriname.

AS RELAÇÕES BILATERAIS BRASIL-SURINAME: BREVES ANTECEDENTES

O Brasil e o Suriname são dois países vizinhos, fronteiriços e amazônicos. Desde finais da década de 1970 e particularmente a partir de 1983 as relações entre Brasília e Paramaribo experimentaram uma sensível aproximação. A proximidade geográfica, o passado de cooperação modelar – sempre baseado no princípio da não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados –, os desafios em matéria de desenvolvimento sustentável (e especificamente amazônicos), e um crescente fluxo econômico, comercial e financeiro são tópicos fundamentais da agenda bilateral vigente nos últimos trinta anos (VISENTINI, s.d., FARÍAS, 2000)³.

Com efeito, as relações bilaterais brasileiro-surinameses desde 1975 até o golpe natalino e o surgimento do governo interino de 1991 podem ser estudadas em quatro fases relativamente claras: (a) a fase pós-colonial e dos contatos iniciais (1975-1980), (b) o período militar (1980-1987), (c) a fase Sarney-Shankar (1988-1990), e (d) a fase Collor-Kraag (1991).

Na fase pós-colonial e dos contatos iniciais, o Brasil e o Suriname começaram a interagir como Estados soberanos. Sob a perspectiva de Paramaribo era essencial manter certos vínculos fundamentais – especialmente de cooperação econômica, política e social – com a ex-metrópole. Em consequência, o relacionamento foi muito embrionário com os outros países, inclusive com o Brasil. Em 1975, o governo do presidente Ernesto Geisel emitiu decreto elevando o Consulado Geral do Brasil em Paramaribo à categoria de Embaixada, e inaugurando as relações diplomáticas formais entre as partes. Alguns acordos que tinham sido assinados entre o Brasil e a Holanda – por exemplo, o acordo de pesca em águas brasileiras –

³ Existe pouquíssima literatura brasileira sobre as relações bilaterais com o Suriname. Portanto, as referências bibliográficas incluem fundamentalmente publicações em língua inglesa.

continuaram vigorando por algum tempo. Entre 21 e 25 de junho de 1976, o primeiro-ministro do Suriname, Henck Arron, fez a primeira visita oficial ao Brasil, da qual resultaram (a) a assinatura de um Tratado de Amizade, Cooperação e Comércio, (b) a instituição de uma Comissão Mista Brasil-Suriname, (c) a celebração de um Convênio de Intercâmbio Cultural, (d) a assinatura de um Acordo Básico de Cooperação Científica e Técnica, e (e) entendimentos para possibilitar a participação de empresas construtoras brasileiras em empreendimentos surinameses. A diferença do polêmico regime de Forbes Burnham na vizinha Guiana, o governo de Arron (1975-1980) foi ideologicamente moderado e convergente com os interesses geopolíticos brasileiros naquela região (ELY, 1999; VISENTINI, s.d.). E, em 1978, o Brasil, o Suriname e mais seis países assinaram o Tratado de Cooperação Amazônica, com intuito de estimular o chamado desenvolvimento sustentável, cuidar melhor da floresta e evitar a interferência de interesses extra-regionais na bacia amazônica.

Vale acrescentar que à época da independência, o Suriname era um país bastante próspero (MACDONALD, 1988). Os holandeses deixaram uma democracia parlamentar. Também, um acordo de cooperação de quase US\$ 1,5 bilhão, sendo que deveriam ser aplicados \$ 100 milhões durante os seguintes 15 anos – porém os golpes militares de 1980 e 1990 implicaram na suspensão temporária de tais recursos, vitais para a economia surinamesa. E uma relativamente sofisticada indústria mineira, especialmente ligada à extração de bauxita. Sua pequena população de 400,000 habitantes era altamente alfabetizada, a expectativa de vida superava os 60 anos e o PIB per capita era dos mais alto do continente americano. Contudo, um intenso fluxo migratório implicou na saída de quase um terço da população surinamesa, especialmente para a ex-metrópole. Acrescente-se que a geografia econômica e política do Suriname compreende três regiões fundamentais: (a) a faixa costeira, onde estão concentradas as principais cidades, (b) o centro, onde predominam florestas e savanas, e (c) o sul, na fronteira com o Brasil, onde predominaria a extração de ouro – os garimpeiros brasileiros ocuparam a região a partir dos anos 1990 (HOOGBERGEN e KRUIJT, 2004).

Em termos étnico-religiosos, o panorama do país era bastante complexo. O processo de formação étnico-religiosa da moderna sociedade surinamesa inclui a coexistência de oito grupos específicos: os habitantes indígenas originários (tribos Arawak, de orientação panteísta), os europeus (holandeses, cristãos), os chamados crioulos (descendentes dos escravos após a abolição da instituição em 1863 e 31% da população do país, cristãos), os chamados *Maroons* ou *Bush Negroes* (descendentes de escravos fugidos para o interior do país e equivalentes aos quilombolas do Brasil, panteístas), os hindustanis (descendentes de trabalhadores contratados na Índia Britânica e 37% da população do país, hinduístas), os javaneses (descendentes de trabalhadores contratados na Indonésia holandesa, mulçumanos), chineses (descendentes de *coolies* contratados na China continental) e, recentemente – a partir da década de 1990 –, os brasileiros (basicamente garimpeiros na região sul do país, fronteiro com os estados do Pará e Amapá, cristãos). O mosaico étnico, religioso e lingüístico tem implicações políticas bastante evidentes no contexto do chamado sistema *apanjaht* – isto é, o voto fiel à origem socio-cultural (AFFIGNE, 1997; BRANA-SHUTE, 1996; MACDONALD, 1988).

O voto étnico-religioso se expressou claramente no – virtual – sistema parlamentarista, com predomínio do Partido Nacional do Suriname (*Nationale Partij* Suriname ou NPS, identificado com os crioulos e dirigido por Henck Arron e Ronald Venetiaan) e do Partido Unido Reformado (*Voovtstrevende Hervormings Partij* ou VHP, identificado com os hindustanis e dirigido durante muitos anos pelo presidente da Assembléia Nacional Lagernath Lachmon). O NPS e o VHP, junto a outros pequenos partidos políticos, são os pilares fundamentais da antiga e da nova Frente pela Democracia e Desenvolvimento, base de sustentação dos governos Ramsewak Shankar (1988-1990, derrubado pelo golpe do telefone) e Ronald Venetiaan (1991-1996, 2000-2005, e reeleito para o período 2005-2010). Contrário ao voto étnico-religioso surgiram, durante as décadas de 1980 e 1990, o chamado Partido Nacional Democrático (*Nationale Democratische Partij* ou NDP, ligado aos militares e dirigido por Bouterse) e a Alternativa Democrática '91 (ou DA, das classes medias e setores profissionais do país). Também existem outros pequenos

partidos que complementam o sistema político do Suriname vigente à época do interregno Kraag (AFFIGNE, 1997).

Durante a fase do governo militar (1980-1987) as relações bilaterais brasileiro-surinameses experimentaram uma sensível aproximação, principalmente após a chamada missão Venturini (abril de 1983). Resumidamente, em fevereiro de 1980, os militares, encabeçados pelo então sargento e posteriormente coronel Désiré 'Dési' Delano Bouterse, derrubaram o governo democrático de Arron – que foi acusado de corrupto e inoperante. Porém, o novo governo experimentou um crescente isolamento diplomático, especialmente após o assassinato de 15 opositores políticos em dezembro de 1982. A vital cooperação holandesa foi suspensa e o governo decidiu aproximar-se de Cuba e do antigo bloco soviético procurando assistência econômica, política e militar. A aproximação do Suriname a Cuba provocou uma grande preocupação em Washington (governo Reagan) e em Brasília (governo Figueiredo).

Foi nesse contexto de divergências leste-oeste que surgiu a chamada missão Venturini com objeto de cooptar o regime de Bouterse. Em troca de generosa cooperação econômica, financeira e militar brasileira, o Suriname deveria abandonar a órbita cubana e aproximar-se do Brasil e de outros países do bloco ocidental. Em consequência, a missão Venturini e acordos posteriores resultaram em um evidente salto qualitativo nas relações bilaterais, e especificamente com o estamento militar dirigido por Bouterse (ELY, 1999, VISENTINI, s.d.)⁴. Convém acrescentar que a especial relação entre as forças armadas brasileiras e surinameses derivou, a partir de 1983, em um relacionamento estreito, privilegiado e também polêmico, dado que, com o passar dos anos e no contexto dos processos de consolidação democrática, o Brasil começou a ser acusado de ser o principal apoio externo de Bouterse e suas veleidas atividades políticas antidemocráticas, inclusive à época do interregno Kraag (SINGH, 2007).

Vale acrescentar que, em julho de 1986, o panorama do Suriname foi transformado com o surgimento de um conflito armado interno, com forte

⁴ Ely (1999, p. 157) afirma com relação aos resultados da missão Venturini e eventos posteriores: “Lured by a diversified package of bilateral aid –from arms and military equipment to the postal service, farming and hydroelectric projects, as well as a line of credit to pay for all this- the Surinamese leaders accepted the tutelage of their power neighbor.” Segundo a mesma fonte, o governo do Primeiro Ministro holandês Rudolphus (Ruud) Lubbers recomendou às autoridades brasileiras “ser prudentes na transferência de armas ao Suriname e, se possível limitar as quantidades.”

orientação étnico-política. Durante seis anos, o regime de Bouterse – mesmo que normalmente o ditador não assumisse diretamente o cargo de presidente – foi enfrentado por uma guerrilha comandada, paradoxalmente, por um dos seus ex-guarda-costas, o Ronnie Brunswijk. De origem quilombola, Brunswijk comandou até o acordo de paz de 1992 o chamado Exército Surinamês de Libertação Nacional – ou simplesmente Comando da Selva. Teoricamente Brunswijk lutava contra Bouterse em função da democratização do país. Em tal sentido, recebeu ajuda aberta e encoberta dos surinameses residentes na Europa, dos quilombolas refugiados na Guiana Francesa (aproximadamente 10.000 em 1990⁵) e de alguns setores da oposição interna, bem como dos governos dos Países Baixos, dos Estados Unidos e da França. A principal região de insurgência na época era a fronteira leste do Suriname⁶. A resposta governamental ao desafio do Comando da Selva foi violenta e até certo ponto efetiva. Porém, provocou morte, destruição⁷, refugiados (inclusive para o lado brasileiro da fronteira⁸), crescente gasto improdutivo⁹, violação aos direitos humanos e intensos fluxos migratórios para fora do país. Na sua luta contra Brunswijk, o governo de Bouterse aliciou e armou tribos indígenas – os

⁵ Watson ao MRE, Ofício ostensivo n. 60, Paramaribo, 28.2.1991, AHMRE: PEXT-F07.

⁶ Em maio de 1991, a embaixada brasileira em Paramaribo informou ao Itamaraty que o cenário do conflito tinha as seguintes características: (a) o exército estaria ocupando a faixa costeira, onde se concentram as principais atividades econômicas e políticas do país, (b) os indígenas Tukayanas, aliados do governo, controlariam uma faixa longitudinal, ao sul da ocupada pelo exército, (c) o Comando da Selva – de Brunswijk – dominava a região da fronteira com a Guiana Francesa, e (d) as inexpressivas guerrilhas Mandela e Angula dominariam pequenas regiões afastadas do centro e leste do país.

⁷ Em fevereiro de 1991, o embaixador brasileiro relatou ao Itamaraty que: “Em viagem realizada no dia 12 do corrente mês à região oriental do Suriname [...] pude tomar conhecimento da extensa devastação provocada pela guerra civil iniciada em julho de 1986.” “Moengo, a 3ª cidade do país, embora não apresentando marcas de combates, parece mais uma cidade-fantasma [...] É no trecho Moengo-Albina entretanto que se notam mais claramente os efeitos do conflito: pontes de concreto dinamitadas, estradas apresentando crateras provocadas por explosões e praticamente todas as casas à beira da estrada destruídas.” Outrossim, “Na cidade de Albina, a devastação atinge talvez a 80% de suas construções, com os escombros obstruindo parcialmente as ruas. O serviço de balsas para transporte de veículos até a margem francesa do rio foi há tempos interrompido, não havendo previsão para o seu restabelecimento.” Watson a MRE, Ofício ostensivo n. 46, Paramaribo, 18.2.1991, AHMRE: POIN-F07.

⁸ Tratava-se da tribo indígena Trios, que viviam na região do alto Tapanahony. Os indígenas se deslocaram para o lado brasileiro da fronteira em função do conflito entre as forças armadas e o Comando da Selva.

⁹ Em função da urgente necessidade de apoio financeiro externo para manter vivo o seu governo, Bouterse procurou apoio com a Líbia de Gaddafi e com os cartéis colombianos de narcotráfico (ELY, 1999, p. 158s; MACDONALD, 1988, p. 114s).

chamados Tukayanas¹⁰. Ainda em 1985, foi assinado um acordo entre Bouterse e os líderes Arron e Lachmon para permitir um gradual retorno à ordem democrática que culminou com a outorga de uma nova Constituição (1987) e eleições parlamentaristas que resultaram na vitória da chamada Frente pela Democracia e Desenvolvimento (MACDONALD, 1988; BRANA-SHUTE, 1996).

A terceira fase das relações brasileiro-surinameses coincidiu com os governos democráticos de José Sarney e de Ramsewak Shankar. É digno de se destacar as visitas presidenciais recíprocas de 1989. Com efeito, Sarney visitou Paramaribo em março, e Shankar visitou Brasília em agosto¹¹. Ambos encontros resultaram na assinatura de acordos de cooperação bilateral de grande significado para os países. Na agenda bilateral destacaram-se a possibilidade de financiamento brasileiro para a construção da barragem de Kabalebo no Suriname; também, a cooperação em matéria agrícola – inclusive porque o presidente Shankar era formado em agricultura –, telecomunicações, saúde, infra-estrutura hidroviária pelo rio Suriname, prospecção de petróleo, cooperação amazônica, e renegociação da dívida bilateral (US\$ 6,5 milhões). A cooperação técnica incluía a formação de diplomatas do Suriname no Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores do Brasil – tal foi o caso do chanceler Robby Ramlakhan durante o governo Kraag. O presidente do Suriname solicitou e recebeu o apoio do governo brasileiro para o chamado Acordo de Kourou (de 24 de junho de 1989), assinado entre o governo (representado por Venetiaan) e as lideranças do Comando da Selva (Brunswijk), porém rejeitado pelas forças armadas surinameses (Bouterse)¹².

¹⁰ A rebelião dos Tukayanas implicava fundamentalmente reivindicações tipicamente indígenas, como a demarcação e o reconhecimento das suas terras, o apoio do governo para o desenvolvimento e o respeito pela cultura ancestral, dentre outros. Entretanto, também era evidente para os atores locais que os indígenas em questão eram aliados das forças armadas na luta contra Comando da Selva, de Brunswijk – que era apoiado pelos chamados maroons, bush negros ou quilombolas.

¹¹ Denot ao MRE, Telegrama ostensivo n. 496, Paramaribo, 17.8.1989, AHMRE: DAM-II/DIV/SEI.

¹² Denot ao MRE, Telegrama ostensivo n. 469, Paramaribo, 4.8.1989, AHMRE: POIN F07. Em outubro de 1989, o presidente da Assembléia Nacional aceitou substituir o Acordo de Kourou por um novo Acordo Nacional, que incluiu os interesses não somente do Comando da Selva, mas também dos indígenas Tukayana. Durante o ano de 1990 foram realizados vários encontros preliminares entre Bouterse e simpatizantes do Comando da Selva para tentar um acordo de paz firme e duradouro.

Cumprе ressaltar que a democratização no Brasil e no Suriname não modificou substancialmente os entendimentos alcançados no encontro Bouterse-Venturini. A formação de quadros do exército surinamês em instituições de ensino das forças armadas brasileiras, tais como a Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais e o Centro de Instrução de Guerra na Selva, tornou-se uma constante – que continua inclusive na atualidade. Afirma-se que o objetivo básico da cooperação militar Brasil-Suriname é fomentar a profissionalização (e a despolitização) dos militares surinameses, bem como a difundir as doutrinas militares do Brasil naquele país. Em 1991, informações procedentes da embaixada brasileira em Paramaribo comentavam que até 60% dos oficiais do exército surinamês tinham realizado cursos de aperfeiçoamento em instituições brasileiras, caso do comandante Rupert Christopher, que virou ministro da defesa durante o interregno Kraag¹³. Ainda em 1989, o governo Sarney concedeu a Ordem do Cruzeiro do Sul para Bouterse e outras autoridades do Suriname. E, entre 27 de março e 5 de abril do mesmo ano, o comandante Bouterse visitou pessoalmente centros de instrução militar brasileiros em Manaus, Brasília e Rio de Janeiro¹⁴.

A fase Collor-Kraag corresponde ao período de janeiro a setembro de 1991. Trata-se de período de particular interesse para os fins deste artigo, que será abordado ao longo dos próximos itens. Cumprе lembrar que a fase em questão iniciou-se com a queda do governo Shankar¹⁵ e culminou nove meses depois com a tomada de posse do presidente Ronald Venetiaan. Também, que o interregno Kraag implicou importantes desafios para a política externa do Brasil, tais como:

¹³ Watson ao MRE, Telegrama secreto-urgente n. 266, Paramaribo, 12.6.1991, AHMRE: POIN F07.

¹⁴ Em agosto de 1986, o governo do presidente Sarney lançou o chamado Projeto Calha Norte, destinado a reforçar a presença militar brasileira na região ao norte do rio Amazonas – inclusive na faixa de fronteira com a Guiana, o Suriname, a Guiana Francesa, a Venezuela e a Colômbia.

¹⁵ Os principais argumentos citados pelo estamento militar para tentar justificar o golpe natalino contra o governo do presidente Shankar foram os seguintes: (a) o permanente confronto do governante com as forças armadas, (b) a baixa popularidade do governante devido às acusações de inoperância, inércia, corrupção e péssima gestão administrativa, (c) a limitada cooperação holandesa – devido ao receio de que a ajuda econômica terminasse sendo usufruída pelos militares –, (d) a crise econômica local, regional e global, (e) as lutas intestinas do governo Shankar, especialmente entre o NPS (crioulos) e o VHP (*hindustanis*).

- Promover a recomposição democrática do país e, ao mesmo tempo, garantir a promoção dos interesses geopolíticos especificamente brasileiros no Suriname. Acreditava-se que a redemocratização do país contribuiria decisivamente para a retomada da cooperação internacional e para contrarrestar os evidentes sinais de hostilidade contra o novo governo, procedentes do interior e do exterior.
- Evitar um prolongado isolamento diplomático, uma intervenção estrangeira ou um agravamento da instabilidade política naquele país que viessem a encorajar atos agressivos de potências hostis ao governo Kraag ou especificamente ao estamento militar dirigido pelo comandante Bouterse – particularmente retaliações de potências como os Estados Unidos, a Holanda, a França e a Venezuela¹⁶.
- Manter abertos os canais de diálogo, de persuasão, de moderação, e de cooperação com todos os atores domésticos, inclusive com o estamento militar, e especificamente com o comandante Bouterse. Sublinhando-se que somente as autoridades brasileiras tinham um acesso direto, franco e seguro junto ao homem forte do país. Contudo, era imprescindível fazer ver às autoridades do interregno Kraag que essa atitude tolerante da parte brasileira seria mantida no pressuposto de uma rápida recomposição democrática, verificada e conduzida sob supervisão internacional.
- Garantir a sobrevivência de um patrimônio político-diplomático especificamente brasileiro consubstanciado numa cooperação bilateral significativa e fluida ao longo de vários governos surinameses. A profissionalização do exército do Suriname impulsionada pela cooperação militar brasileira deveria culminar com o retorno daqueles aos quartéis e seu afastamento da política, em geral.
- Do lado surinamês, o governo de transição de Kraag formou seu gabinete nos primeiros dias de janeiro de 1991. Rapidamente se tornou evidente que,

¹⁶ Além de questionar a legitimidade do governo Kraag, Washington e Haia acusavam o comandante Bouterse de manter clandestinamente atividades ligadas ao narcotráfico. Para muitos, o Bouterse lembrava muito a situação do Panamá à época do general Noriega. Lembre-se, também, que após a queda do muro de Berlim os Estados Unidos abraçaram a luta contra as drogas como uma das suas bandeiras favoritas no continente e no mundo.

em face da hostilidade dos outros parceiros tradicionais do país – Holanda, Estados Unidos, França, Venezuela, Comunidade Econômica Européia, CARICOM, Organização dos Estados Americanos –¹⁷, a única potência com altos e significativos vínculos com o Suriname seria o Brasil¹⁸. Em tal sentido, cargos-chaves do governo Kraag foram ocupados por funcionários ligados ao Brasil. Como dito, o novo chanceler Robby Ramlakham, ex-aluno do Instituto Rio Branco, e o novo ministro da defesa, comandante Rupert Christopher, eram homens identificados com o Brasil. Observe-se que, em 11 de janeiro de 1991, o embaixador brasileiro em Paramaribo, Sérgio da Veiga Watson informou ao Itamaraty que a escolha do novo chanceler surinamês era um sintoma de mudança favorável para o Brasil, dado que:

Em primeiro lugar, houve uma clara decisão política de voltar o país para seus vizinhos sul-americanos. A política pendular que fazia com que o Suriname se voltasse ora para o Caribe ora para os sul-americanos ou aquele balanço político de buscar recursos técnico-financeiros com países fronteiriços (Brasil e Venezuela) mas sempre com a vista voltada para a ex-metrópole terminou. A partir dessa decisão de política externa tentou-se encontrar um chanceler identificado com estes novos valores. A escolha não poderia ser outra, segundo meus interlocutores, se não a que recaísse sobre um dos ex-bolsistas da Academia Diplomática Brasileira.

[...] Segundo a visão do estamento militar que derrubou o governo do presidente Shankar, Robby Ramlakhan seria o nome certo pois era: jovem, profissional competente, não ligado a grupos políticos, desejoso de substituir a “velha guarda” do BUZA [isto é, da Chancelaria local], formado numa escola de prestígio brasileira (IRBR), além de dominar perfeitamente o português (como quarenta por cento dos ministros recém-nomeados) e, principalmente, defender uma política externa voltada para América Latina e do Sul em particular.¹⁹

Conclui-se, então, que existiam grandes e ansiosas expectativas em Paramaribo com relação à definição da posição e à possibilidade de continuação e eventual incremento da cooperação política, econômica e militar brasileira. Era de interesse do governo surinamês conseguir uma rápida e plena normalização das relações bilaterais com o Brasil.

¹⁷ Acrescente-se que, após o golpe natalino, Ronnie Brunswijk ameaçou com retomar as suas ações armadas ofensivas contra o governo de Paramaribo – contando com o apoio dos quilombolas, e dos governos holandês, norte-americano e francês.

¹⁸ Outro país com tolerância com o governo Kraag foi a Guiana de Desmond Hoyte. Porém, dito país tinha poucas possibilidades de cooperação em larga escala com o Suriname.

¹⁹ Watson ao MRE, Telegrama confidencial-urgente n. 23, Paramaribo, 11.1.1991, AHMRE: POIN F07.

A MISSÃO REIS A PARAMARIBO: APOIO BRASILEIRO CONDICIONADO À RECOMPOSIÇÃO DEMOCRÁTICA DO SURINAME

A primeira iniciativa diplomática brasileira com relação ao interregno Kraag no Suriname foi a chamada missão Reis, e realizada entre 30 e 31 de janeiro de 1991. Encaminhada com autorização do presidente Fernando Collor, a delegação foi encabeçada pelo embaixador Fernando Guimarães Reis, diretor do departamento das Américas do Itamaraty, e integrada pelo embaixador brasileiro em Paramaribo, pelo adido militar e por dois representantes da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República.

Em público se manifestou que o propósito da missão era discutir com as altas autoridades do governo Kraag assuntos concernentes à evolução e às perspectivas das relações bilaterais. Privadamente, os objetivos da missão eram: (a) coletar informações relevantes diretamente das novas autoridades, (b) transmitir uma mensagem de moderação, (c) “alertar as autoridades locais para a extrema conveniência de evitar um isolamento diplomático, que prejudicaria nosso relacionamento bilateral, além de ameaçar diretamente o próprio Suriname”, e (d) preservar o patrimônio diplomático acumulado com Paramaribo, mantendo aberto o canal de diálogo e valorizando a capacidade de persuasão e confiança mútua²⁰.

Para o lado surinamês a missão brasileira era de extrema relevância política e diplomática. Lembre-se que o golpe natalino tinha sido condenado pela maioria da população local, por ter significado uma ruptura da ordem institucional democrática – mesmo reconhecendo que formalmente o governo continuou em mãos de civis, que a Assembléia Nacional continuou funcionando, que não houve derramamento de sangue nem desafortada repressão da oposição, e que, em geral, os direitos humanos fundamentais não foram violentamente atropelados. Igualmente, no plano externo o Brasil era praticamente o único interlocutor de peso para o novo governo e

²⁰ Watson a MRE, Telegrama Secreto-Urgente n. 58, Paramaribo, 31.1.1991, AHMRE: POIN-F07. Outras preocupações brasileiras incluíam: (a) a necessidade de dar estrito cumprimento ao calendário eleitoral para a recomposição democrática do país, (b) manifestar a conveniência de contar com observadores estrangeiros, particularmente da Organização dos Estados Americanos, e (c) lembrar que a redemocratização do país contribuiria à elevar a cooperação bilateral e contra-restar os signos de hostilidade contra o governo Kraag.

especificamente para o estamento militar comandado por Bouterse. Com exceção da Guiana de Desmond Hoyte, os outros parceiros tradicionais do país – Holanda, Estados Unidos, França e Venezuela – condenaram veementemente o golpe natalino e impuseram sanções econômicas e políticas, sem esquecer as ameaças de intervenção militar.

Bem na chegada da missão Reis ao aeroporto de Paramaribo, o assessor especial de Bouterse para assuntos relativos ao Brasil, Errol Alibux, adiantou que o estamento militar e o governo Kraag tinham concordado em convocar eleições gerais, livres, secretas e com observadores internacionais para o dia 25 de maio de 1991. Também, tinham concordando em impulsionar reformas políticas e constitucionais, inclusive com a delimitação das competências das forças armadas e com o afastamento definitivo da tutela militar sobre o processo político democrático do país. Procurava-se inaugurar de fato um período de governabilidade democrática para o Suriname. E a oposição, em princípio, apoiava os planos do governo²¹.

A missão Reis conversou diretamente com vários representantes do cenário político local – inclusive com a oposição²². A delegação brasileira também se entrevistou com o homem forte do país. Bouterse “assegurou que 'não quer criar problemas para o Brasil' e manifestou-se reconhecido pelo que qualificou de 'aviso amigo.'" O chefe das forças armadas garantiu a lisura do pleito programado para maio de 1991, manifestou-se a favor da implementação de reformas constitucionais para garantir que os militares não continuassem interferido no processo político e “pediu ainda ajuda brasileira, na medida em que possamos explicar a terceiros países as peculiaridades da conjuntura política do Suriname.”²³

A missão Reis foi bem sucedida na opinião de todas as partes envolvidas. Os representantes do governo Kraag reconheceram e apreciaram o interesse brasileiro pelo desenvolvimento da conjuntura política vigente no Suriname – inclusive porque foi a primeira delegação estrangeira de alto nível a

²¹ *Ibíd.*

²² *Ibíd.* A missão Reis se entrevistou com o presidente Johannes Kraag, com o vice-presidente Jules Wijdenbosch, com o chanceler Robby Ramlakhan, com presidente da Assembléia Nacional Jagernath Lachmon, e com o chefe das forças armadas Dési Bouterse.

²³ *Ibíd.*

visitar o país após o golpe natalino. A missão também tomou nota do compromisso de recompor e aperfeiçoar o regime democrático no país – com a presença de observadores estrangeiros para garantir a lisura do pleito eleitoral programado para 25 de maio de 1991 e eventos subseqüentes.²⁴ E todas as informações coletadas seriam levadas ao conhecimento do presidente Collor.²⁵

O PLANO LUBBERS E A COMPETIÇÃO BRASILEIRO-HOLANDESA NO SURINAME

Sob a perspectiva da Holanda – que era um importante ator internacional com vínculos e interesses no Suriname – a situação política vigente na ex-colônia após o golpe natalino de 1991 era muito preocupante e deprimente. Em geral, Haia não reconhecia a legitimidade do governo Kraag, questionava duramente as atividades antidemocráticas do estamento militar comandado por Bouterse, logo após do golpe suspendeu a vital ajuda econômica ao país, e persistentemente emitiu sinais de hostilidade e de eventual intervenção militar – mesmo assim manteve aberta a sua representação diplomática em Paramaribo.²⁶ Acrescentem-se, ainda, a questão da numerosa colônia de emigrantes surinameses residentes na Holanda e a espinhosa questão do uso do Suriname como sítio de re-exportação de drogas ilícitas – especialmente de cocaína colombiana – para a Holanda e outros países europeus.

²⁴ Cumpre acrescentar que a posição brasileira de entendimento construtivo com o governo Kraag com vistas a uma recomposição democrática do Suriname era convergente com as posturas dos Estados Unidos, da Holanda e da Venezuela. Porém, corriam em canais paralelos e em velocidades distintas dado que o Brasil trabalhava no longo prazo e estes pretendiam – mediante retaliações, pressões e ameaças intervencionistas – uma retomada democrática no curto prazo, e sem a presença do comandante Bouterse.

²⁵ Cumpre acrescentar que três semanas depois da visita da missão brasileira chegou a Paramaribo delegação da Organização dos Estados Americanos, encabeçada pelo Secretário-Geral, embaixador João Clemente Baena Soares, procurado formalizar o compromisso de pronto retorno do país à ordem democrática. Especificamente, Baena Soares assinou dois acordos com os representantes do governo do Suriname: um sobre procedimentos e relacionamento entre os observadores da OEA e as autoridades locais, e outro conferindo imunidades e privilégios diplomáticos à equipe de observação que acompanharia as eleições programadas para maio de 1991. Em consequência, a OEA deu continuidade ao esforço impulsionado pelo Brasil no contexto da missão Reis.

²⁶ Em conversa com seu homólogo brasileiro, o embaixador holandês em Paramaribo, Peter Koch, manifestou que “não sofrendo o Suriname ameaças externas visíveis, suas forças armadas são inteiramente dispensáveis”. Expressou sua oposição diante do “bando de sargentos ignorantes que compõem a hierarquia do exército local, da qual nada de positivo se poderia esperar.” E “Fez até um ‘mea culpa’ a respeito da decisão da Haia de de época da independência (1975), deixar montada na ex-colônia uma estrutura militar.” Watson ao MRE, Telegrama confidencial n. 68, Paramaribo, 7.2.1991, AHMRE: POIN-F07.

Essencialmente, a Holanda tinha quatro alternativas com relação ao Suriname: (a) intervir militarmente e retomar a direção do país, (b) lá continuar injetando fundos acordado com motivo da independência, sem grandes expectativas de mudança social e econômica, (c) abandonar o país à sua própria sorte, ou (d) trabalhar com parceiros domésticos para constituir um verdadeiro Estado de orientação democrática. Assim sendo, Ruud Lubbers (primeiro-ministro) e Hans van dem Broek (chanceler), aparentemente pressionados pela administração Bush (pai) para enquadrar os militares do Suriname e lutar contra o narcotráfico, decidiram agir na linha da quarta alternativa. Disso resultou o chamado plano Lubbers visando criar uma virtual “comunidade” entre a Holanda e as ex-colônias. O propósito final seria, em princípio, o de reforçar a democracia no país, reduzir – ou eliminar de vez – o poder político de Bouterse e do exército, e apoiar um melhor e mais eficiente desenvolvimento dos sistemas administrativo, econômico e judicial.

A 13 de fevereiro de 1991, um vazamento de notícias informou que o parlamento holandês discutia um projeto do governo que em síntese, se implementado, criaria uma espécie de comunidade com as ex-colônias e faria o Suriname retornar ao status semicolonial. De um lado, o projeto abria a possibilidade de conseguir a dupla nacionalidade surinamesa e holandesa – com dispensa de visto –, introduziria uma união monetária com a transformação do florim holandês em moeda comum aos dois países, e garantia a permanência da cooperação da Haia com o Suriname. De outro, as políticas econômicas, de justiça, de defesa e de relações exteriores passariam necessariamente ao controle holandês – situação semelhante à vigente nas ilhas de Aruba e Curaçao (KRUIJT e HOOGBERGEN, 2004).

Imediatamente o chamado plano Lubbers teve repercussões no cenário político do Suriname. Os partidos hindustani (VHP de Lachmon), javanês (KTPC de Willy Soemita) e a recém criada Alternativa Democrática '91 apoiaram o projeto – bem como certas organizações corporativas, empresariais e até as forças insurgentes de Brunswijk.²⁷ Dúvidas no partido crioulo (NPS de Arron e Venetiaan).

E firme oposição ao plano Lubbers no partido NDP e principalmente no estamento militar comandado por Bouterse – devido a uma eventual reestruturação integral, com afastamento de seu alto comando, com subordinação da instituição ao ministério da defesa da Holanda e com possível dissolução das forças armadas surinamesa. Em conseqüência, no entendimento do embaixador brasileiro em Paramaribo, “o projeto holandês tem um potencial explosivo considerável, na medida em que colocará em confronto os anseios da maioria da população local, que sonha com a volta aos braços da Holanda e aos tempos de farturas, e o estamento militar marcadamente nacionalista, para quem a proposta será, no mínimo, inaceitável.”²⁸

No plano externo, o plano Lubbers encontrou receptividade e apoio geral nos Estados Unidos, na França, na Venezuela e na Comunidade Econômica Européia. A posição brasileira diante do plano Lubbers, entretanto, foi negativa. E evoluiu do ceticismo inicial para uma firme e sistemática oposição sustentada diante da Holanda e dos Estados Unidos. Fundamentalmente, Brasília aceitava uma cooperação bilateral significativa entre Haia e Paramaribo. Entretanto observava, com preocupação, “a descaracterização de certos atributos de soberania de um país vizinho, com a retomada de influência descabida de uma potência européia (antiga metrópole e hoje membro da CEE) nos assuntos internos de sua antiga colônia.”²⁹ Paralelamente, a iniciativa holandesa atingia os interesses geopolíticos e a presunção de liderança brasileira naquele país, na bacia amazônica e na América Latina, em geral. Em conseqüência, o chanceler Francisco Rezek e outros representantes do governo brasileiro – retomando o

²⁷ “Não tenho dúvida de que, se submetido a um plebiscito secreto, o plano [Lubbers] contaria com a aprovação de ampla maioria da população. A sociedade surinamesa, tão marcadamente dividida racialmente, não atribui ao princípio de nacionalidade a importância que ele têm em outros países. Além disso, o Suriname era Holanda há 16 ano atrás, as coisas eram melhores naquele tempo, os vínculos com a ex-metrópole continuam fortes, enfim, há razões de sobra para optar pelo retorno ao passado” ponderou o embaixador brasileiro sobre a opinião pública geral provocada pela iniciativa do governo holandês (Watson ao MRE, Ofício ostensivo n. 79, 11.3.1991, AHMRE: PEXT/F07/H23).

²⁸ Watson ao MRE, Telegrama confidencial n. 81, Paramaribo, 14.2.1991, AHMRE: =03/5-F07, DAM-ll/DCS/DEA/DE-1/SINEX. Aparentemente o plano Lubbers foi propositadamente difundido na época pré-eleitoral para influenciar e apoiar os candidatos da Nova Frente para a Democracia e Desenvolvimento, no contexto geral das eleições parlamentares programadas para o dia 25 de maio de 1991.

²⁹ MRE a Embaixada Brasileira em Paramaribo, Minuta de Telegrama Confidencial-Urgentíssimo n. 0103-00111, Brasília, 28.5.1991, AHMRE: POIN F07.

antigo discurso pan-americanista em favor de um hemisfério livre, soberano e desvinculado por vontade de seus povos de antigas potências metropolitanas – questionaram o virtual neocolonialismo holandês, atentatório contra a soberania e integridade do Estado, bem como perigoso precedente para outros países do continente. A subordinação das forças armadas surinamesa ao ministério da defesa da Holanda provocaria, evidentemente, reações radicais e agressivas de parte de Bouterse e de movimentos nacionalistas. Parecia mesmo insensato que um país americano voluntariamente renunciasse a parcela importante da sua soberania em função de interesses desestabilizadores, dado que não existiam precedentes políticos nem jurídicos.

A posição final do Brasil sobre o plano Lubbers foi entregue diretamente ao embaixador da Holanda em Brasília, ponderando-se que: “A atitude do Brasil com relação ao Suriname tem sido sempre a de concorrer para a consolidação do processo democrático daquele país, procurando evitar seu isolamento.”³⁰ Também, “O Brasil compreende a necessidade em que se encontra o Suriname de buscar fontes de assistência e cooperação, inclusive holandesas.”³¹ “O Brasil não desejaria, contudo, que a ampliação da cooperação, por todos os títulos desejável, entre o Suriname e os Países Baixos subtraísse da plenitude soberana de aquele país”, alertou-se.³² E finalmente insistindo que

O Brasil vê com extrema preocupação qualquer tentativa de se reduzir ou qualificar a soberania plena do Suriname e de dar-lhe um status diminuído que poderia ameaçar sua própria qualificação para integrar as Nações Unidas e a OEA.

O Brasil mantém-se fiel ao princípio da auto-determinação. Não pode deixar de ver, no entanto, com preocupação, a ameaça de redução de atributos de soberania de um país sul-americano, amazônico e fronteiriço, a partir da retomada de influência determinante de uma potência européia nos assuntos internos de sua antiga colônia.³³

³⁰ MRE à Embaixada brasileira em Paramaribo, Minuta de telegrama confidencial n. 0103-00151, Brasília, 29.6.1991, AHMRE: F07-H23.

³¹ *Ibidem*.

³² *Ibidem*.

³³ *Ibidem*. Cumpre acrescentar que a posição brasileira era convergente com as percepções dominantes na Organização dos Estados Americanos e no Grupo do Rio.

Ainda no mês de junho de 1991, o governo holandês informou que não era a sua intenção restabelecer em nenhuma forma a posição ocupada no Suriname antes da independência (em 1975). Para Haia, o que estava sendo discutido era a forma de como ajudar o novo governo a consolidar a democracia e a estabilidade, e a reassumir o processo de desenvolvimento econômico sem nenhuma forma de restrição à sua soberania, identidade ou integridade. Qualquer nova forma de cooperação deveria ser iniciada por iniciativa do governo do Suriname. E no que diz respeito aos aspectos militares, o governo holandês manifestou que uma intervenção militar para restabelecer a democracia, ainda a pedido do novo governo daquele país, não estava contemplada. A posição holandesa reconhecia que o restabelecimento da democracia era uma questão que o povo do Suriname teria que resolver por eles mesmos. Porém, na hipótese de que depois de restaurada a democracia no Suriname, os militares violentassem a governabilidade e que o novo governo solicitasse apoio holandês e de outros países, isso criaria uma nova situação que deveria ser seriamente considerada – não se descartando uma ação de força. Vale acrescentar que a posição dos Estados Unidos com relação à situação no Suriname era fundamentalmente semelhante, deixando entrever certa coordenação entre Haia e Washington. Finalmente, ambas potências consideravam que uma eventual intervenção militar para restaurar a democracia poderia ser evitada se o Brasil fizesse uso da sua reconhecida influência sobre os militares surinameses no sentido de dissuadi-los de alterar negativamente o processo político do país – e eventualmente conceder asilo político ao próprio comandante Bouterse, garantindo seu afastamento definitivo da cena política do Suriname.³⁴

³⁴ Watson a MRE, Telegrama confidencial n. 249, Paramaribo, 5.6.1991, AHMRE: POIN F07. Watson a MRE, Telegrama Secreto-urgente n. 259, Paramaribo, 8.6.1991, AHMRE: PEXT-POIN F07.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: AS ELEIÇÕES DE 25 DE MAIO, O ENCONTRO BOUTERSE-WATSON E A REDEMOCRATIZAÇÃO DO SURINAME

Conforme informado à missão Reis, em janeiro, as eleições parlamentares no Suriname foram celebradas em 25 de maio de 1991. Os comícios foram realizados em clima de liberdade, ordem, lisura e fiscalizados por um vasto leque de observadores internacionais – OEA, CEE, CARICOM, Internacional Socialista, além de diplomatas de vários países, inclusive do Brasil. Participaram duas coalizões – a Nova Frente pela Democracia e Desenvolvimento e Alternativa Democrática '91 –, o NDP – ligado aos militares – e outros partidos com poucas possibilidades reais.

Os resultados finais do pleito resultaram na vitória da Nova Frente pela Democracia e Desenvolvimento (30 cadeiras no Parlamento). Em um surpreendente segundo lugar chegou o NDP (12 cadeiras).³⁵ E em terceiro lugar apareceu a novata Alternativa Democrática '91 (9 cadeiras). Após um demorado processo de negociação ao interior da coalizão vencedora e com outras forças políticas do país, o novo presidente Ronald Venetiaan (do NPS e herdeiro político do Henck Arron) tomou posse do cargo em 16 de setembro de 1991, encerrando assim o interregno Kraag.

Uma breve avaliação dos resultados do pleito permite apreciar as seguintes tendências: (a) teve um alto abstencionismo, atribuível ao desencanto dos eleitores diante dos militares, do governo Shankan e das antigas lideranças políticas do país (Lachmon, Arron, Bouterse), (b) em comparação com os resultados das eleições de 1987, a nova Frente teve uma importante queda na representação parlamentar, em benefício do partido dos militares e da Alternativa Democrática '91, (c) observou-se um gradual declínio da arraigada obediência ao voto étnico-religioso, isto é, do chamado sistema *apanjaht*, (d) a nova configuração de forças partidárias implicou em um salutar processo de renovação democrática, e (e) todos os atores políticos – bem como os observadores internacionais – confirmaram a restauração democrática e a ordem constitucional no país.

³⁵ O bom desempenho do NDP pode ser interpretado como resultado das ações tomadas para encerrar o conflito interno – forças armadas, Comando da Selva e índios Tukayanas assinaram acordo de trégua em maio de 1991 –, e ao dinamismo do governo Kraag.

Uma das principais preocupações domésticas e estrangeiras – inclusive brasileira – diante do processo de redemocratização no Suriname era a espinhosa questão da posição dos militares diante do novo governo. Existia um certo temor diante de uma eventual ação de força de Bouterse, provocada – ou não – por atores internos ou pela coordenação holandêsa-norte-americana. A própria presença do comandante Bouterse, chefe das forças armadas, no futuro governo democrático do presidente Venetiaan, criava muitas incertezas relacionadas, por exemplo, à verdadeira subordinação do estamento militar ao comando civil, à desmilitarização da sociedade, à profissionalização da instituição castrense – inclusive com eventual reestruturação do alto escalão e a desvinculação dos militares da política e de quaisquer outros assuntos que não digam respeito às suas obrigações com respeito à defesa –, à erradicação da participação dos militares em atividades ilícitas (como o narcotráfico), dentre outras (SINGH, 2007).³⁶

A posição brasileira diante da consolidação democrática e da subordinação dos militares surinameses ao novo governo civil era particularmente relevante e complexa. De um lado, o Brasil era uma das pouquíssimas fontes de apoio externo para Bouterse e para as forças armadas do Suriname. As autoridades brasileiras – tanto diplomáticas como militares – eram as únicas habilitadas para acessar com receptividade e considerável grau de persuasão perante o estamento militar daquele país. Tal posição era reconhecida inclusive por outros atores endógenos e exógenos com vínculos e interesses na democratização do Suriname. Ao mesmo tempo, uma excessiva vinculação do Brasil com o estamento militar comandado por Bouterse implicava consideráveis riscos para a imagem e credibilidade do país no contexto de democratização, especialmente quando o novo governo era essencialmente contrário à presença política daqueles no cenário local. Observe-se que Moiwana 86, entidade surinamesa de defesa dos direitos humanos, chegou a afirmar publicamente que,

³⁶ Em junho de 1991, informações vindas de Paramaribo sugeriam a existência de um discreto movimento dissidente ao interior das forças armadas do Suriname. O ministro da defesa, Rupert Christopher, teria demandado o afastamento do comandante Bouterse, inclusive pelo surgimento de novas evidências que o ligavam ao narcotráfico e para garantir a salutar renovação dos altos mandos – muitos deles formados em escolas militares brasileiras. Bouterse não aceitava abrir mão de sua influência predominante no governo do Suriname pois estaria diretamente ameaçado fora do poder. Afinal a dissidência foi cooptada e sufocada. Watson a MRE, Telegrama secreto-urgente n. 266, Paramaribo, 12.6.1991, AHMRE: POIN F07.

Brazil's aid to the Surinamese army – the only source of military aid – is counterproductive to international and domestic efforts to subject the army to civil control.

[...] The Government of Brazil should terminate its military training and assistance programs to the Surinamese army. By continuing these ties after the December 24, 1991 coup, Brazil is undercutting the constructive efforts of other Governments and the Organization of American States to restore genuine civilian constitutional government in Suriname.³⁷

Assim sendo, era vital para todos os atores com vínculos e interesses no processo de consolidação democrática vigente no Suriname que Bouterse recebesse uma mensagem clara de que o Brasil não lhe daria apoio em qualquer tentativa de intimidar, coagir, subverter ou derrubar o novo governo. Na verdade não havia mais espaço para Bouterse na equação política do Suriname, sobretudo no contexto do chamado Compromisso de Santiago para a Democracia e a Renovação do Sistema Interamericano (de 4 de junho de 1991), da Resolução 1080 da OEA (de 5 de junho de 1991) e de acordos subseqüentes, todos eles com aprovação brasileira, e onde se manifestava a firme vontade dos povos e governos do continente a favor da vigilância conjunta e da promoção da democracia representativa (PERINA, 2000).

Em tal sentido, uma última – e decisiva – iniciativa a favor da recomposição democrática do Suriname no contexto do interregno Kraag foi o encontro do embaixador Sérgio da Veiga Watson com o comandante Bouterse, realizado em Paramaribo em 28 de junho de 1991. Segundo as instruções definidas pelo próprio Itamaraty, os objetivos do encontro deveriam ser, de um lado, retomar o contato e sentir o pulso sob a perspectiva do comandante e, de outro, deixar bem clara para ele a posição do governo brasileiro a favor da democratização do Suriname.³⁸

Assim sendo, o Itamaraty informou verbalmente ao comandante

³⁷ Watson ao MRE, Telegrama confidencial n. 224, Paramaribo, 24.5.1991, AHMRE: POIN F07. A transcrição é parte de relatório mais abrangente publicado pela organização não-governamental America's Watch, dedicada à promoção dos direitos humanos no continente.

³⁸ Para os setores moderados e filo-brasileiros do governo Kraag, encabeçados pelo chanceler Robby Ramlakhan e pelo ministro da defesa Rupert Christopher, a cooperação brasileira foi valiosa – quando quase todos os outros países importantes fecharam as portas – mas ficou muito aquém das expectativas do governo Kraag. Tal situação resultou em um virtual desapontamento daqueles setores. Existia a expectativa de que o novo governo do presidente Venetiaan reorientasse a política externa do Suriname para a Holanda (com um plano Lubbers atenuado), para os Estados Unidos, para a França e para a Venezuela – todos eles adversários do estamento militar comandado por Bouterse.

Bouterse que o governo brasileiro reconhecia sua contribuição positiva no contexto da normalização das instituições democráticas, se informou que o Brasil tinha trabalhado junto a governos de terceiros países com intuito de sensibilizá-los diante da complexa conjuntura vigente no Suriname, que era necessário fazer mais para lutar contra o narcotráfico, que as eleições de 25 de maio abririam um novo capítulo nas relações bilaterais e sobretudo

d) que consideramos essencial a manutenção da perfeita normalidade institucional, livre de qualquer constrangimento, na escolha dos novos mandatários surinameses oriundo das eleições de maio último.

e) que vemos no contínuo aperfeiçoamento da democracia surinamês, através do respeito incondicional às instituições e às leis, a única maneira pela qual o país poderia afastar ameaças a sua independência e soberania.

[...] i) que, por darmos pleno respaldo à democracia surinamês, está excluída a hipótese de apoio ou mesmo de tolerância por parte do Brasil a qualquer tentativa de desestabilização da ordem constitucional desse país.

j) que, em suma, o Brasil deseja um Suriname democrático, estável, independente e soberano, sempre mais próximo da comunidade latino-americana.³⁹

Bouterse teria elogiado a posição brasileira de apoio incondicional ao Suriname, sua cooperação impecável e sua estrita adesão ao princípio da não-intervenção nos assuntos internos do país. Reconheceu a vitória eleitoral da Nova Frente pela Democracia e Desenvolvimento, comprometeu-se a não desestabilizar a etapa final do processo democrático e garantiu a aceitação – porém não necessariamente a concordância – com o novo governo do país. Também, tomar providências para lutar contra o narcotráfico e evitar, assim, uma intervenção militar estrangeira.⁴⁰

³⁹ MRE a Embaixada brasileira em Paramaribo, Minuta de telegrama secreto n. 0103-00143, Brasília, 25.6.1991, AHMRE: PEXT L00 F07.

⁴⁰ Watson ao MRE, Telegrama secreto-urgente n. 295, Paramaribo, 29.6.1991, AHMRE: POIN F07. Cumpre acrescentar que Bouterse terminaria renunciando ao cargo de chefe das forças armadas em 1992. Mesmo assim, continuou sendo uma figura muito importante na política local como presidente do NDP – especialmente durante o governo de Jules Wijdenbosch (1996-2000). Em 4 de julho de 2008, Bouterse e outros acusados dos assassinatos de dezembro de 1982 foram formalmente responsabilizados do massacre e estão sujeitos a penas de até 20 anos de pena.

Para os fins deste artigo, parece evidente que o recado do governo brasileiro implicava num virtual esgotamento dos entendimentos alcançados desde a missão Venturini, em 1983. O coronel Bouterse não poderia mais considerar o Brasil como fonte de apoio externo para eventuais veleidades antidemocráticas ou criminosas – isto é, vinculadas à questão do narcotráfico. Doravante, o chamado patrimônio diplomático brasileiro no Suriname deveria priorizar a consolidação democrática do país, inclusive para evitar que na fronteira norte se criasse uma área de instabilidade e eventual intervenção extra-regional – nos moldes do finalmente rejeitado plano Lubbers.

FONTES E BIBLIOGRAFIAS

Documentos primários:

Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores (Brasília)

Referências bibliográficas

AFFIGNE, Anthony. “Racial Politics in the Postcolonial Americas/ Lessons from Suriname”. Comunicação apresentada no Encontro Anual da Associação de Ciência Política do Sul, Norfolk, 1997, disponível em: <<http://www.providence.edu/polisci/affigne/pdf/suriname.pdf>>. Consulta em 6 de julho de 2008.

BID. *Economic and Social Progress in Latin American – 1990 Report*. Washington: Edições do BID, 1990.

BRANA-SHUTE, Gary. “Reflections on Suriname and Guyana”. In Joyce Hoebing (ed.), *Leadership in the Caribbean*. Washington: CSIS, 1996, p. 39-44.

ELY, Roland. “Brazilian Presence in the Guianas: João VI to João Figueiredo, 1807-1985”. *Revista/Review Interamericana*, vol. 29, num. 1-4, 1999, p. 145-168.

FÁRIAS, Deborah. “O Brasil e o CARICOM”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 43, num. 1, 2000, p. 43-68.

HOOGBERGEN, Win, e KRUIJT, Dirk. “Gold, Garimpeiros and Maroons: Brazilian Migrants and Ethnic Relationships in post-war Suriname”. *Caribbean Studies*, vol. 32, num. 2, 2004, p. 3-44.

KRUIJT, Dirk, e HOOGBERGEN, Win. “Surinam, las Antillas Holandesas y los Países Bajos”. *Foreign Affairs en Español*, vol. 4, num. 2, abril-junho de 2004, p. 1-5. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs-esp.org/2004/2.html>>. Consulta em 6 de julho de 2008.

MACDONALD, Scott B. “Insurrection and Redemocratization in Suriname?: The Ascendancy of the 'Third Path'”. *Journal of Interamerican Studies and World Affairs*, vol. 30, num. 1, 1988, p. 105-132.

PERINA, Rubén. “El regimen democrático interamericano: el papel de la OEA”. In Arlene Tickner (compiladora), *Sistema Interamericano y Democracia/ Antecedentes históricos y tendencias futuras*. Bogotá: UNIANDES, 2000, p. 311-376.

SINGH, Chaitram. “Reinig in the military: Re-democratization in Suriname”. *Journal of Third World Studies*, primavera de 2007. Disponível em: <http://findarticles.com/p/articles/mi_qa3821/is_200704/ai_n19431911/pg_1?tag=artBody;col1>. Consulta em 6 de julho de 2008.

VISENTINI, Paulo Fagundes. “Guiana e Suriname: uma outra América do Sul”. Working paper, Porto Alegre: UFRGS, s.d. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo2.pdf>>. Consulta em: 5 de julho de 2008.

ARTIGO

ASPECTOS DA LITERATURA GUIANENSE:
**POR UMA POÉTICA DA
APROXIMAÇÃO INTERNACIONAL**²

RESUMO: O presente trabalho busca, a partir de uma visão panorâmica, abordar aspectos relacionados à literatura guianense. Devido ao fato de a Guiana e sua literatura serem pouco divulgadas entre o público brasileiro, procuramos apresentar aspectos de cunho geopolítico, juntamente com temas relacionados à literatura, que melhor nos situem em relação à realidade do país vizinho.

Palavras-chave: Guiana – poesia – romance – crítica literária – Reino Unido – afro-guianenses – imigração indiana.

O presente estudo faz parte de uma série de reflexões por nós realizadas ao longo de mais de dez anos sobre aspectos ligados à realidade guianense. Nosso interesse por temas ligados à Guiana teve início entre os anos 1993 e 1996, período no qual residimos na Guiana. Durante o mesmo período trabalhamos como professor de português para estrangeiros e secretário do Centro de Estudos Brasileiros, instituição diretamente ligada ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Ainda durante o referido período estudamos Literatura na Universidade da Guiana. Em 1999

¹ Professor Assistente da UFRR na área de Língua Inglesa e literaturas correspondentes. Mestre em Estudos Literários pela UFMG.

² O título de nossa dissertação de mestrado, defendida em set. de 2003 é *Resistance and emancipation in the writings of Rooplall Monar*, defendida em 2003. Através da dissertação, estudamos vários aspectos ligados à imigração indiana para o Caribe de expressão inglesa com ênfase na Guiana. O trabalho foi escrito e apresentado em inglês e ainda não conta com tradução para o português. Para maiores informações sobre o referido trabalho e sobre temas ligados à Guiana, entrar em contato conosco através do e-mail ufrfelfelix@yahoo.com.br.

ministramos um curso de português para estrangeiros, na cidade fronteira de Lethem, Guiana, o primeiro curso realizado pela UFRR fora do Brasil. O curso foi realizado através de uma parceria entre a **UFRR** e o **Institute of Distance and Continuing Education da Universidade da Guiana**. Em 2003 defendemos uma dissertação de Mestrado na área de estudos literários cujo foco foi a produção literária de um escritor Guianense de origem indiana.

Tais iniciativas são amostras de nosso interesse em melhor conhecer a realidade do país vizinho e ao mesmo tempo torná-lo conhecido junto ao público e a pesquisadores brasileiros.

Foram vários os motivos que nos levaram a escrever o presente artigo, desde aqueles de caráter puramente afetivos, àquele que gira em torno da crença num conceito de fronteira que se define não como “uma linha que separa dois Estados, mas a zona ou área que se estende de cada lado da linha limítrofe, com especificidades e necessidades próprias”, como diria Coelho (1992, p.10) . Desde nosso primeiro contato com a Guiana e lá se vão mais de dez anos, especialmente com as zonas de fronteira que margeiam os dois lados do rio Tacutu/Takutu, temos tentado perceber a fronteira como uma zona de desenvolvimento e integração regional. Acreditamos que para que a integração regional almejada se efetive de forma plena precisamos, antes de mais nada, de melhor nos conhecermos. E para melhor nos conhecermos não há nada mais eficaz do que ensaiarmos “projetos modestos”, como a publicação de estudos voltados para a realidade fronteira em questão.

Como o presente artigo estará circulando em uma revista de caráter multidisciplinar, cremos ser relevante apresentarmos alguns aspectos ligados à geopolítica da Guiana. Justificamos tal razão em um artigo cujo foco será mostrar aspectos da produção literária do país vizinho pelo fato de, ao longo de mais de dez anos lecionando na Universidade Federal de Roraima, percebermos que há uma grande lacuna por uma grande parcela da população brasileira, no que diz respeito ao conhecimento da realidade deste membro da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica -OTCA. Poderíamos citar várias razões que, ao nosso ver, contribuem para tal lacuna, dentre elas está o problema da mídia Brasileira voltada, sobretudo, para a cobertura da realidade dos chamados países desenvolvidos. Há quem acredite, inclusive nós os

habitantes de um estado que faz fronteira com a Guiana, que a barreira da língua também é um fator que tem mantido afastados brasileiros e guianenses. Talvez isto possa ser verdade em parte, pois os Estados Unidos tem como língua de ampla comunicação o inglês, assim como a Guiana o tem, e a população brasileira provavelmente sabe mais sobre Nova Iorque ou Miami do que sobre Georgetown. Um fator preponderante que tem contribuído para a marginalização da Guiana pelo Brasil é, como diria Agemirol Procópio, “a tradição do compadrio diplomático de raízes ibéricas” que “historicamente marginalizou a Guiana e o Suriname” (2005, p. 285).

Como podemos perceber nas citações acima, através das críticas cáusticas de Procópio, o problema de desconhecimento e marginalização por parte do Brasil em relação a alguns países amazônicos, é uma questão de diplomacia. Como pesquisador de literaturas de língua inglesa de uma universidade localizada próxima à fronteira Brasil - Guiana, gostaríamos de tomar parte da responsabilidade de colaborar para a não-marginalização do país vizinho e o fazemos neste momento através de um estudo que, de alguma forma, acreditamos, irá contribuir para um melhor conhecimento do funcionamento da sociedade guianense.

O Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras Modernas (DLEM) da Universidade Federal de Roraima está em processo de reformulação de seu Projeto Político Pedagógico. Dentre as várias mudanças em andamento no âmbito do mencionado projeto, citamos a criação de novas disciplinas na área de literaturas de expressão inglesa que visam a inclusão de literaturas de outras regiões de expressão inglesa além dos Estados Unidos e do Reino Unido, como por exemplo, da África, da Ásia, da Oceania e inclusive do Caribe anglófono, do qual, do ponto de vista geopolítico, a Guiana faz parte. Tal decisão tem sido motivada especialmente pelo fato de estarmos localizados, enquanto instituição de ensino, em uma região que faz fronteira com uma ex-colônia britânica.

Quando tivemos acesso pela primeira vez ao chamado para publicação da revista do Centro de Ciências Humanas (CCH), em um primeiro momento hesitamos em enviar o presente texto por se tratar de um ensaio voltado para a crítica literária: o que vai fazer um texto de crítica literária em uma revista que não é da área de Letras? Foi nossa primeira preocupação. Depois de alguns

momentos de hesitação chegamos à conclusão de que, mais do que nunca, tem-se falado em transdisciplinaridade; do diálogo entre as várias formas de conhecimento, em fim, nesta virada de milênio um dos jargões mais comuns da práxis epistemológica tem sido aquele que preconiza que o conhecimento não tem fronteira. Assim sendo, aqui está um texto de cunho crítico-literário tentando dialogar com a linha editorial do presente volume da revista em questão.

A presença inglesa no Caribe pode ser traçada a partir do século dezessete, quando colonizadores ingleses invadiram o que hoje são as Bermudas, na época parte do império espanhol, e por volta de 1607 fundaram Jamestown, um dos primeiros assentamentos ingleses no Novo Mundo. No mesmo século a Inglaterra conquistou Antígua, a Jamaica, as Bahamas e Saint Kitts e Nevis. No século dezoito aquela potência colonial se apossou de Granada e de Dominica e no século dezenove conquistou Trinidad e Tobago, Santa Lúcia, Belize e a Guiana. Como podemos perceber, a Guiana, Trinidad e Tobago, Santa Lúcia e Belize estão entre as últimas aquisições territoriais do Reino Unido em terras das Américas.

O território que hoje conhecemos como República Cooperativa da Guiana pertenceu primeiramente à coroa espanhola, todavia foi o Reino dos Países Baixos, conhecido vulgarmente como Holanda, a primeira potência européia a fundar colônia na região em questão, ainda nos longínquos anos de 1616. Em relação à presença inglesa na região, as primeiras tentativas de fundar colônias se deu entre 1606 a 1650, quando estas terras estavam sob domínio flamengo, ou holandês, como queiram. Foi somente na primeira metade do século dezenove que a então Grã-Bretanha ocupou definitivamente o que hoje forma a Guiana, depois de sucessivas guerras entre os Países Baixos e a França, inclusive.

A Guiana moderna se formou a partir de 1966, ano em que o país se tornou independente da coroa britânica. É interessante lembrar que a Guiana se tornou independente dentro da Commonwealth, uma organização que congrega a Grã-Bretanha e a maioria de suas ex-colônias, como a Índia, primeira nação não-branca a se tornar membro daquela organização.

Além de fazer parte da Commonwealth, a Guiana também é membro da CARICOM, uma espécie de mercado comum e comunidade do Caribe formado

por Antigua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Dominica, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves, São Vicente e Grandinas, Trinidad e Tobago, Haiti e o Suriname.

Depois destas breves informações de ordem geopolíticas, passemos agora para o principal objetivo de nosso trabalho que é oferecer uma visão panorâmica da literatura produzida na Guiana, sobre a Guiana, ou por guianenses no *exílio*.

Para muitos críticos e teóricos da literatura brasileiros que têm se dedicado ao estudo da produção literária da Guiana, o vocábulo literatura Guianense ainda não soa bem como conceito operacional válido, pois para eles a literatura produzida na Guiana ou por guianenses, ainda não constitui propriamente um sistema literário, visão que gostaríamos de contestar sem partirmos para polêmicas desnecessárias.

Em um primeiro momento, ao abordamos a produção literária da Guiana, parece que o país não dispõe ainda, de forma plena, dos componentes básicos necessários a uma produção literária a fim de que esta possa ser vista como um sistema literário. Por isso muitos críticos e estudiosos da produção literária daquele país preferem dizer que a Guiana integra o grande sistema literário do Caribe anglófono e por isso, ao invés de usarem a expressão literatura guianense, preferem usar expressões como literatura anglo-caribenha; literatura de expressão inglesa do Caribe ou quando utilizam o inglês enquanto instrumento de produção usam expressões como *West Indian Literature* ou *Caribbean Literature*. A expressão *Caribbean Literature* muitas vezes é utilizada com certo cuidado porque esta pode denotar toda a literatura do Caribe, inclusive aquela de expressão francesa; espanhola ou holandesa, dentre outros sistemas lingüísticos utilizados como meio de expressão na região, como por exemplo, as várias línguas indígenas e crioulas ali faladas.

Como nosso objetivo principal é abordar a produção literária da Guiana, assumimos, enquanto pesquisador da literatura em questão, o risco de utilizar um conceito operacional que para alguns possa ser problemático do ponto de vista teórico-crítico, ou seja, assumimos o risco de utilizar a expressão literatura guianense. Em resposta aqueles que compartilham da posição de que a produção literária do país em questão ainda não constitui um sistema

gostaríamos de discordar e reafirmar que a produção literária guianense constitui um sistema sim, ainda que um sistema de certa forma deficiente, em comparação com outros sistemas literários das Américas, inclusive do Brasil.

Discorrer sobre o surgimento de um determinado sistema literário não é tarefa fácil. Muitas vezes, por questões de ordem didática temos que ser arbitrário, ainda que correndo o risco de assumir ônus sobre determinadas posições. Já que é necessário mostrar um começo da literatura guianense, vamos tomar como marco do surgimento da literatura em questão a primeira metade do século vinte.

Por questão de espaço, na presente visão panorâmica da literatura aqui estudada, iremos nos concentrar em dois elementos ligados aos gêneros literários mencionados acima – a poesia e o romance, mesmo que outros subgêneros sejam ligeiramente mencionados. Ainda devido ao espaço limitado do presente ensaio, decidimos abordar a obra de praticamente cinco escritores, um poeta, **Martin Carter**, e três romancistas: **Edgar Mittelholzer**, **Wilson Harris** e **David Dabydeen**. A eleição dos nomes em questão para compor o objeto do presente estudo foi feita com base num critério não tão arbitrário. Decidimos pela escolha dos referidos nomes guiados pela opinião da crítica em reconhecer tais escritores como alguns dos mais representativos nomes da literatura guianense atual. Nossa preferência por abordar mais poetas do que romancistas reside no fato de nosso trabalho, enquanto pesquisador de literatura, estar mais voltado para o gênero narrativo, em especial o romance.

Quando nos referimos ao surgimento de gêneros literários no mundo ocidental, há quem afirme que a poesia tendeu a preceder o romance. No caso da Guiana parece que tal tendência também se deu. Por esta razão e por questões de ordem didática começaremos nossa discussão acerca da literatura guianense discorrendo sobre o surgimento da poesia naquele espaço geográfico.

Quando comparamos o surgimento de instituições culturais responsáveis pela promoção da arte ou de elementos a ela ligados no âmbito do Caribe de expressão inglesa em quatro dos maiores produtores de bens culturais, como Barbados, Jamaica, Trinidad e Tobago e a Guiana, percebemos que o florescimento de uma classe social consumidora de bens culturais,

surgiu na Guiana muito tardiamente em comparação aos outros três países. Por uma questão histórica, como já demonstramos em parágrafos anteriores, quando a Guiana se tornou parte do Reino Unido, países como a Jamaica e Barbados, já tinham algum aparato estimulador da produção de bens culturais. Só para se ter uma idéia, no longínquo ano de 1718 a Jamaica publicou um jornal, o *The Weekly Jamaican Courrant*, o primeiro jornal publicado nos domínios britânicos do Caribe anglófono, e o segundo jornal a ser publicado de forma regular nas Américas³, faceta que a Guiana realizaria somente quase dois séculos depois, com a publicação do periódico *Timehri*⁴ em 1882.

No tocante ao aparecimento da poesia na Guiana, o nome do guianense Norman Cameron sobressai como marco importante, pois foi ele um dos primeiros pesquisadores a pesquisar o aparecimento da poesia naquele país e em 1931 publicou o trabalho intitulado *Guyanese poetry (1831-1931)*. A importância do trabalho de Cameron reside no fato de que, ao tempo da publicação de seu trabalho, estudos sobre a literatura do Caribe anglófono eram vistos com ceticismo pela comunidade acadêmica britânica. O trabalho também deve ser visto como obra de grande relevância histórico-literária, pois é considerado a primeira antologia poética da colônia, como diria Breiner (1998, p. 77). A partir do trabalho pioneiro de Cameron, foi possível perceber que havia, ainda nos idos da segunda metade do século dezenove, alguém escrevendo poesia cujo tema era, dentre outras coisas, a natureza exuberante da colônia.

Quando estudamos a forma de publicação e circulação da poesia produzida na Guiana antes da década de quarenta do século passado, observamos que a maior parte das publicações eram publicações um tanto artesanais, ou seja, não tinham finalidades comerciais. Eram poesias produzidas pela força do diletantismo. Foi somente com o aparecimento da revista *Kyk-over-al*, em 1945, que uma poesia mais voltada para a realidade da colônia em relação à metrópole teve lugar.

Um dos primeiros poetas guianenses a angariar fama internacional foi **Martin Carter**, devido principalmente a sua ligação com a realidade guianense

³ Ver site www.jamaica-gleaner.com/pages/history/story0066.html. O artigo pode ser de grande interesse para interessados na história da imprensa nas Américas.

⁴ A. J. Seymour

de seu tempo. Ele foi o que poderíamos chamar de intelectual militante. Tendo nascido em 1924, Carter participou, enquanto intelectual, de momentos decisivos da história da Guiana, tanto no período pré-independência quanto no período pós-independência. Segundo Alarcon (1980), em estudo magistral sobre a identidade nacional na literatura guianense contemporânea, Carter viveu intensamente momentos turbulentos da história política de seu país, interferindo em processos de cunho políticos e ideológicos durante o período pós-segunda guerra. O poeta presenciou momentos em que todo Caribe anglófono acalentava esperanças quanto à independência política.

Martin Carter foi membro do PPP, sigla de Partido Progressista do Povo, partido político de orientação marxista criado pelo guianense de origem indiana Cheddi Jagan, considerado um dos pais da nação. Sua ligação ao PPP foi responsável por sua prisão em 1954, ano em que no Brasil ocorria a morte de Getúlio Vargas. Naquele mesmo ano, Carter publicou uma série de poemas intitulados *Poems of Resistance* cujo objetivo principal era protestar contra a intervenção dos Estados Unidos na política interna guianense. Gostaríamos de observar que entre 1953 e 1954, a onda de desestabilização política experimentada pela então Guiana Britânica atingia, de alguma forma, o então Território do Rio Branco. Em pesquisa realizada em alguns números do *Jornal O Átomo*, órgão noticioso do Território do Rio Branco surgido nos anos de 1950, pudemos observar o clima de tensão que naquele momento envolvia Georgetown. Dentre as reportagens por nós analisadas, é possível ler-se: “Graves agitações em Georgetown” (*O Átomo*, 1954, p.4). O conteúdo da reportagem ligada à referida manchete, dá notícia da prisão de Cheddi Jagan e de Martin Carter, apresentando a Carter como líder da extrema esquerda daquele partido. Outra reportagem por nós pesquisada traz como manchete “Dinamitada a estátua da Rainha Vitória, em Georgetown”. A reportagem reza que,

Pela madrugada de 30 do mês findo, terroristas guianenses levaram a efeito, com sucesso, um atentado contra a estátua da Rainha Vitória, monumento esse que se encontrava numa praça pública e que ficou completamente danificado, tendo a explosão feito saltar a cabeça, braços e parte do tronco do mesmo (*O Átomo*, 1954, p. 1)

É curioso como o jornal da época, em linguagem enfática, classifica o grupo que atentou contra a presença de um símbolo do poder colonial, a estátua de uma rainha, como terroristas guianenses. Visões como esta teriam reforçado a imagem do guianense como perigoso, uma ameaça à segurança do vizinho Brasil, na época um combatente ferrenho da presença comunista em suas fronteiras? Outra reportagem que vale a pena ser mencionada, ainda oriunda do jornal O Átomo, traz como manchete “Rasgada a bandeira inglesa: agitações na capital da Guiana britânica” (O Átomo, 1954, p. 6). A reportagem continua informando que,

notícias procedentes da Guiana Inglesa informam terem ali ocorrido graves acontecimentos, provocados por elementos comunistas durante um “meeting,” realizado a 16 do corrente. Elementos exaltados, pretos guianenses, rasgaram a bandeira inglesa. Nota-se grande inquietação por parte dos residentes brancos estrangeiros, principalmente ingleses (O Átomo, 1954, p. 6).

É importante atentar, na citação acima, para expressões como “elementos comunistas” e “pretos guianenses”. Este tipo de visão parece ainda fazer parte do imaginário de alguns segmentos do Estado de Roraima: a visão de que a Guiana é composta de negros de orientação comunista, portanto, indivíduos a serem temidos por representarem uma ameaça junto à fronteira do Brasil. Vale ressaltar que em uma determinada época do passado, a Guiana representava também a colônia britânica de onde roraimenses podiam comprar produtos de primeira qualidade, como manteiga, bicicleta, entre outros bens de consumo.

Há um fato importante em relação ao universo literário guianense para o qual gostaríamos de chamar a atenção e que ainda é característica marcante da literatura daquele país: a migração de escritores. Pesquisadores daquela literatura tentam de várias formas justificar o porquê de tão comum prática. Dentre as justificativas estão fatores como mercado insuficiente; falta de incentivo à produção livresca; instabilidade política, entre outros. O fato é que os maiores nomes da comunidade literária do país vive fora de seu país. Com Martin Carter a coisa se deu de forma diferente. Carter não buscou o exílio a fim de construir um grande nome artístico. Para ele o exílio podia ser dentro de seu próprio país.

Outro fato interessante mencionar em relação à vida de Carter, foi sua passagem, como membro ativo, pelos três principais partidos políticos da Guiana. Depois de ter militado, por alguns anos, no PPP, ao lado de Cheddi Jagan quando da fudação daquele partido, Carter resolveu deixá-lo por acreditar que tal partido tinha forte orientação racista, e decidiu se juntar ao PNC, Congresso Nacional do Povo. Depois de estar filiado ao PNC Carter não aceitou a forma autoritária como seu líder, Forbes Burnham, líder político afro-guianense e considerado um dos arquitetos da nação, guiava os destinos do país. O poeta decidiu então se juntar a outro partido: o WPA, Alinança do Povo Trabalhador, o mesmo partido do professor de história Walter Rodney, assassinado em 1980.

Com a morte de Carter em 1997, a Guiana ofereceu ao mundo um talento poético e ao mesmo tempo o típico intelectual envolvido com as causas da massa e o destino de seu país.

O que tentamos mostrar nos parágrafos acima relacionados ao momento histórico que trata da tentativa da Guiana de se tornar uma nação independente, é uma tentativa de mostrar que a indepêndncia da Guiana não foi concedida como um presente por parte da coroa britânica ao povo daquele país, como muitos tendem a imaginar. No processo de independência do país em questão, Martin Carter, um intelctual das letras, um poeta, teve participação importante enquanto mentor intelectual do movimento de libertação nacional.

Depois desta rápida exposição sobre a poesia guianense passaremos agora a comentar sobre o romance guianense que, apesar de também ser jovem, como a poesia, aponta para um futuro assaz animador. Para nossa reflexão nos concentraremos em três nomes que sem dúvida melhor representam a ficção daquele país: **Edgar Mittelholzer** (1909 – 1965); **Wilson Harris** (1921-) e **David Dabydeen** (1956-).

Edgar Mittelholzer nasceu na pequena cidade portuária guinense de New Amterdam, localizada no outrora chamado Condado de Berbice, região que faz fronteira com o Suriname. Ele foi até hoje o romancista guianense que mais romances publicou, cerca de mais de vinte romances. Seu primeiro romance escrito e publicado foi *Corentyne Thunder*, em 1941, por uma editora

inglesa. O romance trata, dentre outras coisas, do dia-a-dia da vida de descendentes de imigrantes indianos da região costeira do Corentyne, região hoje conhecida por seus arrozais infíndos, seus rebanhos bovinhos, suas mesquitas e seus templos hindus. À época da publicação do romance, em 1941, a Guiana ainda fazia parte do império britânico. Ao começarmos a ler as páginas introdutórias do romance, a impressão que se tem é a de que o autor publicou sua obra para um público-leitor externo, como podemos perceber logo no início da narrativa:

Um conto que estamos para começar fala sobre Ramgolall, um criador de vacas, que viveu na costa do Corentyne da Guiana Britânica, a única colônia britânica na parte continental da América do Sul. Ramgolall era pequeno e bastante magro. Ele era um indiano que chegou na Guiana Britânica em 1898 como imigrante contratado para uma propriedade produtora de cana-de-açúcar. Ele tinha trabalhado duro. Ele tinha cumprido religiosamente o período de seu contrato, e agora aos sessenta e três anos de idade ele cuidava de vacas nas savanas da costa do Corentyne, seu próprio senhor e guia. (MITTELHOLZER, 1981, p.9)⁵

Gostaríamos de chamar a atenção para o fato de que há uma preocupação, logo de início, por parte do narrador, em situar o leitor no tempo e no espaço. Mittelholzer se comporta como o típico escritor da colônia escrevendo para a metrópole. Outro fator importante a ressaltar está no fato de que o leitor logo é informado sobre aspectos da imigração indiana para a Guiana, assunto que retomaremos com mais detalhe em momento oportuno, quando estivermos lidando com a produção ficcional de outro dos escritores a serem estudados.

Mittelholzer foi um dos pioneiros do romance na Guiana, principalmente por ser o primeiro escritor guianense a deixar o país e a ganhar a vida como escritor. A temática de sua obra é das mais variadas. Ele aborda desde assuntos ligados à identidade do homem anglo-caribenho a assuntos ligados ao passado histórico de seu país, passando inclusive, por histórias de terror, como em seu livro *My bones and my flute* (1955), hoje uma espécie de leitura obrigatória para alunos de nível médio na Guiana. A leitura da obra de Mittelholzer é algo indispensável para quem pretende ter um melhor conhecimento do *ethos* guianense.

⁵ A tradução, do inglês, é nossa.

Edgar Mittelholzer, aquele que poderíamos considerar o pai do romance guianense, pôs fim a uma carreira das mais produtivas em se tratando de obras publicadas, quando cometeu suicídio ateando fogo ao próprio corpo em uma rua de Londres. Há quem relacione o suicídio do romancista ao fato de ele nunca ter aceito sua condição mestiça em uma sociedade onde o híbrido ainda sofre para encontrar espaço, como a guianense, principalmente na sociedade guianense de há mais de quarenta anos.

Um dos cadernos Mais do jornal a Folha de São Paulo datado de 1990, em uma de suas edições, trazia como título de uma de suas reportagens “escritor da Guiana é lançado com 30 anos de atraso” (Folha de São Paulo, 1990, p.?). O restante do artigo iniciava dizendo que “escritor prolixo de romances, teórico de sua própria obra, Wilson Harris, natural de Georgetown (Guiana), é amplamente reconhecido como um dos escritores contemporâneos mais criativos da língua inglesa” (Folha de São Paulo, 1990, p.?). Os trinta anos de atraso aos quais se refere o título do artigo é o tempo que Wilson Harris levou para ser traduzido no Brasil.

Wilson Harris nasceu em Georgetown, Guiana, em 1921 e atualmente reside na Inglaterra. Considerado escritor de difícil leitura, principalmente por não fazer uso do realismo de escrita linear, mas de uma espécie de realismo fantástico. Por razões desta natureza há críticos que tentam aproximar Harris de alguns escritores do chamado boom latino-americano que fizeram uso desta técnica, como Garcia Marquez, entre outros.

Uma das preocupações constantes de Harris em sua obra é sua quase obcecação pelo passado mítico das Américas. Seu primeiro romance escrito e publicado foi *Palace of the Peacock* e isto se deu em 1960. No Brasil a obra foi traduzida e publicada com o título de *Palácio do pavão* (1990). Aliás, como estamos lidando com a literatura do ponto de vista da crítica literária, é bom que se diga que a tradução da obra do inglês para o português apresenta alguns problemas sérios de tradução. Assim sendo, recomendamos que, aqueles que têm acesso à língua inglesa que o leiam no original a fim de que possam desfrutar de melhor leitura. A narrativa do romance trata de uma viagem metafórica para o interior da Guiana, esta apresentada como símbolo do mundo colonial encontrado pelo colonizador europeu à época dos

descobrimientos. O livro é pequeno em extensão porém profundo e arrebatador em se tratando de técnica e de significados. Um dos temas centrais do romance é a escravização do indígena pelos *conquistadores* europeus. De acordo com Jelinek (1995: 139), referindo-se à forma como Harris desconstrói a visão de que o indígena e a natureza do continente americano eram ambos passivos, “a escrita de Harris estimula no leitor um tipo diferente de visão que nega a passividade tanto do povo como da natureza, uma consequência da conquista renascentista há muito discutida e aceita como verdade”.⁶

Parte da matéria prima utilizada por Harris na confecção de seus mais de dezoito romances, foi adquirida quando este atuava como fiscal de terras para a coroa britânica no interior da Guiana.

David Dabydeen, romancista, poeta, crítico literário e professor universitário, assim como Edgar Mittelholzer, nasceu em Berbice, próximo à fronteira com o Suriname, em 1956. Ele descende de imigrantes indianos trazidos para a Guiana a partir da segunda metade do século dezenove. Antes de apresentarmos com mais detalhes a obra deste escritor, gostaríamos de discorrer, ainda que de forma rápida, sobre alguns aspectos relacionados à imigração indiana para a Guiana, a fim de que possamos conhecer melhor um pouco da realidade deste grupo étnico tão importante para a formação do país vizinho e do qual faz parte David Dabydeen.

Após a libertação dos escravos na Guiana, ocorrida em 1834, como em todo império britânico, com a finalidade de suprir a carência de mão-de-obra de alguns setores de sua economia, autoridades governamentais começaram a implantar sistemas de imigração para várias de suas colônias, inclusive para a Guiana. Registros mostram que tentativas foram feitas com chineses, portugueses e inclusive com africanos, mas as tentativas que mais lograram êxito foram aquelas levadas a cabo, a partir de 1838, com trabalhadores oriundos do subcontinente indiano introduzidos na Guiana como trabalhadores contratados. Outros territórios coloniais do Caribe também se beneficiaram de tais imigrantes, como por exemplo, Trinidad e Tobago e a Jamaica. Guadalupe, possessão francesa, e o Suriname, possessão Holandesa há época, também recebem grandes contingentes de tais imigrantes. Em relação à Guiana, os

⁶ A citação faz parte de um ensaio escrito em inglês e a tradução é nossa.

indianos continuariam a chegar no país até o tardio ano de 1917. Hoje os descendentes de indianos formam o maior grupo étnico do país vizinho, tendo ultrapassado os afro-guianenses.

Em relação à contribuição indiana para o desenvolvimento do país em questão, foram vários os setores nos quais se pode sentir a influência do país de Mahatma Ghandi: arquitetura; música; religião; economia; política e inclusive, principalmente nos últimos vinte e cinco anos, na literatura guianense.

Quando paramos para pensar sobre as origens de uma tradição literária produzida por indianos e seus descendentes na Guiana, percebemos que uma produção contínua, ininterrupta, é algo relativamente recente. Alguns fatores podem ser apontados como possíveis causas para tal retardamento, dentre eles está a própria condição trabalhista na qual o imigrante chegava na Guiana. O imigrante indiano na Guiana vinha para o país por tempo determinado, geralmente através de contrato de cinco anos e depois este poderia escolher voltar ou ficar no país. Ao contrário do que se esperava, a maioria decidiu ou se viu obrigada a permanecer, esperando um dia poder retornar à Índia. Esta situação fazia com que, no começo, os pais não enviassem seus filhos para as escolas da colônia. Como a maioria dos imigrantes era composta por hindus ou muçulmanos, reduzido era o número de imigrantes disposto a enviar seus filhos para serem transformados em cristãos, já que um dia eles esperavam voltar e como iriam eles se reinserir no sistema de castas do país de origem, no caso dos hindus? Mesmo para os de origem muçulmana, entre os quais o sistema de casta parecia ser mais flexível, a resistência foi tremenda.

Outro fator preponderante para manter o imigrante longe do sistema de educação, era o fato de eles terem desenvolvido características culturais eminentemente agrárias. Ao contrário do descendente de escravos que logo depois da libertação afluiram em massa para os centros urbanos, o indiano e seus descendentes preferiram, durante décadas, a vida agrária. Hoje é possível perceber ainda uma grande tendência do afro-guianense para assumir profissões que exigem maior qualificação educacional, enquanto que o indo-guianense tende ou para o agronegócio, o comércio e em menor escala para o funcionalismo público e para algumas profissões liberais. Este cenário, todavia, tem sofrido mudanças significativas nos últimos trinta anos.

No campo da produção artística o quadro não foi diferente, principalmente no domínio da literatura. Depois de quase um século e meio da presença indiana na Guiana, a década de oitenta do século passado foi talvez o período da história do país no qual se deu com maior força o aparecimento de uma classe de homens de letras conscientes de seu papel enquanto intelectuais representantes de um povo. Foi neste cenário que despontaram escritores como Rooplall Monar, poeta, contista e romancista e cuja obra foi objeto de nossa dissertação de mestrado, assim como o próprio David Dabydeen, só para citarmos os dois.

Como mencionamos em parágrafo anterior, Dabydeen nasceu em 1956. Tendo passado parte de sua infância com a família no interior da Guiana e em Georgetown, no final da década de sessenta do século passado, quando ondas de conflitos raciais envolvendo afro e indo-guianenses começaram a se intensificar, Dabydeen e sua família decidiram deixar o país e se instalar em Londres. Na Inglaterra o romancista teve a oportunidade de frequentar a Universidade de Cambridge, onde graduou-se em Inglês. Na Universidade de Londres o mesmo conseguiu o grau de doutor em Literatura Inglesa.

Em relação a sua produção literária, Dabydeen tem se destacado por seu ecletismo no que concerne a gêneros literários, despontando com sucesso tanto como poeta e romancista quanto como crítico literário. É autor de cinco romances, dentre eles estão *The Intended* (1991); *Disappearance* (1993) e *The Counting House* (1996). Em relação à crítica literária vale a pena citar, entre outros escritos, o ensaio “On not being Milton: nigger talk in England today” e a coletânea de ensaios por ele editada intitulada *Across the Dark Waters: Ethnicity and Indian Identity in the Caribbean* (1996).

Uma das marcas da escrita dabydeeniana é a memória das experiências vividas pelos imigrantes indianos no Caribe, uma experiência de preconceito racial, desenraizamento, personalidade dividida entre outras coisas relacionadas à condição migrante indo-caribenha. Sua escrita se caracteriza por um constante diálogo com a teoria pós-colonial assim como por um constante revistar o passado colonial do Caribe. A obra de Dabydeen é uma excelente sugestão para aqueles interessados em melhor conhecer aspectos ligados ao indiano e seus descendentes na Guiana.

Atualmente Dabydeen é professor e diretor do *Centre for Caribbean Studies* da Universidade de Warwick, na Inglaterra.

Antes de concluirmos o presente trabalho gostaríamos de mencionar algo relacionado à crítica literária produzida na Guiana e para tal nos concentraremos no nome de uma das mais prestigiadas revistas produtoras de crítica, estamos falando da revista *Kyk-Over-AI*.

A revista *Kyk* foi publicada pela primeira vez no ano de 1949 e surgiu como uma espécie de porta-voz da Associação de Escritores da Guiana Britânica. Seu nome tem origem em um dos mais antigos monumentos do período colonial guianense: o forte *Kyk-over-al*, fortaleza fundada pelos flamengos no interior do país no começo de século dezessete. Na época da criação da revista, seus idealizadores imaginavam um instrumento midiático capaz de contribuir para forjar uma consciência nacional e ao mesmo tempo capaz de estimular o aprimoramento dos bens espirituais do país.

Depois de mais de sessenta anos desde o lançamento de seu primeiro número, a *Kyk* tem enfrentado sérios problemas no tocante a sua publicação e circulação, já que seus editores dependem de doações e de assinaturas para continuar publicando-a, todavia, apesar dos percalços, o periódico se mantém de pé como um dos grandes irradiadores da literatura produzida no país e tem tido na pessoa de Ian MacDonald, poeta e crítico literário de origem trinitária, um de seus mais ardentes e dedicados editores.

Outro fator que tem contribuído de forma significativa para a divulgação da literatura guianense é o próprio curso de Letras da Universidade da Guiana, onde o aluno tem a oportunidade de cursar literatura ou lingüística. O referido curso tem atraído alunos, professores-pesquisadores de vários países da região caribenha assim como da Europa, África e demais quadrantes das Américas, como foi o nosso caso quando buscamos um contato direto com um curso de Letras de um país de expressão inglesa após o término, no Brasil, de nossa licenciatura em Letras (Português-Inglês e suas respectivas literaturas).

Um dos grandes problemas enfrentados pelo homem de letras em um país como a Guiana, considerado, do ponto de vista econômico, como um dos países mais pobres das Américas, é a falta de incentivo no tocante à publicação de suas obras. Em entrevista ao crítico e professor guianense de origem indiana

radicado em Toronto, Frank Birbalsingh, o romancista e também professor guianense Roy Heath, radicado na Inglaterra, lamenta que,

Um dos nossos grandes problemas é que nós não temos nossas próprias casas publicadoras. A atividade de publicação na Guiana é um negócio particular. Já que não temos pessoas investindo uma boa soma em dinheiro na área de publicações nós mesmos temos que fazê-lo. Seymour publicou seus próprios livros; ele é importante como uma figura que antecipou o ramo de publicação que irá crescer, cedo ou tarde, na Guiana (HEATH, 1998, p.224)⁷.

Razões desta natureza são algumas das justificativas apresentadas por um grande número de escritores da Guiana para não permanecerem no país. É grande o número de escritores guianenses residindo no exterior. Há um fator que sem dúvida estimula de forma contundente esta prática da migração, dentre muitos outros, claro: o fato de tais escritores se expressarem em uma língua universal, o inglês. Isto tem contribuído bastante para que muitos sejam absorvidos por instituições, sobretudo da América do Norte, como componentes de departamentos ligados a estudos anglófonos. Seja qual for a razão, o que importa é que um grande número de cérebros estão produzindo em instituições estrangeiras, fazendo com que o país continue enfrentando um grande déficit no que concerne à produção intelectual, fator preponderante para o desenvolvimento de uma nação.

Para finalizarmos o presente trabalho, gostaríamos de mencionar que atualmente a Guiana tem seus próprios prêmios literários. O Prêmio de Literatura da Guiana, o principal prêmio literário do país foi criado em 1987, sob os auspícios do então presidente daquele país Desmond Hoyte. Na época a visão do presidente foi a de conferir prêmios com o objetivo de promover o desenvolvimento das letras no país. O prêmio é conferido de dois em dois anos e podem concorrer ao mesmo escritores guianenses residentes ou não no país. Os mesmos podem concorrer na área de poesia, ficção e/ou teatro.

Além de concorrerem a prêmios literários em seu próprio país, o escritor guianense também tem participado com sucesso de prêmios literários ao redor

⁷ A tradução, do inglês para o português, é nossa.

do mundo, principalmente de prêmios oferecidos no âmbito da Commonwealth, David Dabydeen é dos melhores exemplos de participação com sucesso.

A título de conclusão, gostaríamos de parabenizar a *revista Textos e debates* pela lúcida iniciativa de produzir um dossiê dedicado a assuntos ligados à Guiana, país vizinho sobre o qual conhecemos tão pouco. Com mais esta iniciativa, este espaço precioso de discussão acadêmica, mostra seu papel relevante no tocante à divulgação do conhecimento seja ele em nível local ou universal.

Gostaríamos de frisar que o que tentamos fazer aqui, enquanto pesquisador da literatura e de assuntos relacionados à Guiana, foi mostrar um pouco da realidade do país vizinho, país que se apresenta como fonte inesgotável de pesquisa para aqueles interessados em assuntos ligados às relações interculturais internacionais. Optamos por fazê-lo via crítica literária por crermos que a arte literária é uma das melhores formas de penetrarmos na alma de um povo.

FONTES CONSULTADAS:

ALARCON, Mary Castaneda de. “La búsqueda de la identidad guyanesa como ciencia política: Martin Carter”. In ROMERO, Rita Giacalone de (org). *Guyana hoy*. Mérida: Corpoandes Editora Venezolana C. A. , 1982.

BREINER, Laurence A. *An introduction to West Indian Poetry*. Cambridge: Cambridge University Press, 1998.

COELHO, Pedro Motta Pinto. *Fronteiras na Amazônia: um espaço integrado*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1992.

DABYDEEN, David. (org.) *Across the Dark Waters: Ethnicity and Indian Identity in the Caribbean*. Hong Kong: Macmillan Caribbean, (1996).

DABYDEEN, David. *Disappearance*. Leeds: Peepal Tree Press, 2005.

BADYDEEN, David. “On not being Milton: nigger talk in England today”. In BUTCHAER, Maggie. *Tibirisi: Caribbean writers and critics*. New South Wales: Dangaroo Press, 2001.

DABYDEEN, David. *The Counting House*. Leeds: Peepal Tree Press, 2005.

DABYDEEN, David. *The Intended*. Leeds: Peepal Tree Press, 2005.

FÉLIX, José Teixeira. *Resistance and emancipation in the writings of Rooplall Monar*. 2003. 117 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

HARRIS, Wilson. *Palácio do pavão*. São Paulo: Globo, 1990.

Folha de São Paulo. *Escritor da Guiana é lançado com 30 anos de atraso*. São Paulo, 1990. Caderno Mais, p.?

JELINEK, Hena Maes. Wilson Harris. In KING, Bruce (org). *West Indian Literature*. London: Macmillan Education LTD, 1995.

KING, Bruce (org.). *West Indian literature*. London: Macmillan Education LTD, 1995.

MACDONAL, Ian. (Edit.) *Kyk-Over-All*. Georgetown: Read Thread Women's Press, 1998.

MITTELHOLZER, Edgar. *Corentyne thunder*. London: Heinemann Educational Books, 1981.

MITTELHOLZER, Edgar. *My bones and my flute*. Kingston: Longman, 1993.

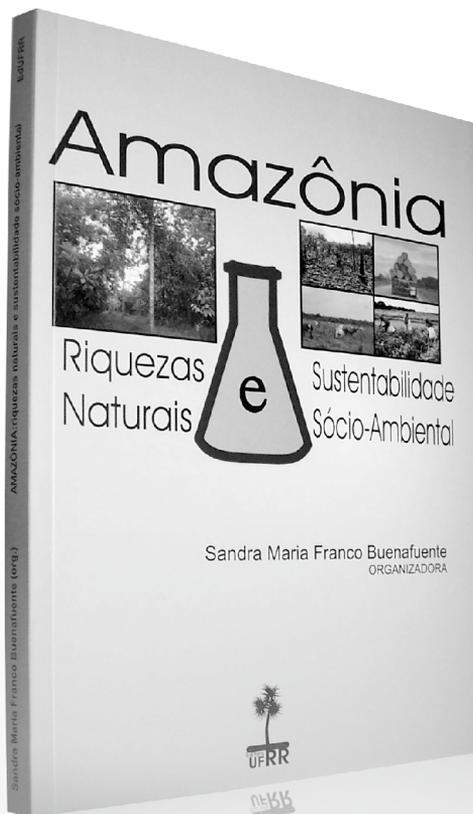
O Átomo. *Dinamitada a estátua da Rainha Vitória*, em Georgetown. Boa Vista, sábado, 05 de jun. de 1954. *Miscelânea*, p. 01

O Àtomo. *Graves agitações em Georgetown*. Boa Vista, sábado, 17 de abr. 1954. *Miscelânea*, p. 4.

O Átomo. *Rasgada a bandeira inglesa: agitações na capital da Guiana britânica*. Boa Vista, sábado, 29 de ag. 1953. *Miscelânea*, p. 6.

PROCÓPIO, Agemiro. *Destino Amazônico*. São Paulo: Hucitec, 2005.

SEYMOUR, A. J. *The making of Guyanese literature*. Georgetown: Guyana National Co. Ltd., 1980.



AMAZÔNIA: RIQUEZAS NATURAIS E SUSTENTABILIDADE SÓCIO-AMBIENTAL

Organizado por Sandra Maria Buenafuente



ARTIGO

RORAIMA INTERLIGANDO NAÇÕES: BRASIL E GUIANA

RESUMO: O presente texto pretende fazer uma reflexão sobre o aspecto fronteiro entre o Estado de Roraima e a República Cooperativista da Guiana, com destaque para o intercâmbio cultural através da língua, tendo como foco a preocupação com a (trans)formação do professor de inglês diante da realidade mundial e local. Desta forma, faremos um panorama de Lethem e a proximidade com Roraima que assinala possibilidades de prática e ensino do inglês em detrimento dos mitos existentes sobre a língua inglesa da Guiana, e finalmente articular à importância da sólida formação docente com fatores que permitam uma visão da influência da fronteira não somente para o aspecto político e econômico, mas para as relações sociais entre Brasil e Guiana.

Palavras chave: aspecto fronteiro, professor de inglês, intercâmbio cultural

ABSTRACT: The present text aims to do a reflection about the frontier aspect between Roraima and Co-operative Republic of Guyana, emphasizing the cultural exchange throughout the language, having as focus the concerning to the English teacher (trans)formation in the local and world reality. Therefore, we will do a panorama of Lethem and the proximity with Roraima that points out possibilities of English practice and learning in

* Professora do Colégio de Aplicação da UFRR,
Mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação
MINTER/PPGE/FACED/UFAM/UFRR
e-mail: carianepimentel@bol.com.br

detriment of the existing myths about the Guyana English language, and finally to articulate the importance of the solid educational formation with factors that permit a view of the influence of the border not only to the politics and economics aspect, but to the social relations between Brazil and Guyana.

Keywords: frontier aspect, English teacher, cultural exchange

INTRODUÇÃO

A educação vem sofrendo várias mudanças, e estas alterações interferem na formação de professores, pois vivemos um período em que os avanços tecnológicos nos possibilitam facilidades, praticidades e variadas formas de comunicação, com modelos políticos autoritários, centralizadores, homogeneizantes sendo substituídos por formas descentralizadas, heterogêneas, plurais e democráticas de relacionamento.

Nestas conjunturas políticas e econômicas, a língua inglesa adquire importante papel no mundo, não sendo mais considerada como uma língua de uso exclusivo de falantes nativos. O inglês vem funcionando como uma língua franca por seu vasto número de falantes não-nativos, sendo considerada uma língua internacional. O número de falantes não-nativos no mundo, segundo o Conselho Britânico¹, ultrapassa a quantidade de falantes nativos.

O fato de tantas pessoas estarem usando a língua inglesa no mundo todo se dá pela condição hegemônica que os Estados Unidos exercem no cenário mundial, o conhecimento da língua inglesa é altamente valorizado, utilizado na maioria das relações comerciais, sendo também veículo preferencial para a transmissão de descobertas científicas e tecnológicas. Portanto, a escolha do inglês como língua franca do mundo globalizado, não foi resultado de fundamentos fonéticos ou gramaticais próprios desse idioma, mas do processo histórico do sistema capitalista.

Roraima é o estado do Brasil que faz fronteira com a Guiana, país que fala a língua considerada universal, tendo assim o benefício da proximidade e o desafio de articular culturas e línguas com o intuito de desenvolvimento econômico com preocupação voltada para o ensino da língua, permitindo

¹ Conselho Britânico (www.britishcouncil.org)

comunicação e convívio que favoreçam ambos os países sem ter de exaltar a cultura de países dominantes que falam inglês.

O texto persiste na necessidade do professor de língua inglesa em Roraima obter conhecimento e ação reflexiva aliada às práticas voltadas ao contexto em que sua práxis está inserida com consciência da esfera social, cultural e política no âmbito mundial para não se tornar mais um mero reproduzidor da cultura colonizadora.

BRASIL E GUIANA: LIMITES E POSSIBILIDADES DE UM INTERCÂMBIO CULTURAL ATRAVÉS DA LÍNGUA

Roraima é um Estado do extremo norte do Brasil, de cunho ímpar, pois faz fronteira com dois países de línguas distintas: Venezuela – língua espanhola e República Cooperativista da Guiana – língua inglesa. Trataremos neste artigo da fronteira entre Brasil e Guiana.

Os dois países não têm relações históricas, apesar da proximidade, a Guiana foi colonizada por ingleses e por isso está ligada a outros países do Caribe de língua inglesa. O Brasil, em relação ao aspecto geográfico, sempre esteve mais voltado para os países que falam a língua espanhola, porém essa situação pode mudar.

O Brasil está começando a criar vínculos com a Guiana, um país que poucos brasileiros têm conhecimento, mas que está muito próximo. A distância entre Brasil e Guiana é de aproximadamente 125 km contados a partir da capital de Boa Vista/RR até Lethem (cidade fronteiriça da Guiana) Bonfim é o município fronteiriço de Roraima. A distância de Boa Vista a Georgetown é de 641km menor do que a distância entre Boa Vista e Manaus.

O nome oficial do país é Co-operative Republic of Guyana (República Cooperativa da Guiana). Guyana (pronuncia-se gaiana), mas no Brasil, a maioria das pessoas ainda chama o país de Guiana, pelo fato da mudança de "i" para "y" em inglês não ter diferença em Português, de modo que para nós, o país tem o mesmo nome que tinha quando era uma colônia do Reino Unido até tornar-se independente no dia 26 de maio de 1966. O "co-operative" (separado por hífen) se deve ao fato de que o país usa a ortografia britânica.

O primeiro contato com o inglês da Guiana faz parecer que eles falam outra língua, porém depois de algumas tentativas de praticar é possível entender com facilidade o que dizem e a compreensão é mútua. Os guianenses conversam entre si o "creolese" ou "creole English", dificilmente se entende, mas aprender o inglês em Lethem não prejudica nem regride a aprendizagem da língua.

Estudar e praticar inglês em Lethem, ao contrário do que muitos pensam, é por experiência própria uma oportunidade de intercâmbio. É possível conhecer falantes guianenses que os não nativos podem entender sem dificuldades, pois o inglês ensinado nas escolas da Guiana é o inglês britânico e não um dialeto. Apesar do sotaque próprio, que toda comunidade de falantes em qualquer lugar possui, encontramos falantes que falam inglês britânico, desmistificando assim, a crença do inglês da Guiana ser errado e incompreensível.

Lethem é uma cidade pequena que não possui planejamento, desta forma as casas os prédios públicos e os estabelecimentos comerciais são afastados uns dos outros, a pavimentação existente encontra-se em parte de uma rua somente, mas com moradores receptivos e simples. Este cenário nos mostra que a cidade não é moderna e nem típica de países hegemônicos, talvez mais um motivo para o mito de que seu idioma é desapropriado para ser praticado ou ensinado.

Bonfim e Lethem são separados apenas pelo rio Tacutu, uma margem do rio fica no Brasil e a outra na Guiana. Já existe uma ponte de acesso, porém ainda não foi inaugurada, por esse motivo, é preciso fazer a travessia à balsa.

As obras para construção da ponte estavam paradas desde 2001 devido às irregularidades detectadas em fiscalizações nos anos de 2003, 2004 e 2005, algumas das irregularidades foram: a alteração indevida de projetos e a supervalorização da obra.

No início do ano de 2007, o Primeiro Ministro da Guiana Samuel Hind visitou Roraima com a proposta de uma interligação que comece por Manaus, passe por Roraima com saída para o Atlântico, com recurso do governo federal brasileiro. O primeiro ministro em entrevista a Folha de Boa Vista², afirma:

²Jornal diário impresso que veicula notícias no Estado de Roraima.

“Sabemos da necessidade de interconexão dessa região. A Guiana é um país pequeno com população pobre e esta estrada viabiliza o desenvolvimento do povo que está ansioso por esta iniciativa”. Ao final do encontro, o vice-governador de Roraima declarou que o governo brasileiro viabilizaria o financiamento da construção da ponte e da estrada por primar à integração com os países sul-americanos.

Todos os trâmites burocráticos foram concluídos e a obra começou em fevereiro do ano de 2007 e encerraram em maio de 2008. Segundo o relatório do projeto da obra, a implantação do empreendimento contempla a execução de obras de pontes sobre os rios Tacutu (com 230m de comprimento) e Arraia (com 120m de comprimento), integrantes do traçado da BR-401, que possibilitam o escoamento da produção agropecuária de Roraima e de produtos da Zona Franca de Manaus para o mercado internacional.

A necessidade dessa conexão se dá também porque o Estado de Roraima está rodeado por países que constituem o chamado bloco das Guianas, de acordo com o projeto Arco norte, uma nova estrada internacional será construída para interligar Roraima, República Cooperativista da Guiana, Suriname, Guiana Francesa e Amapá. Segundo Santos (2004 p.46):

Tal rodovia, que terá aproximadamente 1800km de extensão, constituirá uma artéria de integração sócio-econômica, de alta relevância nos campos turísticos e comercial para o Brasil, particularmente para os estados de Roraima e Amapá, bem como os países supramencionados. O mesmo projeto prevê também a construção de um porto em Georgetown, a ser utilizado pelo Brasil como ponto estratégico comercial para o escoamento de seus produtos de exportação e recebimento de importação, o que reduzirá consideravelmente, o custo das mercadorias que sempre estão sendo onerados em consequência do fator transporte.

Notamos que há preocupação com o desenvolvimento econômico, o que é importante para o crescimento dos Estados envolvidos, porém acreditamos que deveria também, haver uma preocupação voltada para o preparo das comunidades tanto da Guiana quanto do Brasil para a aprendizagem da língua de seu país vizinho e adquiri-la como segunda língua e vice versa, pois a comunicação precisa acontecer para que haja entendimento e troca de experiências e cultura.

Oliveira (2003) na Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, ao se referir à função de comunicação que a linguagem tem, afirma que os direitos lingüísticos se associam, antes de tudo, com a categoria de direitos econômicos, sociais e culturais. Portanto, toda pessoa tem direito ao acesso a outra língua que lhe sirva de ferramenta de comunicação com outras comunidades lingüísticas.

Partindo deste pressuposto, professores poderiam obter melhor domínio da língua alvo e se sentiriam mais confiantes para ensinar, pois a fronteira, para o professor de língua estrangeira em Roraima, especificamente de inglês, representa uma vantagem para a comunicação, ou seja, de ensinar e aprender Inglês e pôr em prática com falantes guianenses. Prática essa aliada à política da boa vizinhança que possibilitaria a promoção mútua de fertilização cultural e oportunidades de experiências por meio de intercâmbios.

Tal prática poderia até se estender aos alunos, pois:

O papel educacional da Língua Estrangeira é importante, desse modo, para o desenvolvimento integral do indivíduo, devendo seu ensino proporcionar ao aluno essa nova experiência de vida. Experiência que deveria significar uma abertura para o mundo, tanto o mundo próximo, fora de si mesmo, quanto o mundo distante, em outras culturas. Assim, contribui-se para a construção, e para o cultivo pelo aluno, de uma competência não só no uso de línguas estrangeiras, mas também na compreensão de outras culturas. (PCN`s p.38)

Esta diversidade de recursos poderia levar o corpo docente da Universidade Federal de Roraima - UFRR a fortalecer a probabilidade de rever os componentes curriculares, do curso de Letras com habilitação em inglês, visando à preparação de profissionais e a implementação de propostas inovadoras suficientemente capazes de melhorar a prática pedagógica na UFRR e o convívio entre falantes da Guiana e Brasil.

Segundo Almeida Filho (1999), “O dedo oficial pode ajudar a força deste critério através de assinatura de protocolos que garantem a introdução gradual do idioma vizinho de ambos os lados.” p.46.

Portanto, além de disposição do professor e atenção especial voltada para o currículo de formação que viabilize oportunidades, será necessário

também que o governo contribua para a possibilidade de intercâmbio cultural, não só no processo de formação, mas de atuação para que o docente possa desenvolver um bom trabalho com ações inovadoras e reflexivas.

O PROFESSOR DE LÍNGUA INGLESA E O CONTEXTO EM QUE ESTÁ INSERIDO

Com a quebra das fronteiras nacionais e nova realidade virtual do dinheiro volátil ficou livre o caminho para a globalização da economia capitalista. Gamboa (2003) afirma que

Essa globalização se intensifica a partir da década de 1980 com o rápido surgimento de um novo sistema de coordenadas, graças aos satélites e à microinformática. Além dos limites nacionais aparece um mercado único e global e o espaço delimitado das nações tornou-se uma realidade que pertence ao passado. (p.97)

Portanto, este fenômeno está presente praticamente em todos os meios de relações sociais, que passa pela economia, pela política e vai até o modo de pensar das pessoas. É válido destacar que as condições econômicas e sociais dos países são diferenciadas, assim há desigualdades na competição entre eles.

A globalização aproxima universos de toda espécie situada em qualquer ponto do planeta, as informações são agora obtidas através das infovias as quais Rolnik (1997) afirma que por meio delas as comunidades são conectadas formando uma só aldeia, partilhando de idéias, gostos e decisões em tempo real numa “infundável polifonia eletrônica” que dá oportunidade de acesso a qualquer informação desejada a qualquer hora. Concomitantemente, aproxima e inclui, marginaliza e exclui assim como acontece no campo da educação.

A educação aparece como um componente indispensável da globalização. Segundo Gamboa (op.cit.), a educação é inerente aos interesses dominantes na sociedade global. Pois, é ela que idealiza como produto final o *homo faber*, que por sua vez nos remete a teoria do “capital humano”.

A teoria do capital humano visa, por exemplo, à formação do indivíduo para o mercado de trabalho, e quanto melhor for à qualificação, maior são suas

chances de ingresso e emprego, obtendo também, mais perspectivas de desenvolvimento e estabilidade econômica.

O modelo capitalista abre espaço aos discursos da diversidade e da diferença, de uma lógica neoliberal e global que transforma tudo em mercadorias e as pessoas em clientes, refletindo no modo de pensar, sentir e agir, exercendo sobre nós influências que nos orientam para determinadas posturas políticas, econômicas, sociais e com projetos de vida de interesse do poder fazendo as diferenças sociais parecerem justas e naturais.

Essa ideologia mascara a realidade, funcionando como instrumento de dominação. Chauí (1984) descreve a ideologia como um fenômeno histórico-social resultante do modo de produção constituída pelas formas de propriedade dos meios de produção e das relações de força de trabalho e posições sociais decorrentes da divisão social do trabalho.

Logo, a ideologia justifica e legitima a divisão de classes, levando os membros de uma sociedade a se conformarem, sem críticas e revoltas, com a sua organização, segundo Alves (2004, p.86) a ideologia é "... apresentada como a única possível e desejável, sendo cada um o que é por ter se esforçado, por ter escolhido, ou por dispor de talento ou não para ocupar determinadas funções".

Da mesma forma, Enguita (1989) complementa a idéia na área da educação, que a escola na verdade é o principal meio da legitimação meritocrática, pois as funções sociais mais relevantes são ocupadas pelos mais capazes em desempenhá-las, contribuindo para que os indivíduos interiorizem seu destino, sua posição e oportunidade social como de sua inteira responsabilidade, assim, o mérito é daqueles que adquirem as melhores posições, os que não conseguem são os próprios culpados pelo fracasso.

Concordamos que fica mais difícil se desvencilhar da noção de educação inerente aos interesses dominantes da sociedade global e da legitimação meritocrática visto que elas já estão impregnadas em quase todos os âmbitos da sociedade, mas não consentimos com a impossibilidade de desconstruir formas dominantes de teorização e prática educacional. Conforme Giroux (1995, p.140):

Na verdade, desejamos remodelar a educação do professor enfocando-a como um projeto político, como uma forma de política cultural que defina

os futuros docentes como intelectuais responsáveis pela criação de espaços públicos onde os alunos possam debater, assimilar e adquirir o conhecimento e as habilidades necessárias à luta rumo à democratização de um mundo mais justo e humano.

Dentro desse terreno com discurso ideológico reproduzidor dos interesses hegemônicos de um lado e a resistência e contestação a esses interesses do outro está o professor de língua estrangeira. Surge então, a seguinte indagação: como formar professores de língua inglesa com prática voltada para o contexto em que atua?

Os professores que trabalham com línguas estão fundamentalmente envolvidos com a vida política e social, não só os professores de inglês, mas o de línguas em geral, porém há uma especificidade em relação ao professor de língua inglesa.

Os dados da realidade lingüística no mundo apontam que uma estimativa de 1,5 bilhão de pessoas no mundo, ou seja, um quarto da população mundial, já possui algum conhecimento da língua no seu dia-a-dia, além do fato de que em torno de 80 a 90% da divulgação do conhecimento científico é veiculado em inglês. “Ou seja, quem se recusa a adquirir um conhecimento mínimo da língua inglesa corre o perigo de perder o bonde da história”. (RAJAGOPALAN, 2005 p.149)

Em outras palavras, a dominação do capital norte-americano no mundo globalizado predomina em todos os campos da vida social, até mesmo de pesquisas do meio acadêmico e científico que são inicialmente produzidos e circulados em inglês perpassando também pela mídia (TV, internet).

O ensino de língua inglesa faz parte do currículo escolar, servindo como instrumento de valorização e universalização da língua falada nos Estados Unidos da América. Isto não quer dizer, unicamente, que ninguém possa se libertar dos conteúdos ideológicos e perceber a realidade como ela é, mesmo estando sob forte domínio do poder de outros países.

É pertinente focalizar a relevância do professor de línguas, notadamente o de inglês, em obter consciência do mundo em que está localizado, que entenda, portanto, os processos políticos, econômicos, tecnológicos e culturais para atuação na prática de ensinar e aprender inglês.

Ensinar e aprender inglês consiste em se envolver em confrontos discursivos que somos todos expostos para podermos alterar ou construir mundos sociais melhores que colaborem na constituição de uma aliança anti-hegemônica que desconstrua discursos marginalizadores e marginalizados, excludentes e excluídos, pois são os discursos da diversidade e da diferença que constroem um mundo multicultural, determinando ou não a possibilidade de acesso aos meios econômicos e as tecnologias de informação.

O professor preocupado com sua prática busca desconstruir a dominação e alienação tanto dentro como fora das escolas e procura saber lidar com as formas de poder e controle desse sistema, mas por formação limitada e deficiente acaba se curvando a tudo que aparece de novo na escola, como se tal novidade ao ser adotada e seguida à risca transformasse toda sua prática para melhor, como num passe de mágica, sem necessitar de uma formação mais sólida e sem enxergar as questões mais urgentes como melhores recursos financeiros e humanos.

Contudo, para assumir uma atitude crítica e reflexiva não é tão simples, o professor deve estar disposto a mudanças. É essencial desfazer a aula copiada como sua marca registrada, esta marca deverá transformar-se no questionamento reconstrutivo alimentado pela constante formação por meio da pesquisa, a qual precisa ser internalizada como atitude cotidiana, não apenas como uma atividade especial para momentos e salários especiais.

Ao tornar-se reflexivo, torna-se crítico, isto não quer dizer que o professor venha apenas a questionar, mas com base em seus questionamentos, possa intervir, tornando-se não somente objeto, mas sujeito da educação, adquirindo competência para fazer, saber fazer e, sobretudo refletir para refazer permanentemente de forma pensada e inovadora.

Para Demo (2000), a habilidade questionadora reconstrutiva funda-se em procedimentos metodológicos que cercam e fecundam o conhecimento, para torná-lo inovador em termos teóricos e práticos. Além disso, o professor não aceitará tudo que lhe é imposto em seu ambiente de trabalho, inclusive as propostas mais absurdas, por não dispor de argumentos convincentes que fundamentem suas práticas.

Mas, este processo não se dá do dia para a noite, o professor deve estar ciente de que é um desenvolvimento em longo prazo que não se esgota na

conclusão de um curso de licenciatura, ou de pós-graduação. Vale ressaltar que o processo de formação começa no momento que o indivíduo entra na escola e vai até a formação profissional. Durante este período ele passa pela formação tradicional com base nos ditames do sistema econômico, político e social vigente, assim dificilmente desenvolve as possibilidades de criação, inovação e muito menos reflexão.

Portanto, é complexo repensar a formação docente ou repensar sua finalidade instituída, negando-a, superando-a, transcendendo-a, a fim de deixar a formação instrumental a serviço do capital. Porém, não é impossível recuperar a sua essência englobando formação crítica, reflexão, pesquisa e valorização da existência humana.

De acordo com Giroux e McLaren (1995) a deficiência na formação provém da falta de teoria social crítica no currículo desses programas “... a teoria da educação tem sido formulada em torno de um discurso e de um conjunto de práticas que enfatizam os aspectos imediatos, mensuráveis e metodológicos da aprendizagem.” (p.133).

Pimenta (2002) concorda com a idéia dos autores citados e afirma que a superação destas limitações surge com “... teoria(s), que permita(m) aos professores entenderem as restrições impostas pela prática institucional e histórico-social ao ensino, de modo que se identifique o potencial transformador das práticas.” p.25.

De acordo com Libâneo (2007) a melhoria das práticas de ensino parte da reflexão sobre a prática para apropriação e produção de teorias que possam formar sujeitos pensantes, capazes de um pensar epistêmico, ou seja, sujeitos que possam pensar crítica e historicamente a realidade e tomar posicionamentos diante dela para interferir ou modificá-la. Porém, para que se tenha ensino de qualidade é preciso formação docente sólida e permanente, voltada para o contexto em que estão inseridos professores e alunos.

Assim, conforme Moita Lopes (1996) a formação de professores de línguas que necessitamos, dentro da atual circunstância, não é a de um técnico, competente no uso de modelos, conhecedor e aplicador de regras gramaticais, com proficiência na língua estrangeira próxima à de um falante nativo. Necessitamos de um profissional reflexivo, aberto, que não mais se

preocupa com um determinado método de ensino, mas se preocupa com a produção do conhecimento em constante interação entre teoria, prática, aspecto políticos e culturais. Para Celani (2001, p.21)

O professor de línguas estrangeiras seria um graduado com habilidades para manusear o conhecimento de maneiras definidas, através de uma prática reflexiva, construída ao longo de um processo, com base em uma visão sóciointeracional crítica da linguagem e da aprendizagem; um profissional envolvido em um processo aberto de desenvolvimento contínuo, inserido na prática, e não derivado de um método ou de um modelo teórico.

Repensar a renovação do quadro de docência e pesquisa é importante para contribuir com programas de graduação e pós-graduação que enfatizem o ensino aprendizagem de línguas com base em teorias e conhecimento não somente da língua inglesa, mas de qualquer outra língua estrangeira.

Assim, queremos universidades que formem profissionais da educação epistemologicamente capazes de desenvolver a reflexão crítica e criadora, que possam avançar o saber e façam desenvolver no aluno seu potencial crítico por meio de esforço intelectual de questionamento, assimilação e criação, estando continuamente em sintonia com a sociedade e sua realidade, não se esgotando na mera transmissão de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos que o ensino da língua inglesa faz parte do currículo escolar, servindo como instrumento de valorização e universalização da língua falada nos países hegemônicos, por consequência do sistema capitalista e da globalização, mas a partir do momento em que se torna internacional, não é mais própria dos nativos dos países de primeiro mundo que falam a língua, e sim de diversos falantes que fazem uso do inglês como instrumento de comunicação entre os povos sem necessidade de exaltação da cultura dos países preeminentes.

Portanto, é preciso entender que Roraima tem a vantagem de estar bem próximo a Guiana e o inglês guianense deve ser reconhecido e valorizado, pois a formação do professor de inglês vista do contexto local para o mundial revela

que falar como os falantes dos países dominantes não é falar corretamente, é seguir modelos a agir conforme seus interesses, para que possam sempre estar no controle de qualquer situação.

A valorização deve começar pelas autoridades educacionais até chegar ao aprendiz, pois a globalização aponta claramente o valor do conhecimento de uma língua estrangeira, principalmente a língua inglesa. Almeida Filho (1999) afirma também que:

É preocupante pensar que, hoje em dia, mesmo a língua inglesa, pretensamente tão solidamente implantada na escola merece só o acaso, quando não o descaso das autoridades educacionais e dos agentes políticos quanto a sua manutenção com qualidade no currículo. (p.46)

A responsabilidade de um ensino de qualidade aos alunos não é somente do professor, pois vimos que ele também é vítima das relações de poder, da situação econômica e, por conseguinte de currículos inadequados, Paiva (2005, p.150-151) afirma que a circunstância se agrava quando professor atua em “um contexto desfavorável que não lhe dá acesso aos falantes ou às tecnologias que possam compensar essa ausência de contato com uma comunidade de prática em língua estrangeira.”

Ao abordarmos o tema da formação de professores dentro da realidade de nosso Estado vimos que temos ainda muitas dificuldades a serem superadas, mas que há possibilidades de ir além destes limites, mesmo sabendo que este processo não será consolidado em tempo real, porém quanto mais se falar sobre as necessidades de uma educação melhor, apontando a formação adequada e sólida com o auxílio de nosso contexto, mais oportunidades de práxis e intercâmbio aparecerão.

Queremos, portanto perceber paulatinamente alguns indícios destes apontamentos refletidos em práticas de formação docente em cursos de graduação e formação continuada, que se darão por meio de nossa persistência da importância do aspecto fronteiro em Roraima voltado para o trabalho pedagógico em função de formar e humanizar sujeitos, conscientes de seus direitos e obrigações, passíveis a transformações na construção histórico-social da realidade de nosso Estado e do país vizinho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA Filho, José Carlos Paes de. **Dimensões Comunicativas no ensino de línguas**. Campinas, SP: Pontes 1993.

_____. Pela diversidade de oferta de línguas estrangeiras na escola. In: J.C.P. de Almeida Filho (org.) **O Professor de Língua Estrangeira em Formação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 1999.

ALVES, Júlia Falivene. **A invasão cultural norte-americana**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2004.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua estrangeira** /Secretaria de Educação Fundamental. . Brasília : MEC/SEF, 1998.

CELANI, M. A. A. Ensino de línguas estrangeiras: ocupação ou profissão. In: LEFFA, V. J. (Org.) **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão**. Pelotas: Educat, 2001.

CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo, Brasiliense, col. Primeiros Passos, n.13 1984.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. 4ed. Campinas SP: Autores Associados, 2000.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola: educação para o trabalho no capitalismo**. Porto Alegre: Artes Médicas ,1989.

GAMBOA, S. S. A Globalização e os desafios da educação no limiar do novo século: um olhar desde a América Latina. In: LOMBARDI, J. C. (org.) **Globalização, Pós-Modernidade e Educação: história, filosofia e temas transversais**. 2 ed. Campinas, São Paulo: Autores Associados, 2003.

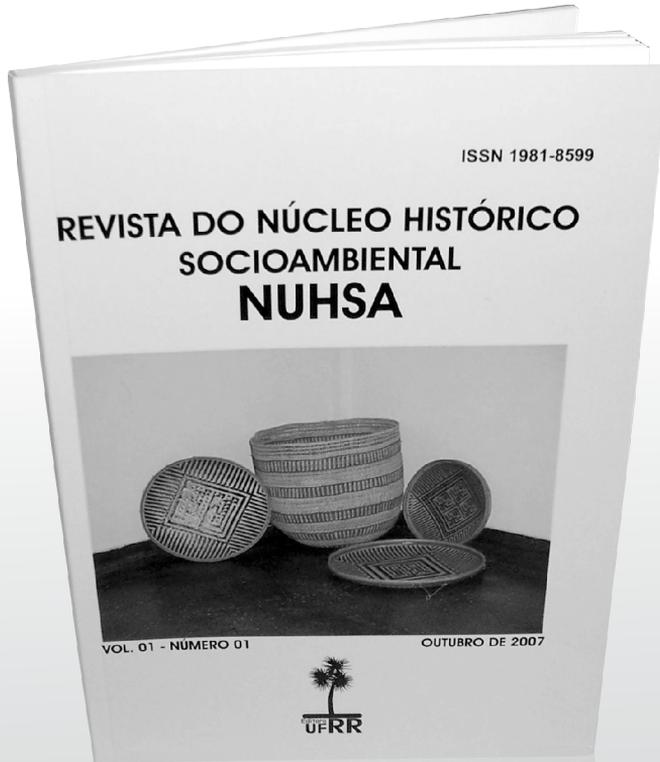
GIROUX, A. H. e McLAREN, P. Formação do professor como uma contra-esfera pública: A pedagogia radical como uma forma de política cultural. In: MOREIRA, Antônio Flávio B.(orgs.) **Currículo, Cultura e Sociedade**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 1995.

LIBÂNEO, J. C. **Adeus, professor, adeus professora? novas exigências educacionais e profissão docente**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2007. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 67).

MOITA LOPES, Luís Paulo. **Oficina de Lingüística Aplicada:A Natureza Social e Educacional dos Processos de Ensino / Aprendizagem de Línguas**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

- OLIVEIRA, G. M. (org.) **Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos: novas perspectivas em política lingüística**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.
- PAIVA, V.L.M.O. Autonomia e complexidade: uma análise de narrativas de aprendizagem. In: FREIRE, M.M; ABRAHÃO, M.H.V; BARCELOS, A.M.F (Orgs.). **Lingüística Aplicada e Contemporaneidade**. Campinas e São Paulo: Pontes e ALAB, 2005. p.135-153.
- PIMENTA, S.G. **Docência no ensino superior**. São Paulo: Cortez, 2002.
- PIRES, C. **Primeiro-ministro gostaria que Brasil financiasse estrada e porto**. Folha de Boa Vista, Roraima jan. 2007. Disponível em <http://www.folhabv.com.br/>>. Acesso em 18 de janeiro de 2007.
- RAJAGOPLAN. K. Por uma lingüística crítica. Linguagem, identidade e a questão ética. In LACOSTE, Y. (org.) **A geopolítica do inglês**. São Paulo SP: Parábola, 2005.
- ROLINK, S. Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempos de globalização. In LINS, D. (org). **Cultura e subjetividade: saberes nômades**. Campinas SP: Papyrus, 1997.
- SANTOS, A.J. **História da livre iniciativa: no desenvolvimento socioeconômico do estado de Roraima**. Boa Vista, RR: (FECOMÉRCIO), 2004

REVISTA DO NUHSA
Núcleo Histórico Socioambiental



ARTIGO

QUESTÃO DO PIRARA: **RORAIMA**

RESUMO: Neste trabalho apresentamos uma síntese de estudos preliminares sobre a Questão do Pirara. Para isso, buscamos aspectos de suas raízes no período colonial, quando foi registrada a presença de espanhóis, holandeses e seguida dos lusitanos e ingleses na região. É um evento do Brasil amazônico pouco discutido na historiografia regional e importante para a compreensão da formação de parte da fronteira atual entre o Brasil e a Guayana. O nosso interesse é provocar outras discussões e interpretações sobre esse evento histórico, que se mostra pouco claro na formação da fronteira, e sobre a “neutralidade” dos povos indígenas nos territórios em litígio.

Palavras-chave: Colonização no rio Branco, Relações Internacionais.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda de modo preliminar aspectos históricos sobre a delimitação das terras que fazem parte da atual fronteira entre o Brasil e a Guayana no final do século XIX e começo do XX. Nessa região amazônica, antes de sua colonização europeia, já existiam habitantes indígenas dos grupos lingüísticos Karíb e Arawak, entre outros grupos, que foram desaparecendo ou sendo incorporados no processo de contato entre índios e europeus.

No processo de formação da referida região, a literatura histórica tem marcado as relações entre os povos indígenas e os povos europeus através de tratados comerciais entre índios e os

¹ Doutor em História pela USP. Professor Adjunto do Departamento de História da UFRR.

² Doutora em História pela PUC/RS. Professora Ajunto do Departamento de História da UFRR.

representantes dos Países Baixos, através da escravidão e de aldeamentos por portugueses e espanhóis. Apesar dos conflitos socioculturais existentes ao longo desse processo, identificamos o grupo Wapixana, pertencente ao tronco lingüístico Arawak, e outros grupos do tronco lingüístico Karíb como os Patamona, Makuxi e Wai Wai que se fazem presentes nessa região em nossa atualidade.

O termo Pirara denomina um rio da Guyana localizado próximo dos atuais territórios da fronteira entre os rio Cotingo-Tacutu e Buroburo-Essequibo, a leste de onde hoje está o atual Estado de Roraima. No passado, segundo informações de estudos antropológicos³, Pirara era uma maloca Makuxi, situada na margem sul de um igarapé do mesmo nome e que, na segunda metade do século XIX, quando a maloca já havia desaparecido, tornou-se referência ao processo de demarcação do território entre Brasil e Guyana. Os dois países escolheram como marcos de fronteiras os rios dessa região pertencentes a bacia do rio Essequibo-Rupununi, no caso da Guyana, e a bacia do rio Branco, no caso do Brasil.

ASPECTOS GEOPOLÍTICOS

Para melhor compreensão do processo histórico entre os dois estados nacionais do Nordeste sul-americano é necessário lembrar que o Brasil é uma ex-colônia portuguesa com independência em 1822, e a atual República Cooperativista da Guyana é ex-colônia holandesa (1814) e depois Britânica (1831), permanecendo assim até 1966, quando ganhou a independência do controle Britânico.

Além disso, o Brasil, que historicamente foi colonizado por um país ibérico, tem na construção da identidade nacional aspectos comuns aos países latino-americanos. A Guyana, com língua e cultura inglesa mescladas a elementos da cultura caribenha, revela um perfil latino-americano distinto. A população na Guyana apresenta características culturais marcantes dos grupos étnicos majoritários de indo-guyaneses e afro-guyaneses, mais densamente ocupando o litoral, e grupos indígenas, com maior densidade na

³Ref. Erwin Frank, quando era professor do Departamento de Antropologia/UFRR, informação Pessoal.

região sul. A população do Brasil com características multiculturais também apresenta nessa região em questão uma grande parcela de povos indígenas.

Nessa perspectiva, durante o primeiro momento colonial, as relações entre índios e europeus aconteceu dentro de uma exploração econômica que podemos citar como sistema “mercantil”, com a instalação de postos comerciais pelos representantes dos Países Baixos. Eram homens de tradição germânica/Igreja Reformada e hábeis comerciantes que antes do século XVIII não tinham interesse na ocupação efetiva desse espaço amazônico. Ao contrário dos espanhóis e portugueses, de tradição latino/ romana que tinham interesse na efetiva ocupação da terra e escravização⁴ dos povos indígenas. Foi somente no século XVIII que os holandeses, como principais representantes dos Países Baixos, implantaram um projeto de expansão e ocupação dessa região do rio Essequibo com expansão para os rios Rupununi e Branco.

ASPECTOS HISTÓRICOS

A região amazônica apresenta particularidades advindas da sua complexa formação histórica. Isso pode ser percebido com o resultado de estudos do contato étnico, com obras de viajantes, cronistas e administradores das Companhias das Índias Ocidentais, relatórios e cartas dos espanhóis e portugueses. Para compreendermos aspectos do processo de formação das duas fronteiras: Brasil e Guyana, registramos algumas notas.

Até o final do século XVI, espanhóis e portugueses disputavam terras ultramarinas no chamado Novo Mundo. A Amazônia tem a sua configuração territorial resultante desse processo de ocupação, exploração econômica e diplomacia internacional iniciado com a colonização espanhola e portuguesa. O Tratado de Tordesilhas (1494) garantiu aos dois reinos ibéricos a posse das terras do Novo Mundo, incluindo o domínio sobre todos os povos indígenas habitantes desse território ultramarino.

⁴O reino espanhol usava um mecanismo denominado *Encomienda* nesse processo colonizador do índio. O *encomendeiro* ficava obrigado a proteger e cristianizar o o índio que deveria pagar tributo com prestação de serviço. O portugueses usavam distintos mecanismo de poder sobre o índio como os Aldeamentos, Tropas de Resgates, Guerras Justas, tornando o índio que não fosse cristianizado numa exploração lucrativa.

Ao buscarmos fontes historiográficas⁵ que explicassem essas expedições européias na costa da Guayana, constatamos que navios holandeses já realizavam comércio nessa região antes de 1580. Este período do século XVI é particularmente interessante porque, semelhante ao português, que expandiu a colonização para a região Amazônica privilegiado pela fase da União Ibérica, o holandês como comerciante da principal província dos Países Baixos foi também privilegiado pela União Ibérica. Nesse período, as Províncias Unidas dos Países Baixos estavam sob o domínio do governo espanhol até sua independência, em 1581 (HULSMAN, 2007; OLIVEIRA, 2006). Subordinados ao reino espanhol, os ricos comerciantes holandeses recebiam autorização para navegar e comercializar pela “Costa Selvagem”⁶ e nas ilhas de Trinidad e Margarita, sedes do governo espanhol do Atlântico Norte.

Assim, esses representantes dos comerciantes dos Países Baixos Espanhóis souberam tirar proveito dessa importante prática no desenvolvimento das Relações Internacionais de Contato pelo holandês, com índios habitantes da costa e das ilhas, durante suas primeiras viagens de comercialização e exploração. Apesar dos lucros dessa exploração comercial na Amazônia, espanhóis como defensores do catolicismo e os representantes dos Países Baixos defensores do calvinismo travavam lutas políticas e religiosas na Europa. Essas guerras européias tinham alguns momentos de paz e deram a independência dos Países Baixos espanhóis somente em 1648.

Entretanto, durante os poucos momentos de paz, houve uma reorganização do poder político e econômico dos Países Baixos em 1621, O governo geral dos Países Baixos passou para o recente Estado Holandês, por meio da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, o controle do posto comercial e militar do Essequibo.

O frágil processo colonial praticado pelos comerciantes das distintas localidades de trocas e defesa ao longo do rio Essequibo ficou, desse modo, sob a administração holandesa até o começo do século XIX. Embora essa região tenha sido reivindicada pelos espanhóis com base no Tratado de Tordesilhas, enviando patrulhas periódicas por toda a costa no início do século

⁵ Cf. Acuña, 1994; Barbosa Et Al, 1997; Boxer, 1961; Burnett, 2000; Dreyfus, 1993; Farage, 1991; Hulsman, 2005 E 2007; Oliveira, 2003 E 2006; Reis, 1982; San Martín, 2002; Storm Van's Gravesande, 1967.

⁶ Termo que designava toda a costa amazônica caribenha entre o delta do Orinoco e o delta do Amazonas.

XVII, os holandeses ganharam o reconhecimento oficial da posse dessas terras com a assinatura do Tratado de Münster, concluído na antiga província germânica em 30 de janeiro de 1648. Esse Tratado é um dos dois Tratados que integram o Tratado de Westphalia, que marcou o fracasso dos Habsburgo da Coroa da Espanha na Guerra dos Trinta Anos perdendo o poder sobre os Países Baixos (STORM VAN'S GRAVESANDE, 1967, p.13).

O evento da guerra européia com o Tratado de Westphalia tem importância particular para analisarmos lacunas da historiografia que interpreta essa região amazônica com a colonização dos Países Baixos. Nada melhor que o Tratado da Guerra dos Trinta Anos na Europa para entendermos o papel dos homens que representavam as Províncias Unidas dos Países Baixos na Amazônia, com interpretações comerciais e jurídicas distintas dos representantes dos países ibéricos.

Foi após esse evento, que segundo as Cartas de Storm van Gravesande (Op. Cit.), esses homens do comércio chegaram, em nome da Holanda, aos rios Rupununi, Tacutu e Branco nas primeiras décadas do século XVIII. Tal empreitada, no processo histórico amazônico, assustou aos portugueses do Grão-Pará e aos espanhóis da região do rio Orinoco. Desejando colocar um fim ao avanço holandês na Amazônia, portugueses e espanhóis iniciaram uma campanha de denúncias contra os holandeses escrevendo cartas e relatórios aos reis ibéricos argumentando sobre os abusos e maus-tratos que os holandeses infligiam aos indígenas.

Os colonizadores e comerciantes holandeses olhavam para o interior da Amazônia, que lhes era totalmente desconhecido. No entanto, sabiam que contavam com alianças comerciais com os nativos e que, segundo indícios de testemunhos indígenas, a região estaria cheia de riquezas minerais. Ao aproveitar a aliança “mercantilista” com os índios, os holandeses foram alargando um pouco mais o empreendimento lucrativo e, a partir da ação dos indígenas, organizaram a política do comércio de manufaturados holandeses em toda a região. Os produtos holandeses deixaram a costa e foram também para o interior amazônico: entre os rios Amazonas, Oiapoque, Cayenne, Caurora, Suriname, Corentine, Essequibo, Orinoco, Mazaruni, Cuyuni, Rupununi, Branco e Negro. Adicione-se a isto os contatos com as ilhas do mar Caribe.

Na época, as autoridades luso-brasileiras declararam “guerra justa”⁷ contra os Manao, acusando o Chefe Ajuricaba de manter contato com os holandeses, aos quais estaria aliado, e teria como meta a expulsão dos portugueses do vale do rio Negro. Entretanto, as informações são insuficientes e quase nada reveladoras sobre esses episódios, que são pouco estudados na historiografia amazônica. Todo o discurso versou sobre a denúncia da etnia Manao como obstáculo para a penetração missionária portuguesa e a evangelização católica no rio Negro em direção ao rio Branco. Assim, há uma ênfase que caracteriza o chefe dos Manao como um forte aliado dos holandeses, recebendo armamento para impedir os portugueses de navegarem para o interior do rio Negro (OLIVEIRA, 2003, p.72).

Segundo as notas de Storm van's Gravesande (1967, p.25), há referências do contato dos holandeses com os Manao por volta do ano de 1714, que chegaram ao Rupununi e realizaram visitas no Essequibo. Além disso, a fonte que explica a saga dos Manao até o Essequibo não enunciou a presença do jovem guerreiro e Chefe Ajuricaba na comitiva que chegou ao Essequibo. Os julgamentos pouco lisonjeiros acerca do caráter, da religiosidade e do “estado de selvageria” dos Manao, além de Ajuricaba ser forte aliado dos holandeses, fato este confirmado pelos portugueses, são algumas das lacunas na construção histórica da Amazônia portuguesa.

Podemos dizer que, na raiz desse episódio, da caça ao índio e da busca pelo ouro na cidade de Manao, pode estar a origem de uma das mais terríveis “guerras justas” ocorridas no rio Negro, na referida época colonial de nossa história. Este é outro tema que deve ter maior atenção dos estudiosos amazônicos, para ultrapassarmos as análises pouco esclarecedoras resultantes das explicações históricas contidas no Diário de Viagem de Francisco Xavier Ribeiro de Sampaio sobre esse episódio dos Manao, quando foi Supervisor Geral da Capitania de São José do rio Negro por volta de 1774 e 1775.

Nesse sentido, foi na primeira metade do século XVIII que também ocorreu outro episódio descrito pela história amazônica, mas raramente esclarecido. Esse evento ocupou um dos principais temas das correspondências de Gravesande

⁷Era um mecanismo de captação direta de escravos índios, autorizado pela Coroa portuguesa ou seus representantes, aumentando o contingente indígena, que supria de escravos o mercado colonial português (Cf. MONTEIRO, 1994, p. 105)

para os Diretores Gerais da Companhia da Índia Ocidental Holandesa, que foi o desaparecimento de Horstman. Tudo parece ter começado quando Laurens Storm van Gravesande era o Secretário de Gelskerke, o qual era o Comandante da Colônia do Essequibo, e enviou Nicolas Horstman, médico alemão que prestava serviços na referida Colônia, numa expedição ao Rupununi. A expedição tinha como principal meta localizar a nascente do rio Essequibo e marcar a região com uma bandeira da Holanda, ampliando os limites territoriais holandeses para a região de savana (OLIVEIRA, 2006).

Pelo caráter político-patriótico dado à viagem de Horstman, transparece o interesse de Storm van Gravesande na observação cartográfica e na gente indígena, para identificar os interesses gerais e permanentes da Colônia do Essequibo com extensão para a região do Rupununi. Na Carta nº. 54^ª do Secretário Storm van Gravesande para os Diretores Gerais dos Países Baixos, ele informou que Horstman havia deixado a Colônia do Essequibo no dia 03 de novembro de 1739, tendo como companheiros dois dos melhores soldados fornidos com armas, com instruções e passaportes nas línguas holandesa e latina. Nessa expedição, Horstman contava também com os serviços de quatro crioulos fortes para servirem como guias e intérpretes no contato com os índios. Essas idéias de expansão territorial permeiam as cartas de Gravesande para a Companhia das Índias quando ele descreve detalhes da viagem de Horstman, quando ele vislumbra o possível fortalecimento do governo do Essequibo com a implantação de novos postos de comércio, inclusão das novas terras e cooptação dos índios. Contudo, essa ascensão político-econômica do Essequibo não aconteceu, porque, após essa missão exploratória, correram rumores na Colônia holandesa de que Horstman havia abandonado a região do Rupununi e que tinha ido trabalhar para os portugueses no Grão-Pará.

As notícias da deserção do importante funcionário holandês Nicolas Horstman são confusas e também fazem parte dos temas que merecem mais estudos, para termos de análises mais esclarecedoras da integração das terras do rio Branco no projeto de expansão territorial portuguesa na Amazônia. Alguns textos etno-históricos dão notícias de que o comerciante e explorador

⁸ Carta do Secretário Geral do Essequibo para a Companhia da Índia Ocidental holandesa, em 23 de novembro de 1739. In: BRASIL. Tratados, 1903, p.43.

representante da Holanda foi preso no rio Negro, no Aldeamento Aracari e levado para o Grão-Pará. Os motivos da prisão não foram esclarecidos e dão conta de que em 1739, o seu depoimento transformou-se no primeiro documento escrito revelando detalhes sobre a rota fluvial ligando os rios Essequibo ao Branco, o Negro e Amazonas. Além das informações cartográficas, deu esclarecimentos sobre a ação mineralógica dos holandeses no Alto Essequibo. Parte dessas notícias foram publicadas pelo francês Charles Marie de La Condamine que esteve na região amazônica em 1743, essas informações tornaram-se instrumento básico para a cartografia dos viajantes do século XVIII (REIS, 1989; FARAGE, 1991; DREYFUS, 1993; BURNETT, 2000; OLIVEIRA, 2003 e 2006).

Durante a segunda metade do século XVIII, com a chegada dos portugueses ao rio Branco, as denúncias contra os comerciantes e colonos do Essequibo se tornaram mais fervorosas. Lobo D'Almada, em nome dos interesses do reino de Portugal, fez acusações, por meio de cartas e crônicas, contra holandeses e espanhóis, habitantes dessa região. Para Lobo D'Almada esses estrangeiros, considerados invasores pelos portugueses, não tinham interesse em evangelizar e nem em “civilizar” o índio da região amazônica. Para os representantes de Portugal, esses dois povos europeus estavam mais voltados para o comércio e o tráfico de escravos índios que eram negociados no mercado da Colônia holandesa do Essequibo (NABUCO, 1903; REIS, 1989; FARAGE, 1991).

Em 1814, esse território holandês na Amazônia foi formalmente entregue para o reino Britânico durante a Convenção de Londres. Alguns anos depois, em 1831, as colônias do Essequibo, Berbice, Demerara foram unificadas como Guiana Britânica, permanecendo assim até 1966, quando ganharam a independência do controle do Império Britânico. Nesse sentido, o território circum-Roraima foi dividido na tríplice fronteira nacional: Brasil, Guyana e Venezuela.

BRASIL E GRÃ-BRETANHA NO SÉCULO XIX E A FRONTEIRA EM LITÍGIO

Essa fase histórica no rio Branco é marcada pela missão Schomburgk e a Questão do Pirara, nome com o qual foi denominado o processo da disputa de

terras e da proposta de definição da fronteira entre Brasil e ex-Guiana Britânica. Um dos episódios vinculados a esta disputa começou entre 1835 a 1842 quando Robert Schomburgk, alemão que trabalhou para a Royal Geographic Society (Grã-Bretanha), fez um levantamento de campo visitando parte do território da Guiana, do Brasil e da Venezuela, com especial atenção para as regiões do Essequibo, do Rupununi, do Branco, do Uraricoera, do Orinoco e do Negro. A partir de 1840, desenvolvendo novas informações dessa expedição pela Guiana, Robert contou com o auxílio do irmão Richard Schomburgk.

Durante a expedição, por volta de 1838, Robert Schomburgk fez uma visita ao Comandante do Forte São Joaquim, que na época era o mais importante posto da administração político-militar português no alto rio Branco. Após esse episódio, Shomburgk seguiu viagem em direção ao Monte Roraima, e de lá seguiu para o rio Orinoco fazendo travessia pelo canal de Casiquiare e os rios Negro, Branco e Rupununi, regressando para Georgetown (REIS, 1982; FRANK, 2006).

A diversificada informação contida nos documentos da expedição Schomburgk, descrevendo com detalhes cartografia, demografia, relações culturais, fauna e flora, deu significativas contribuições científicas para a Etnografia do século XIX. No entanto, a sua maior contribuição com a exposição dessas informações foi a de despertar nos britânicos o desejo da ocupação efetiva na região do Pirara. Assim, o Império Inglês fomentou a disputa pela posse do território a leste dos rios Cotingo e Tacutu, argumentando que eram terras pertencentes aos comerciantes holandeses, passadas aos ingleses, no que foram confirmados pelo relatório da expedição Shomburgk.

No entanto, a documentação revela o esforço do comandante da Colônia do Essequibo, van's Gravesande, na tentativa de ocupação efetiva do território que não aconteceu. O processo colonizador dos comerciantes dos Países Baixos e depois holandês continuou caracterizado pelo sistema mercantil, pelo poder econômico que se dava na relação de trocas com os índios habitantes das distintas regiões dessa Amazônia em questão.

Esse episódio na história das relações internacionais tem poucas análises referentes as trajetórias dos índios Makuxi, Patamona, Wapixana por exemplo, nesse território disputado na fase expansionista espanhola e depois

portuguesa/brasileira, motivando a migração massiva desses povos indígenas na fuga do sistema de trabalho forçado, e a relação desses povos com a presença holandesa e depois inglesa. Um outro aspecto importante nessas relações é a participação dos missionários católicos em favor dos reinos ibéricos e dos missionários da Igreja Reformada em favor dos ingleses.

Esses embates geopolíticos e religiosos são confirmados no evento de 1838, quando o reverendo Thomas Youd, da Missão Evangélica de Bartica, estabeleceu-se na região do Rupununi comentando ter sido convidado pelos índios Makuxi. Bartica era uma antiga capital do “boom” aurífero do século XIX e localizada no rio Essequibo próxima dos rios Mazaruni e Cuyuni. O reverendo Youd ouviu reclamações desses índios contra os representantes dos reinos ibéricos que os torturavam por meio do trabalho forçado. Orientados pelo reverendo, os índios Makuxi deixaram de enviar equipes para o trabalho no Forte São Joaquim.

Essa situação foi denunciada pelo Comandante do Forte São Joaquim ao administrador português no rio Negro e no Grão-Pará, que decidiram expulsar o referido reverendo da região com o auxílio de um destacamento do Forte São Joaquim. Contudo, em 1840 o reverendo Youd voltou para a região na companhia de tropas britânicas e novos confrontos entre britânicos e portugueses foram vividos. Desse modo, o Comandante do Forte São Joaquim, Capitão Leal, acompanhado do Frei José dos Santos Inocentes empenharam-se em expulsar o britânicos e o reverendo Youd da região defendendo que a região dos rios Pirara, Rupununi, Maú e Tacutu eram terras pertencentes ao Brasil (Ferreira de Souza, s/d).

Outro aspecto desse episódio foi o argumento do governo brasileiro que usou os princípios do Tratado de Madri de 1750 (Uti Possidetis), cuja fórmula diplomática normatizou propósitos de convenções baseadas sobre possessões territoriais. Nesse contexto, o governo britânico argumentou que o território em questão era ocupado por índios “independentes” que reclamavam a proteção do Império Inglês. Tanto o governo brasileiro quanto o britânico, iniciaram movimentos de ocupação efetiva que fornecessem valor jurídico às suas pretensões territoriais. Em 1842, aceitando um acordo provisório entre os dois países, o Brasil reconheceu a “neutralidade” da região, retirando da área

em litígio os funcionários e o destacamento militar e impôs a condição de que os grupos indígenas continuassem “independentes”.

Do ponto de vista geopolítico a disputa e as tentativas de entendimento de direito apontavam para duas questões: a linha fronteira reivindicada pelo governo inglês visava garantir presença segura na bacia Amazônica através de seus afluentes; a linha pretendida pelo governo do Brasil abriria ao nosso país o acesso ao vale do Essequibo, que corre para o mar Caribe.

Nessa região fronteira, a Questão do Pirara foi marcada pela presença de grupos indígenas considerados “independentes”, entretanto não foi possível interpretar o comportamento sócio-cultural que norteou a ação indígena, que segundo os ingleses esses índios pediam sua proteção contra a violência cultural e corporal aplicada pelos representantes portugueses/ brasileiros. Nessas condições em que a formulação jurídica de direitos da região em litígio se alongou sem sucesso, entre avanços e recuos nas negociações diplomáticas, não identificamos reflexões mais sensíveis ao uso dos indígenas “independentes” como “fronteiras vivas”, ora servindo aos ingleses e ora aos brasileiros. Na luta entre os dois estados nacionais a população indígena teve historicamente seu território invadido e separado pela linha divisória traçada entre Brasil e ex-Guiana Britânica. O laudo final dessa disputa deu ao Brasil e aos ingleses não só o direito de posse da região em litígio, como também a posse da população indígena habitante do território dividido.

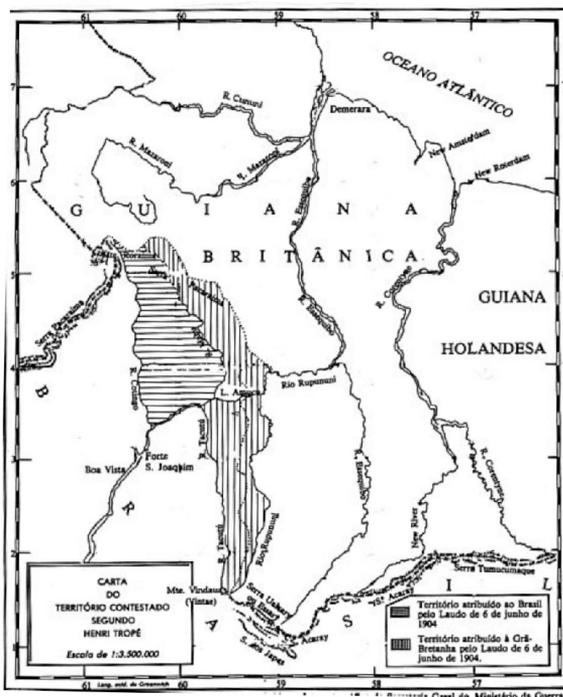
A discussão jurídica e diplomática sobre os limites da fronteira entre Brasil e ex-Guiana Britânica estendeu-se até 1901, quando o Governo britânico propôs ao Governo brasileiro uma solução na definição de direito das terras em questão. Ficou acertado entre os dois governos que a proposta da região em litígio seria entregue para arbitragem de direitos ao rei da Itália, Vittorio Emanuel III.

O Governo brasileiro confiou a Joaquim Nabuco a defesa de nossos direitos sobre a região disputada. Para isso, Joaquim Nabuco reuniu uma documentação abundante em favor do Brasil sobre a Questão do Pirara. Os argumentos britânicos tinham como uma das bases o conjunto de documentos apresentados pela expedição Shomburgk e relatos da Companhia Holandesa das Índias Ocidentais, além de alegar que as terras herdadas dos holandeses iriam até onde se estendiam suas alianças com os índios.

O resultado do laudo do rei italiano não favoreceu ao Brasil, quando, em 1904, Vittorio Emanuel III reconheceu como dos britânicos a maior extensão do território contestado. Com essa derrota, os brasileiros não puderam impedir o acesso dos ingleses à bacia Amazônica pelo Pirara. A região disputada foi dividida em duas partes: um território medindo 13.570 km² destinado ao Brasil, e outro medindo 19.630 km² que ficou com os britânicos.

Apesar de Joaquim Nabuco (1903) sentir-se injustiçado pelo veredito do rei da Itália, uma vez que havia apresentado vasta documentação a seu favor, o Brasil reconheceu a arbitragem na solução da fronteira em litígio. No entanto, a demarcação só foi realizada durante o governo de Getúlio Vargas, entre 1930 e 1938 por uma Comissão Mista Remarcadora de Limites, que de acordo com o Tratado e Comissões assinados em Londres, em 22 de abril de 1926, foram iniciados os trabalhos na confluência do rio Maú com o Tacutu.

No comando do grupo brasileiro foi indicado o Capitão de Mar e Guerra Braz Dias de Aguiar, tendo sido feito um levantamento de toda a área fronteiriça desde o ponto de trijunção internacional que vai do Monte Roraima até o Monte Caburaí. Depois, o grupo seguiu no levantamento até as nascentes do rio Maú. Em 19 de janeiro de 1939 chegaram ao fim os trabalhos dessa Comissão que construiu 132 marcos fronteiriços numa extensão de linha divisória de 964 km com a Guyana.



MAPA: Questão Pirara

Territórios atribuídos ao Brasil e à Grã-Bretanha em 1904 (J. Nabuco, 1941)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao demonstrarmos de forma sintética aspectos da cronologia do conflito histórico da fronteira amazônica entre Brasil e Inglaterra, aproveitamos para dizer que nessa formação de limites não foram registradas reivindicações de Portugal e da Holanda. Contudo, é importante comentar que, na visão geopolítica, a Colônia do Essequibo com vias fluviais de comunicação entre o Orinoco e o Corentine e com extensão para os rios Rupununi, Branco e Negro, tornou-se um lugar vigoroso, no qual os recursos naturais e indígenas ampliavam o poder político e davam aos holandeses muitos lucros comerciais.

Durante o século XVIII, o Comandante da Colônia do Essequibo tentou registrar a presença holandesa no Rupununi enviando Nicolas Horstman para essa região. Era sabido que Horstman comercializava com os missionários Carmelitas do aldeamento Aracari, no rio Negro, e registrava a cartografia da região para o Comandante do Essequibo. Contudo, Horstman e a documentação desapareceram misteriosamente. Espalharam-se notícias que

ele havia desertado e foi trabalhar para os portugueses, ou que ele tinha sido morto por escravos que fugiram com seus pertences.

Neste breve trabalho da Questão Pirara, as contribuições do episódio envolvendo a idéia de expansão territorial holandesa com a expedição de Horstman e, em seguida, a chegada dos portugueses ao rio Branco, são vestígios importantes para entendermos algumas características que definiram historicamente essa fronteira. Tal evento constituiu-se também em um importante aspecto da História das Relações Internacionais do Brasil na Amazônia.

A Questão Pirara foi resolvida com o laudo de 1904 favorecendo os britânicos com a maior parte do território disputado, porém podemos dizer que na história das relações entre Brasil e Guyana na diplomacia internacional, prevaleceu a harmonia nas negociações.

Também não poderíamos deixar de mencionar que após a independência em 1966, a Guyana aproximou-se mais do Brasil, com assinaturas de acordos econômicos, culturais e cooperação técnica. A prova disso foi a abertura da Embaixada Brasileira e do Centro Cultural do Brasil em Georgetown, além da construção da ponte sobre o rio Tacutu com possibilidade de um acordo pelo qual o Brasil poderá ter facilidade ao porto livre de Georgetown.

BIBLIOGRAFIA

ACUÑA, Cristóbal de (1641). **Novo descobrimento do grande rio das Amazonas**. Rio de Janeiro: Agir, 1994.

BARBOSA, Reinaldo Imbrozio et al. Historiografia das expedições científicas e exploratórias no vale do rio Branco. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrozio et al. (Orgs.). **Homem, ambiente e ecologia no estado de Roraima**. Manaus/Am: INPA, 1997.

BOXER, Charles Ralph. **Os Holandeses no Brasil: 1624-1654**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1961.

BRASIL. **Tratados, Guiana Inglesa 1596-1822**. Questions de la frontiere entre la Guyane Britannique et le Brésil. Vol. I, 1596-1822, Londres: Foreign, 1903.

BURNETT, D. Graham. **Masters of all they surveyed: exploration, geography, and a British El Dorado**. Chicago: The University of Chicago Press, 2000.

DREYFUS, Simone. Os Empreendimentos Coloniais e os Espaços Políticos Indígenas no Interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de & CUNHA, Manuela Carneiro da (Orgs.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: NHII/FAPESP, 1993.

FARAGE, Nádia. **As Muralhas dos Sertões – os povos indígenas do rio Branco e a Colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

FRANK, Erwin. **Os trabalhos dos Irmãos Schomburgk como fonte da Etnohistória da área Etnográfica da Guiana Ocidental**, disponível no site www.ifch.unicamp.br. Visitado em 15 de dezembro de 2007.

FERREIRA DE SOUZA, Antonio. **Roraima em Revista**. Boa Vista-RR, S/D.

HULSMAN, Lodewijk. **Brazilian Indians in the Dutch Republic: The remonstrances of Antonio Paraupaba to the States General in 1654 and 1665**. Amsterdam, 2005.

_____. **The Relation of Abraham Cabeliau and the visit of the Yao Indians Arymowacca and Cayariwari to the Dutch Republic in 1598**. Amsterdam, 2007.

MONTEIRO, John. O escravo índio, esse desconhecido. In: GRUPIONI, Luís Donisete (Org.). **Índios do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

NABUCO, Joaquim. **O Direito do Brasil**.: Fronteiras do Brazil e da Guyana Inglesa. Paris: A. Lahure Ed., 1903.

_____. **O Direito do Brasil**. São Paulo/ Rio de Janeiro: Ed. Nacional/ Civilização Brasileira, 1941.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de . **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima**. São Paulo, 2003. Tese de doutorado/USP.

_____. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período Colonial. In: **Revista Textos & Debates** – UFRR. Boa Vista-RR: Ed. UFRR, N. 11, jul/dez de 2006.

REIS, Arthur Cezar Ferreria. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **História do Amazonas**. Belo Horizonte: Itatiaia; Manaus: Superintendência Cultural do Amazonas, 1989.

SAN MARTIN. **Walter Raleigh. O Caminho do Eldorado** (The Discoveries of the Large, Rich and Bewtiful Emypre of Guiana, 1595), adaptação e notas. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2002.

SOARES, Teixeira. **História da Formação das Fronteiras do Brasil**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1973.

SOUZA, Augusto Fausto de. **Estudo sobre a divisão territorial do Brasil**. Brasília: Fundação Projeto Rondon, 1988.

STORM VAN'S GRAVESANDE, Laurens. **The Rise of British Guiana**. Kraus Reprint Limited. Nendeln/ Liechtenstein, 1967

ARTIGO

A MEMÓRIA DE BRASILEIROS E GUIANENSES SOBRE A REVOLTA DO RUPUNUNI NA FRONTEIRA BRASIL – GUIANA.

RESUMO: Neste texto faço uma reelaboração das narrativas e oralidades de alguns dos sujeitos sociais (Negros guianenses, Indígenas Macuxi e Wapixana, Brasileiros regionais) sobre a Revolta do Rupununi. As narrativas e oralidades dos entrevistados nesse assunto se constituem em parte do trabalho de campo que deu origem a etnografia construída como tese de doutorado sobre etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil-Guiana. A intenção é contextualizar, por meio dessas narrativas, os lugares de memória que compõem o cenário político da década de 60 nesses dois países, a partir do evento político denominado Revolta do Rupununi, caracterizado como um dos períodos mais polêmicos da história da Guiana. No Brasil, o que marcou essa década foi a ditadura militar e os movimentos de esquerda. Na Guiana é o momento do processo de independência e de lutas de secessão.

Palavras-Chave: História, Etnicidade e Nacionalidade.

Neste texto faço uma reelaboração das narrativas e oralidades de alguns dos sujeitos sociais (Negros guianenses, Indígenas Macuxi e Wapixana, Brasileiros regionais), entrevistados, quando da ocasião do trabalho de campo que deu origem a minha tese de doutorado realizada sobre etnicidade e nacionalidade na fronteira Brasil-Guiana.

A intenção aqui é contextualizar, por meio da história oral e da memória dos moradores da fronteira os lugares de memória que compõem o cenário político onde ocorreu a Revolta do Rupununi, na década de 60, um dos períodos mais polêmicos da história do Brasil e da história da Guiana.

* Antropóloga / Mestre em Educação e Doutora em Antropologia Social: estudos comparativos das Américas – CEPPAC/UnB / Professora da Universidade Estadual de Goiás/ESEFFEGO.

No Brasil, o que marcou essa década foi à ditadura militar e os movimentos de esquerda. Na Guiana é o momento do processo de independência e de lutas de secessão.

Esses acontecimentos, em cada Estado-nação, passam a ter uma significativa contribuição para a historiografia e para os processos identitários das Américas. Utilizo o suporte teórico-metodológico da história a partir do uso da memória e da história oral a fim de construir uma narrativa desde a fala dos sujeitos sociais. No entanto, uma vez que escrevo segundo minha formação acadêmica na área da Antropologia não posso deixar de registrar que os sujeitos sociais compunham suas narrativas construindo a identidade daqueles de quem falam desenhando, assim, a composição dos grupos étnicos inserido naquele evento político o que nos permite reconhecer o viés da diversidade cultural no registro da memória.

A intenção aqui é tecer a história das relações sociais entre os moradores da fronteira de dois estados-nação, tendo como pretexto um período político de conflito armado.

CONTEXTUALIZANDO O LUGAR DE MEMÓRIA

A Guiana possui dez regiões geográficas, aquela que faz fronteira com o Brasil é a região nove, também denominada região do Rupununi. Localiza-se nas terras do sudoeste da Guiana que são banhadas, numa extensão de 6.000 km, pelo rio do mesmo nome. Nessa extensão estão às fronteiras da Guiana com o Brasil e da Guiana com a Venezuela.

Hoje os povos indígenas que habitam essa região às margens do rio Rupununi, e do rio Tacutu e na Savana do Rupununi, relacionam-se continuamente com seus parentes no Brasil, Venezuela e na Guiana. Dentre o espaço que constitui a região do rupununi selecionei para efeito da pesquisa de campo, apenas a fronteira do Brasil com a Guiana. Ali se convivem continuamente os indígenas das etnias Macuxi e Wapixana, os negros guianenses, os descendentes de indianos (ali chamados de coolie) e os brasileiros regionais.

Uma vez que a Região do Rupununi é o cenário de um dos fatos políticos mais significativos daquele país é, por conseguinte, a história política desse país o viés que ajuda na interpretação da composição multicultural e das relações sociais construídas com o Brasil.

É difícil pensar a história da Guiana sem se reportar aos séculos em que esta ainda na condição de colônias não unificadas foi colonizada por diferentes países europeus. Segundo Colina (1997) em 1499 os espanhóis tocavam o solo do que hoje se denomina Guiana. Durante os séculos XV e XVI a Guiana

Essequibo estava sob domínio espanhol constando inclusive como parte do território venezuelano. Depois as três colônias: Essequibo, Demerara e Berbice passaram a domínio holandês, de 1648 a 1814 (Séc. XVII e XIX), posteriormente, ainda no século XIX passaram ao domínio inglês.

Existem duas leituras quanto à participação indígena durante a colonização holandesa. Colina (1997) aponta que os indígenas não se adaptaram a esse sistema de trabalho escravo agrícola e por isso se embrenharam no sentido sul do país, o que explica hoje a grande presença populacional destes naquela região. Farage (1991) apresenta a tese de que havia uma relação de escambo dos holandeses com os índios, mais proveitosa para os interesses comerciais holandeses do que ao propósito de usá-los como mão de obra escrava. Ainda que em meio à rede de comércio que desenvolvia em terras coloniais, era interesse holandês, também, o tráfico de escravos indígenas.

Mas, foi com a mão de obra escrava negra oriunda da África que a colonização holandesa naquelas colônias prosperou através do trabalho escravo agrícola no cultivo de café, algodão, cacau, tabaco e cana de açúcar.

As colônias inglesas Essequibo, Demerara e Berbice foram unificadas em 1831 com o nome de Guiana Inglesa. Porém, o ritmo de desenvolvimento da Inglaterra, somado aos interesses dos colonos ingleses plantadores, instalados nessas colônias, e os primeiros passos da revolução industrial levaram a Inglaterra a decidir-se pelo trabalho assalariado. Há ainda um outro elemento significativo para o fim da escravidão negra na Guiana: as missões que se instalaram em colônias britânicas. A ação dos missionários contribuiu para que os escravos tomassem posturas diante de sua condição escravista. Duas grandes revoltas escravas marcaram a história escravocrata da Guiana: a revolta de Berbice em 1728, e a revolta de Demerara em 1823. Enfim, a escravidão na Guiana acabou em 1837, após trinta anos do final do tráfico de escravos. (Cf. Vioti, 1998).

A substituição da mão de obra escrava levou àquele país uma massa de trabalhadores contratados, oriundos principalmente do Oeste da Índia¹. Isso dinamizou as relações entre os grupos étnicos ali existentes. O cenário interno

¹ Um estudo comparativo que Richardson Bonham (1975) realizou em 1967/71 entre Guiana e Trindade a respeito do tipo de migração para o trabalho e o estabelecimento de mobilidade entre padrões de plantation no sul do Caribe explica que, após a libertação dos escravos nestes dois países, os homens negros livres estabeleceram assentamentos de plantação na periferia e deram início ao trabalho de meio período. O autor, ao fazer a sua análise sobre os anos 70, explica que a forma como esses homens livres da Guiana e Trindade e (posteriormente) os trabalhadores migrantes trazidos no indetured period se organizaram em vilas de plantações pelas terras do interior, é possível compreender como eles atravessaram o século XIX para se organizarem socioeconomicamente. Explicar também que em tão poucos países existiu vilas de plantações periféricas em que os agricultores eram auto-suficientes e com problemas ecológicos tão semelhantes como os dois lugares (Guiana e Trindade), que faziam seus moradores procurarem fonte de renda fora da vila. A formação da sociedade guianense moderna não resulta em aspectos muitos diferentes dos do Brasil quanto à migração para o trabalho. Os estudos de Richardson esclarecem, também, que esses trabalhadores contratados, no caso da Guiana, chegaram ao espantoso número de 250.000. Trabalharam nas plantações e produção de açúcar e foram contratados para viver de forma muito precária. Assinavam um contrato de cinco anos de trabalho que, se renováveis por mais cinco anos, lhes garantiria a passagem de volta à Índia

e externo colaborou para a relativa autonomia (1928) daquela colônia, e isso culminou, em 1961, com a promulgação da constituição e sua posterior independência em 1966. (Cf. Serbin, 1981).

Desde o período colonial nas esferas políticas da Guiana, esboçava-se um movimento nacionalista e anticolonial que se intensificou com a chegada de guianenses que tinham ido cursar seus estudos superiores na Grã-Bretanha e Estados Unidos. Assim, em 1950, oriundo de movimentos dirigidos por esses intelectuais guianenses, surge o People's Progressive Party (PPP), que se torna a principal voz que se impõe à coroa britânica. Caracterizando-se como um partido muito próximo à linha pró-sovietica, embora tivesse uma composição classista que contradizia esse viés, foi assim identificado. O quadro político da década de 50 e 60 na Guiana pode ser descrito como a consolidação de uma cultura partidária que se impunha numa situação de colônia e que, portanto, contribuiu com o processo de independência. Foi um período de posturas ideológicas representativas do que ocorria no mundo do pós guerra, daí a preocupação da Grã-Bretanha e dos Estados Unidos com a tendência marxista-leninista do PPP².

É, porém, dentro desse quadro político que se desenrola em quatro décadas (1960-1992) do acirramento das relações políticas internas da Guiana que ocorreu a revolta do Rupununi, conflito armado cujo cenário foi à fronteira Guiana - Brasil em 1969. Foco dessa pesquisa, a região do Rupununi traz consigo os aspectos sociopolíticos que interessam diretamente ao estudo das relações interétnicas que se constroem naquela área. Ali, mais precisamente em Lethem, cidade fronteiriça com o Brasil, ocorreu o movimento de secessão da história da Guiana de significativa repercussão na cidade fronteiriça brasileira, a cidade de Bonfim, no estado de Roraima.

2 Em 1961, quando houve a primeira divisão interna entre os principais membros do PPP - Chedi Jagan e Fores Burnham - surge o People's National Congress (PCN) liderado por Burnham, que foi logo apoiado pela Grã-Bretanha e os Estados Unidos. No entanto, devido à passagem de Burnham pela União Soviética e sua identidade negra, segundo Serbin (1981), o PCN também vai assumir uma identificação socialista e passar por um processo interno de modificação de seus quadros de cooptação dos sindicatos em torno de bandeiras mais classistas e anticolonialistas. Inclusive, passam a fazer parte de seus quadros intelectuais e integrantes do Black Power de tendência guevarista e jamaicana, que defendem os direitos negros associados à luta internacional contra o capitalismo. Após a independência, em 1966, o PCN permanece no poder de 1964 até 1980, período em que se acentuou o recorte étnico no jogo das relações de poder dos partidos políticos em função do domínio do aparelho de Estado. O PNC, de composição étnica negra, após vinte e oito anos no poder (1964-1992), perde as eleições em 1992 para uma coalizão entre PPP, partido que inicialmente tinha uma composição multiétnica, mas que, com o rompimento de Burnham, foi se identificando com os indo-guianenses e o Partido Cívico (considerado multirracial). Essa composição elege como presidente Cheddi Jagan, que, ao temer acirramento dos conflitos das relações entre negros e asiáticos a exemplo de 1964, cria um ministério multirracial.

ORALIDADE E MEMÓRIA DESSE EVENTO

A oralidade sobre esse evento político é, também, o testemunho da história das lutas étnico-raciais que demarcam a história política da Guiana, vejamos o que nos disse D. Elizia:

Eu me lembro, na época da revolução eu tinha dez anos de idade. Mas, ai eu demorei na Guiana, antes de vir para o Brasil. Na época da revolução eu me lembro de alguns detalhes assim: quem começou essa revolução foi uma família que tinha ai na Guiana que ainda tem alguns deles chamada família Melvilles eles se revoltaram porque aquele presidente [Burnham] ele já faleceu. Essa família não queria que ele ganhasse as eleições. Ele e os negros. Aquele presidente era negro. Eles foram contra porque ele se elegeu. Então, essa família se revoltou. Era uma família bem grande, uma família tradicional ai da Guiana e rica, dona de terras e gado. Eles tinham aviões, fazendas (fazendas não era ranchinhos, não). Naquela época eles tinham fazendas. Minha mãe naquela época trabalhava com eles. Então eles se revoltaram ai começaram, eles conseguiram armas com ajuda de pessoas da Venezuela. Não sei como foi que eles conseguiram. E eles conseguiram as armas com essas pessoas da Venezuela e começaram a atirar. Quando a gente viu era tiroiteio pra todo lado. (Guianense branca)³.

Para organizar a metanarrativa sobre esse conflito busquei na memória de três gerações tomando como referencia o período da independência da Guiana, ou seja, a década de 60. A primeira geração: os mais idosos aqueles que viveram na fase adulta o evento político; a segunda geração: aqueles que na época eram crianças e/ou adolescentes e também viveram o processo revolucionário (sem entender a dimensão de tal fato político) e a terceira geração que nasceu de casamentos inter-étnicos da segunda geração e hoje está na adolescência, pois de diferentes formas eles viveram e ouviram as historias sobre a revolta do rupununi e as lutas de independência.

Segundo esses depoentes a revolta se constituiu em uma iniciativa de rancheiros/fazendeiros das savanas do Rupununi, insatisfeitos com o governo da Guiana, estes tentaram criar um Estado independente, com a ajuda da Venezuela. Para isso, formaram o Comitê Provisional Del Gobierno de Rupununi, coordenado por Valeria Hart. A revolta foi sufocada e os revoltosos tiveram abrigo na Venezuela e no Brasil. Segundo Colina (1997) através de pequenos aviões de particulares venezuelanos os rebeldes foram retirados para os territórios

³ Conforme expliquei na introdução os fragmentos de entrevistas aqui utilizados compõem o material de campo da pesquisa por mim realizada para a tese de doutorado sobre Etnicidades e Nacionalidades na Fronteira Brasil-Guiana, citada nas Referências Bibliográficas.

brasileiros e venezuelanos numa ação que durou três dias. Esse conflito ocasionou, até 1990, difícil relacionamento entre Guiana e Venezuela⁴.

Naquele ano, 1969, a Guiana tinha no poder o Sr. Forbes Burnham, (primeiro ministro), do PNC, o partido que se identificou com os negros, talvez porque ele sendo um dos negros da diáspora guianense trazia consigo mais essa bandeira⁵. Burnham era acusado de se aproximar do bloco soviético e administrar com a perspectiva de uma “República Negra”. Esses fatos devem ter contribuído para a insatisfação dos rancheiros das Savanas do Rupununi, cuja maior vocação estava no comércio da carne de gado que se concentrava nas mãos de três famílias inglesas identificadas como brancas e mestiças (branco com índio) que habitavam naquela região. Segundo depoimentos, eram as famílias “...Melvilles, Hart, e Bourik, que contavam com apoio dos grupos Amerindians.”

O fator econômico e o fator sociopolítico de recorte étnico-racial complementavam-se. Segundo Colina (1997), era voz corrente, inclusive constava no programa político da eleição de Burnham, que a Guiana, ao mudar da condição de colônia para República Socialista, teria suas terras confiscadas para o Estado. Assim, quem estava assentado nas terras poderia usá-las com licenças de um ano, mas não as possuía de fato. Poderia o Estado requisitá-las quando achasse conveniente. “Segundo Mora (1969 Apud Colina, 1997, p.7), “...los dueños de lãs haciendas existentes em la región sabian que Burnham tñia entre sus planos el de eliminar dichas licencias pues lo habia expuesto em su programa político de lãs ultimas elecciones.” Assim, levados pela idéia de que Burnham tinha intenção de confiscar suas licenças e utilizando-se do discurso de exclusão sobre os *Amerindian*, os rancheiros do Rupununi, que não apoiavam o governo socialista e negro da Guiana, promoveram aquela revolta.

⁴Segundo Fenty (2000), ainda nos séculos XVI a XIX, os países europeus travaram disputas entre si pelas colônias da América do Norte, do Centro e do Sul. Muitas dessas contendas tornaram-se conflitos de fronteiras que não se solucionaram, (no caos deste conflito) embora tendo que se submeterem à decisão judicial por ocasião da independência da Guiana. A Venezuela reclamava à Inglaterra o que tinha sido quase todo o território da colônia de Essequibo. Por outro lado a Inglaterra reivindicava as regiões norte e orientais da Venezuela. O laudo arbitral de 1899 do Tribunal Internacional de Arbitragem favoreceu a Venezuela em cinco mil milhas de território. Esta ficou satisfeita, porém, quando a Guiana implodiu em sua luta de independência a Venezuela achou por bem questionar o laudo de 1899 e abrir conflito com a Guiana por mais território. Instituiu-se uma comissão mista (guianenses e venezuelanos) para estudar os limites de fronteira. Essa reclamação que se fez no período da proclamação da independência da Guiana criou entre esses dois países uma situação desconfortável, notadamente quando a Venezuela abrigou os insurgentes da revolta do Rupununi.

⁵Entenda-se Diáspora no sentido em que Stuart Hall (2003) discute, para além da situação de deslocamentos forçados aqueles que foram realizados voluntariamente, caracterizando os sujeitos da diáspora em uma ambigüidade de ter um compromisso social e político com seu local e identidade de origem sem abrir mão de uma nova construção cultural de sua identidade. “Na, situação da diáspora, as identidades se tornam múltiplas, junto com os elos que as ligam a uma ilha de origem específica, há outras forças centripetas:” (p.27)

A bibliografia sobre a Guiana aponta mais uma causa da revolta do Rupununi, e esta parece confirmar-se nos depoimentos dos moradores da primeira geração. Comenta-se que, em razão da preferência pelos trabalhadores contratados oriundos da Índia Oriental, uma massa de escravos (homens livres) foi incentivada a ocupar terras e povoar a área rural desse país. Isso teria levado a uma política de incentivo à habitação e à exploração da bauxita, das minas de ouro e do plantio de arroz. Os rancheiros do Rupununi não aceitaram bem essa idéia, porque a exportação ilegal de carne para o Brasil, assim como o comércio legal com o Canadá, os enriquecia e os tornava forte como grupo social, com poder econômico e político nessa região de fronteira. Depoimento como o do sr. Joaquim, venezuelano, morador de Bonfim, parece acenar para essa tese: “Quando aconteceu aquela briga aí em 68/69, os Melvilles e os Hart não queriam os pretos entrar dentro do Rupununi [...] mas o governo (foi) que abriu a pista ali no Manari, por isso que eles pousaram. Aí entrou preto de bolo”.

A memória local dos moradores da fronteira sobre o período do conflito que dá visibilidade à região 09 e à cidade de Lethem para o cenário nacional guianense é bastante confusa. Nos depoimentos dos mais jovens (segunda e terceira gerações pós-revolução de independência da Guiana) e na memória dos mais idosos há certa confusão entre os períodos de 1966 (a independência), 1969 (a revolta do Rupununi) e até mesmo o conflito de fronteira com a Venezuela⁶ que segundo Colina (1997), “ocorreu oportunamente” ao período da independência.

Naquele ano de 1969, o conflito fronteiriço aflora oportunamente, os governantes venezuelano aproveitaram para reacender tal disputa por meio do apoio aos revolucionários. Percebe-se pelos depoimentos que esse fato provoca uma confusão de interpretações por parte das pessoas mais humildes.

Seus depoimentos confundem a questão fronteiriça que voltou a ser discutida em 1962 com o processo revolucionário da região de Rupununi ocorrido em 1969.

Os mais jovens dizem (terceira geração):

Ah é? Eu não me lembro direito. Mas eu me lembro que papai falava que na guerra ninguém podia sair para lugar nenhum. Sabe ali onde eles matam gado? Pois, é ali estava cheio de negros mortos, ali dentro. Eles arrastavam os negros pra dentro depois matavam. Eles ligaram daqui

⁶ Durante gran parte del Siglo 19, Venezuela y Gran Bretaña se reclamaban territorio mutuamente. Finalmente, Inglaterra ganó las tres colonias de Esequibo, Demerara y Berbice a los holandeses en 1814. Más tarde, estas tres colonias se unificaron como la Colonia de Guayana Británica. Venezuela reclamaba casi todo lo que había sido la colonia original de Esequibo. Por su parte, Inglaterra reclamaba gran parte de lo que ahora son las regiones orientales y norteñas de Venezuela. (Fenty, 2000).

pra Georgetown para os soldados descerem pra cá, mas ninguém, nem os aviões, não podiam descer aqui porque estava cheio de camburão ali dentro. Mas, eu não me lembro muita coisa. Sei que cortaram o contato de telefone. (vendedora, Coolie, de uma loja em Lethem).

Os moradores da segunda geração relatam que:

Olha eu me lembro uma vez teve essa revolução, a Venezuela com a Guiana. Agora eu não sei o ano. Nesse tempo eu tinha oito anos e o meu irmão era polícia. Aí nesse dia minha mãe ela disse: minha filha vamos pescar na beira do Tacutu. E aí quando começou essa guerra, a revolução na Guiana. Aí minha mãe dizia assim pra nós: Olha tá tendo guerra, tá matando as pessoas. Naquele tempo eu não sabia muito bem, mas eu me lembro da revolução. Eu me lembro também que a polícia começou a bater no meu irmão. Sabe nesse tempo eu via meu irmão sofrendo apanhando da polícia. Ele era da polícia, mas mesmo assim ele apanhava (Guianense negra atual moradora de Boa Vista).

De acordo com Colina (1997), o interesse da Venezuela em questionar as terras da “Guyana Essequibo” e o direito a nove milhas do mar territorial foram motivos que animaram os insurgentes a levar à frente a idéia de se criar um Estado Independente. Decorre daí que, em vez de se pensar que a revolta do Rupununi tenha ocorrido apenas nas datas em que teve lugar o levante, 02 a 05 de janeiro, pode-se afirmar que, desde os acontecimentos em torno da independência, os ânimos dos rancheiros do Rupununi já vinham sendo alimentados pelos questionamentos dos venezuelanos quanto aos direitos territoriais e marítimos de fronteira.

Até aqueles dois momentos (Independência e revolta do Rupununi) essa região nunca experimentara a presença de militares. Não havia na Guiana uma política de guarda das fronteiras por meio da presença dos militares. Somente quando houve a revolta do Rupununi é que chegaram ali os destacamentos militares cujo meio de locomoção foi aéreo primeiro de Georgetown para Lethem; e depois, via Brasil, pelo aeroporto de Boa Vista /RR. Tratou-se de uma milícia armada que provavelmente deu início à formação do exército. Em depoimento sobre o período da independência e da revolta do Rupununi, D. Lindalva, explica, de certa forma com base na sua identificação com a Guiana, como surgiu o exército e ocorreu aquela revolta:

Mas o que me motivou para a Guiana é que houve uma revolução na Guiana e eu tava em Boa Vista. Então, desceu para cá um monte de aviãozinho bimotor, eu trabalhava no aeroporto e já sabia falar alguma coisa de inglês, aí... , aí deparei com outras pessoas indígenas me falaram que aqui (Bonfim) tava recrutando pessoas para ir para o exército da Guiana, aí eu com aquele pensamento na cabeça, aqueles avião, aquelas

fardas, tudo achava bonito, embarquei para Georgetown sem o consentimento dos meus pais e fui embora (aos 16 anos). Passei cinco anos no exército da Guiana, daí tive uma larga experiência até pra deixar aqui pro pessoal....(Brasileira regional).

Segundo Caíres (1988), somente depois de 1973 é que a sociedade guianense passa a ser militarizada. Antes o que havia era uma milícia armada que se localizava mais na área costeira - na capital Georgetown e nas cidades de Linden e Nova Amsterdam. Esse autor afirma que isso se deu, depois das eleições de 1973, que deram a vitória a Burnham: "After 1973, Guyanese society was militarised. There was na expanding army, a national service and a people´s militia. The civil service was corroded by the cult of the party card, the police were politicised and the media were government owned and controlled" (1988, p. 191/2).

Na memória dos indígenas a revolta do Rupununi era uma questão política entre brancos e negros, assim relata o Tuxaua do povo indígena Macuxi de Sant. Ignatius:

Não eu não me lembro muito coisa sobre isso. A única coisa que eu me lembro, que eles estavam falando na época é que quem dominava aqui era os Melvilles e os Hort. Eram eles que dominava essa região aqui. Então quando o governo estava botando outras coisas pra cá, já tinha policiais e tudo eles não aceitavam [] que o governo estava querendo trazer mais gente pra cá [os pretos]. Eles é que ensinavam, eles que falavam que o preto é assim. Eles eram brancos. Eu acho que queriam dominar tudo, queria tudo pra eles. Eles tratavam como se fosse deles porque eles comandavam tudo aqui..mas, depois mudou tudo. (Homem Indígena).

Segundo o entrevistado os *Amerindians* não tiveram participação nesse conflito até porque a questão se concentrou mais na área urbana e diretamente ligado ao poder daquela região, o qual historicamente se concentrava entre brancos (colonizadores) e os negros (ex-escravos, descendentes nascido na Guiana, e os filhos de casamentos interétnicos entre brancos e negros). Além disso, os Amerincians viviam em suas aldeias a depender da caça e da pesca, até aquele período, estabelecendo tímidas interações com os outros grupos étnicos.

A conjuntura internacional em que se vivia a Guerra Fria e a expansão do socialismo e do comunismo no mundo nos fazem entender ser compreensível que uma revolta no interior da Guiana, na fronteira com o Brasil, tencionasse as relações com o governo brasileiro, até porque diante do regime político ditatorial em que se vivia no Brasil todo e qualquer contato por meio das fronteiras era extremamente alardeado pelos militares como uma afronta a "segurança nacional" discurso muito utilizado por eles. Além disso, a Guiana conquistara recentemente sua independência e tinha à frente do governo um presidente que se auto-intitulava marxista-leninista.

No Brasil, vivíamos em 1968 o auge da repressão e tortura àqueles que ousavam se indispor com o governo militar. No estado de Roraima, na cidade de Bonfim, onde a fronteira com a cidade guianense com Lethem é desenhada pelo rio Tacutu, existe desde o período colonial uma estreita relação social nos aspectos econômicos e culturais. Assim, imediatamente ao ocorrido Bonfim foi tomada por forças militares, segundo depoimentos dos seus moradores mais antigos: “apareceu policia de tudo que é jeito por aqui”, explicou-me o professor mais idoso daquela cidade.

É importante registrar que por vários relatos de memória dos entrevistados no Brasil e/ou na Guiana as lembranças e/ou explicações sobre outros assuntos trazem os elementos históricos que demonstram as conseqüências ou o modo como a Revolta do Rupununi repercutiu no Brasil. O depoimento do diretor do IBGE de Roraima em 2004, sobre aspectos do crescimento socioeconômico de Roraima, também nos mostra isso quando ele diz:

A partir da independência da Guiana a coisa mudou bastante, inclusive a própria movimentação revolucionária na Guiana que abriu de uma certa forma, as perspectivas do governo militar da época em povoar esta região. Em por exemplo, a abertura da estrada 401 [que sai de Boa Vista a Bonfim], a construção da ponte do Makuxi [porque nós estamos numa distância de cento e poucos quilômetros, é bastante perto de fronteira]. E a movimentação toda que estava ocorrendo lá, de certa forma preocupava, a questão de segurança na nossa fronteira. E uma das medidas, entre várias outras, nesta mesma época houve a intensificação de recuperação de estradas, de abertura da estrada pra Manaus. Então, esse período foi um período que intensificou um pouco mais as atividades de investimentos federais em Roraima, em função disso. (Brasileiro regional).

O que demonstra que o governo brasileiro imediatamente tomou atitudes de cercar politicamente o espaço de onde provavelmente se originaria algum foco de irradiação de uma movimentação política revolucionária. Assim, intensificou a política de fronteira com a abertura de uma infra-estrutura que permitisse aos militares melhor desenvolver o trabalho de vigilância das chamadas “fronteiras de risco”.

A revolta do Rupununi, cujas causas foram eminentemente econômicas e de recorte étnico-racial, passou a ser entendida internacionalmente apenas pelo viés político-ideológico. No Brasil, a repercussão foi à imediata proteção à fronteira norte. Vivia-se o período auge dos processos de repressão armada aos movimentos insurgentes no Brasil. Segundo depoimentos de moradores mais antigos, a cidade de Bonfim ficou em estado de alerta, de tensão, e completamente militarizada. Comenta o professor mais idoso que: “mais do que hoje, a cadeia daqui (Bonfim) e de lá (Boa Vista) vivia cheia de preto”.

Fica então, evidenciado esse fato histórico como um marco da construção desses dois estado-nação, da inter-relação que os envolve e das conseqüências para os grupos étnicos, moradores da fronteira, e do modo de perceber e narrar os conflitos de conjuntura de cada realidade. Situamos, entre outras conseqüências para a política interna de fronteira do Brasil, que esse foi um motivo para o governo brasileiro posteriormente, tomar a decisão de instalar o Pelotão de Fronteira naquele município.

BIBLIOGRAFIA

- CAIRES, David de. "Guyana After Burnham: a new era? Or is president hoyte trapped in the skin of the old PNC?" In: Caribbean Affairs, jan. – mar., V. 1, Ano 1, 1988.
- COLINA, Oswaldo Ramirez. "Guyana em 1969: 'La insurreccion de Rupununi'". In: www.monografia.com publicado em 1997. Acesso em 14/07/2005.
- CURTAIN, Richard. *Labor Migration in Papua New Ginea: Primary School Leavers in the Towns – Present and Future Significance*. p. 269 – 309, In: *Migration and Development: Implications for Ethnic Identity and Political Conflict*. Editors SAFA, Helen e TOIT, Brian M. Du. Paris: Mouton Publishers, 1975.
- FARAGE, Nádia. *As Muralhas dos Sertoos: os povos indígenas no rio Branco e a colonização*. Rio de Janeiro:Paz e Terra; ANPOCS, 1991.
- FENTY, Alan A. "Una Introduccíon a la Posición de Guyana sobre la Controversia Guyana/Venezuela." In: , dez./2000. Acesso em 17/10/2003.
- HALL, Stuart. *Da Diásporora: identidades e Mediações Cultuais*. (Org.) Liv Sovik. Minas Gerais:Editora da UFMG, 2003.
- MERRILL. *Guyana, Country Studies* In: Library of Congress, 1992.
- PEREIRA, Mariana Cunha. "A Ponte Imaginária: o trânsito interétnico na fronteira Brasil– Guiana." (tese) Brasília; UnB: Brasil, 2004.
- RICHARDSON, Bonham. *Plantation Infrastructure and Labor Mobility in Guiana and Trinidad*. p.205 – 224, In: *Migration and Development: Implications for Ethnic Identity and Political Conflict*. Editors SAFA, Helen e TOIT, Brian M. Du. Paris: Mouton Publishers, 1975.
- RELATÓRIO Final da Comissão Especial Mista Destinada a Reavivar o Projeto Calha Norte. Senadora Marluce Pinto (Org.), Congresso Nacional: Brasília, 1997.
- SANTILLI, Paulo. *Pemongon Pata: território Macuxí, rotas de conflito*. São Paulo:Editora Unesp, 2001.
- SERBIN, Andrés. *Nacionalismo, Etnicidad Y Política Em la Republica Cooperativa De Guyana*. Caracas: BRUGUERA: Autores Latinoamericanos, 1981.
- VIOTI, Emilia. *Coroas de Glória, lágrimas de sangue: a rebelião dos escravos de demerara em 1823*. São Paulo: UNESP, 1998.

ARTIGO

PONTE DA EXCLUSÃO: BRASIL, GUIANA E A PERVERSA LÓGICA DA GLOBALIZAÇÃO.

RESUMO: Entre o vazio de poder e sonho de ser grande, a República Federativa do Brasil e República Cooperativista da Guiana tentam, esquizofrenicamente, inserir-se no mundo globalizado. O objetivo desse texto é trazer à tona a centralidade daqueles que são excluídos do processo e tornam-se “pesadelo” à vida social: o que está por trás do preconceito a negros guianenses na cidade de Boa Vista? Será somente uma questão de segurança pública tratar migrantes como bandidos, ou uma má interpretação dos gestores de políticas públicas em não entender que a política externa brasileira ao usar a Guiana em benefício econômico próprio gera conflitos na fronteira norte? O jogo entre história e realidade tendo como suporte conceitos como imperialismo, globalização, identidade e fronteira produz olhares sobre o invisível.

Palavras-chave: Guiana. Globalização. Identidade.

CONTEXTUALIZAÇÃO

Apesar dos discursos que enaltecem as possibilidades que surgirão da interligação rodoviária pavimentada entre Brasil e Guiana, o que está por trás do sonho integracionista: fazer do vizinho um posto avançado do Brasil, ou disseminar o sonho bolivariano hoje resgatado? Somos líderes do império ou parceiros num projeto de desenvolvimento regional? Será esta ponte somente uma nova etapa em busca de novos mercados

¹ Professor e pesquisador do Departamento de Ciências Sociais – Universidade Federal de Roraima. Doutorando em Relações Internacionais e Desenvolvimento Regional – UnB/FLACSO/UFRR.

² Graduando em Ciências Sociais – UFRR e bolsista da Especialização em Segurança Pública e Cidadania – UFRR/SENASP/Ministério da Justiça.

para soja, suco de laranja, frango e o diabólico biocombustível ou uma oportunidade de quebra de paradigmas? O jogo entre história e realidade tende a nos mostrar que aquele que nunca soube ser federativo jamais entenderá o como ser cooperativista; engolirá costumes e oportunidades como fez com aqueles que um dia ouvirão o canto da sereia chamado Mercosul que ainda não passa de uma união aduaneira.

Este texto visa analisar criticamente os vieses que compõe o eixo política externa - política pública como parte de um mesmo processo decisório fruto do papel escolhido pelo Brasil a atuar como protagonista hegemônico na América do Sul, debruçando-se sobre a história da Guiana, o processo de formação de seu povo e a questão migratória. Guianenses circulam em Boa Vista, discriminados pela cor da pele, pela língua e pela pobreza. Qual a competência do governo brasileiro em atuar localmente no lavrado, na densa floresta, mesmo sem conhecer nem entender as especificidades de um país de identidades diversas, nada latino, mas também americano, com decisões tomadas no longínquo cerrado? Aqui surgem questões que baseia um doutoramento que visa verificar as relações internacionais nas quais o Brasil se insere no sistema-mundo através de olhares antropológicos que mapeia as incongruências produzidas por uma Guiana que tenta se inserir na lógica da globalização e acaba por exportar gente passível da invisibilidade.

A expropriação, a exploração, o incluir para excluir dos outros países para com a Guiana não está restrito a seu passado colonial. Mesmo após a sua independência, a Guiana viveu e vive a mercê dos “outros” - não se engane pensando que os outros estão preocupados com a situação econômica, política e social de lá, mas apenas com eles mesmos. Situação que pode ser verificada no ontem (Holanda e Inglaterra) e no hoje (Brasil).

A Guiana começou a fazer parte do processo de globalização quando o capitão espanhol Alonso de Ojeda em 1499 adentrou em um dos seus rios para o interior do novo mundo. Certo que daquele momento não podemos falar apropriadamente da Guiana conhecida hoje, mas daquilo que comporia a extensão do seu território. É importante entender que ela foi vista por um espanhol, mas ocupada por holandeses no início do século XVII. Na verdade, não houve ocupação. Os holandeses apenas se serviram daquilo que a região poderia oferecer de melhor na lógica da globalização. Veremos como esta presença se consolidou por meio do interesse comercial em atender a demanda européia e o mercado da época (PEREIRA, 2005).

Os holandeses chegaram à região no final do século XVI com um único objetivo: extrair ao máximo as riquezas existentes na região. Para isso, utilizavam-se da mão-de-obra indígena, uma vez que não estavam preocupados em estabelecer uma ocupação de povoamento, mas sim de

expropriação dos produtos possíveis de serem comercializados no velho mundo. Para tanto, conforme Dreyfus (1993), eles adotaram como estratégias para a escravidão dos índios, as guerras intertribais que ocorriam na época entre os povos nativos. Aproveitando dessa situação firmavam alianças entre os grupos mais fortes para, além de comercializar os aprisionados, obter proteção, uma vez que a região era pretendida por outras potências. Segundo Silva (2005), a participação dos índios no processo produtivo da colônia foi praticamente inexistente, foram úteis apenas como soldados, batedores, guias e aliados.

A presença holandesa só foi consolidada com a formação de uma companhia: a chamada Companhia das Índias Ocidentais. Uma espécie de consórcio entre alguns empresários holandeses que visava simplesmente o lucro. Ou seja, uma empresa que reunia capital de empresários do velho mundo que “investia” no novo mundo. Não era necessariamente uma ponte, mas ligava a Holanda a uma rede de comércio internacional que lhe garantia uma posição estratégica no cenário mercantil. Ou seja, ela possuía uma fatia do bolo americano. Distante no tempo, mas próximo nos ideais, o Brasil quer construir às custas do vizinho uma passagem para o mercado mundial.

Em meado do século XVII, os holandeses começaram a empreender, de forma efetiva, a agricultura da cana-de-açúcar. Conforme Lee (1982), este empreendimento teve ligação direta com o desentendimento entre portugueses e holandeses na produção de cana-de-açúcar no nordeste brasileiro. Além de existir uma transferência em andamento na Guiana colônia, de dimensões não tão amplas, das atividades de comércio de produtos tropicais para a agricultura de cana-de-açúcar no intuito de atender o mercado europeu. Como já foi dito, os holandeses não possuíam nenhuma pretensão de estabelecer um povoado, mas apenas a comercialização de matérias primas. Esse pensamento adquiriu outra forma a partir do cultivo da cana-de-açúcar na região que, oferecia baixo custo de produção, proximidade com a Europa e a possibilidade de conseguir mão-de-obra escrava negra de baixo custo.

Não foi por um acaso que a cana-de-açúcar se tornou elemento central para a formação sócio/cultural e econômica da Guiana, pois com ela foram trazidos os primeiros negros africanos e, logo depois, os indianos; além de submeter os índios ao trabalho escravo por um período relativamente curto. Portanto, o cultivo da cana-de-açúcar foi responsável diretamente pelo o povoamento da região.

A expansão do cultivo da cana-de-açúcar e o solo de boa qualidade, conseqüentemente, implicaram em uma produtividade elevada, trazendo colonos de origens inglesas, em 1746, para a região do Demerara, resultando em 118 plantações em pouco mais de 10 anos, e a maior população daquela

zona. Com essa expansão aumentou-se consideravelmente o número de escravos negros nas plantações na proporção de um europeu para cada onze escravos. O número desproporcional de negros africanos em relação às outras parcelas da sociedade fez surgir algumas rebeliões intensas. O instrumento utilizado, de maior êxito para a manutenção da ordem foi a política de dividir os diferentes grupos raciais, contribuindo para as delimitações étnicas bem visíveis na atual Guiana (ROMERO, 1982).

Enquanto este fenômeno de estratificação e divisão de grupos ocorria na Guiana, a Europa passava por um período turbulento de conflitos que estavam influenciando diretamente as colônias. A Holanda tornou-se aliada de um grupo contrário à Inglaterra. Em 1781, em contrapartida, a Inglaterra invadiu três colônias que estavam sobre o domínio holandês: Esequibo, Demerara e Berbice que juntas, no futuro, formariam a Guiana Inglesa; a invasão durou cerca de três anos. Em 1796, novamente, a Europa passou por um período de guerras que levou as colônias citadas ao domínio inglês. No entanto, somente a partir de 1803, estas colônias tornaram-se da coroa inglesa, ou seja, um ano após o Tratado de Amiens que devolveu estes territórios a Holanda. Legalmente, a Inglaterra só tomou posse desses territórios com a assinatura do Tratado de Paris em 1814, e com o pagamento de alguns milhões de libras esterlinas ao governo holandês (ROMERO, 1982).

Neste período, o mundo estava passando por mudanças profundas no modo de produção; se produzia mais em menor tempo com custos baixíssimos. A Inglaterra, aproveitando dessa lógica, buscou ampliar o seu mercado consumidor dentro dos territórios que estavam sob o seu domínio por meio de algumas ações. Uma delas empreendida pela coroa inglesa foi proibir o tráfico de escravos para as suas colônias, pois este tipo de comércio havia perdido a importância dentro do fator de acumulação de capital, a outra é a abolição da escravatura, que possibilitou um aumento expressivo de mão-de-obra barata e de mercado consumidor. Contudo,

o ritmo de desenvolvimento da Inglaterra, somado aos interesses dos colonos ingleses plantadores, instalados nessas colônias, e os primeiros passos da revolução industrial levaram a Inglaterra a decidir-se pelo trabalho assalariado (...) ficou o processo de acumulação da economia inglesa, durante os primeiros quarenta anos do século XIX, com desenvolvimento social e controle social, que favoreceu a transição do modo de produção escravista para o modo livre (PEREIRA, 2005, p.36).

Assim, os ingleses entraram em cena no processo histórico guianense como os abolicionistas da escravidão negra que fora consolidada no período

em que a colônia estava sob domínio holandês. No entanto, esta postura inglesa estava estreitamente ligada ao fator de consumo e expansão de capital. Não era uma ação que beneficiaria a colônia e seus habitantes, mas sim a coroa. É como se o raciocínio fosse a lógica do “tudo para nós e nada para eles”. Modelo que pode ser empregado na interligação rodoviária Brasil e Guiana, pois será que esta parceira trará benefícios para os dois lados, ou continuará funcionando a lógica do “tudo para nós”? Por que de migalhas vimos que a Guiana sempre foi servida. Mas deixemos esta discussão para mais tarde e voltemos para o efeito da abolição da escravidão na Guiana.

A princípio, a abolição da escravidão numa dimensão global afetaria apenas a parte econômica da colônia, favorecendo a metrópole e dificultando a mão-de-obra dos colonos. No entanto, ela adquiriu dimensões enormes na região, influenciando no social e, futuramente no político, conforme podemos verificar a seguir:

La abolición de la esclavitud es generalmente considerado el principal factor responsable de los cambios económicos y sociales efectuados en la Guayana Británica en la segunda mitad del siglo XIX (...) El nuevo status legal de los esclavos se reflejó casi de inmediato em um creciente processo de movilidad física que los llevó a abandonar em forma masiva las plantaciones azucareras. Este movimiento tuvo repercusiones económicas que obligaron a la importación de inmigrantes contratados y a una serie de ajustes para que los plantadores pudieran continuar participando en el mercado internacional del azúcar (ROMERO, 1982, p.47).

Com abolição da escravidão, aconteceu quase de imediato a substituição daqueles pela imigração contratada. Os donos das plantações decidiram tomar algumas providências em relação à deficiência de mão-de-obra. Primeiramente, aumentaram a eficiência das plantações, depois fomentaram a política de imigração. “A substituição da mão-de-obra escrava levou àquele país uma massa de trabalhadores contratados, oriundos principalmente do Oeste da Índia. Isso dinamizou as relações entre os grupos étnicos ali existentes” (PEREIRA, 2005, p.36).

A política de imigração tinha como financiador o governo inglês. Os plantadores exerceram certa pressão política que contribuiu para tal financiamento. Entretanto, parte dos custos de importação mão-de-obra semilivre estava incluso nos impostos pagos pelos trabalhadores livres e os imigrantes que estavam chegando. Na verdade, não houve gastos para a coroa, mas sim uma expansão do mercado consumidor e uma reserva de trabalhadores exploráveis. Assim, a coroa conseguia atender a lógica do mercado internacional.

Com a imigração contratada, a população ficou praticamente dividida entre dois grupos: os negros e os hindus. Temendo-se prejuízos econômicos com possíveis revoltas, os ingleses começaram a utilizar-se de uma política pautada na divisão e dominação de povos, estratégia já usada pelos holandeses. De forma geral, a política de diferenciação não foi introduzida sobre uma base racial, senão por razões econômicas: “Quando tiveram enfrentamentos entre los distintos grupos étnicos, éstos fueron inicialmente el resultado no de preconceptos raciales sino de razones económicas concretas” (ROMERO, 1982, p.71). Contudo, as questões econômicas cederam lugar às questões políticas e sociais, afetando diretamente na formação dos partidos políticos em meados do século XX.

O pensamento da Inglaterra não estava ligado somente ao fomento da divisão étnica, mas a algo maior. O período de formação de partidos políticos da Guiana coincidiu com a Guerra Fria. Este momento foi delicado, pois o mundo estava dividido em dois blocos, disputando o domínio mundial. De um lado, os Estados Unidos com os seus aliados, como a Grã-Bretanha e do outro, a Ex-União Soviética. Tal situação política mundial influenciou, diretamente, nas eleições de 1964 e, conseqüentemente, na independência de 1966 da Guiana Inglesa.

Talvez pareça que estamos atropelando os fatos importantes do processo histórico da Guiana. No entanto, torna-se impossível detalhar esta história em único artigo. Expomos esta primeira parte para relembrar que a Guiana já serviu outras potências com todas suas riquezas e bens e que, agora é convidada por um gigante do sul da América para compartilhar um sonho que não é seu.

MAZELAS DE HOJE E SEMPRE

Migrações, desenvolvimento econômico precário, corrupção envolvendo a classe política local, conflitos de terra entre trabalhadores rurais e latifundiários, impasses na demarcação das terras indígenas, tráfico de pessoas, de drogas e a exploração sexual infantil são alguns dos problemas que atingem tanto Brasil quanto Guiana.

Reservarmos-nos a priorizar a grande região de fronteira a Leste de Roraima. Tal escolha centra-se no vazio de olhares sobre um lugar que não exerce o fascínio que a fronteira com a Venezuela propicia. A Guiana não possibilita acesso fácil rodoviário; o comércio é permeado pelo contrabando de marcas famosas que cruzam rotas mundiais; as políticas de desenvolvimento rumam mais facilmente na direção Santa Elena de Uaiquen, cidade que faz fronteira com o município de Pacaraima, que rumo a Lethem, próxima cidade depois de Bonfim, RR. A pavimentação chegou ao fim da BR 174 de modo a gerar um fluxo rotineiro. O mesmo não ocorre em direção a Guiana.

Para nosso recorte a linha limítrofe é o Rio Tacutu, que em períodos de baixa, transeuntes e gado circulam livremente pelos dois países; e na alta que dura oito meses, vivenciamos os pronunciamentos sobre uma ponte que ligaria os dois países que tem obras iniciadas e paralisadas em períodos eleitorais. A população brasileira daquele pedaço de fronteira costuma dizer que não somente a cultura, a língua inglesa, mas também o rio separa as possibilidades de integração da região.

As escolas em Roraima parcamente tratam em seus planos de ensino ou projetos pedagógicos acerca da Guiana. O ensino da língua inglesa busca referenciais norte-americanos ou britânicos e disseminam a idéia de que a língua falada no país vizinho não passa de um dialeto. As escolas da Venezuela reproduzem a ideologia dominante em seu material didático ao usar mapas que não correspondem a representação internacional do território guianense para favorecer seu posicionamento em relação à área em reclamação dentro da chamada região do Rio Esequibo. É assim que se constrói uma verdade pautada nas diretrizes dos aparelhos ideológicos (ALTHUSSER, 2007) e seus entes simbólicos a partir das estruturas estruturantes como a noção de país que apreendemos nos ambientes escolares (BOURDIEU, 2007). São nesses discursos, sejam de líderes ditos em alto e bom som, ou nas mensagens que são transmitidas por imagens que se apreendem as regras de bom comportamento que devem ser observadas pelos agentes dominados. A moral, a consciência cívica reproduzem a manutenção do instrumento ideológico, criando terreno ideal para que se conteste a terra, o ar e o mar daquele que podia ser um bom vizinho, e torna-se o eminente perigo.

Podemos destacar algumas semelhanças com relação ao espaço fronteiriço do Distrito Rupununi, Guiana e o contexto no qual Roraima se insere, seja ele social, político, ou econômico. A partir do estudo comparativo realizado por Rodrigues (2007), observamos que ambos os espaços constituem grandes extensões em relação aos seus respectivos territórios nacionais; têm experiência de expansão da fronteira econômica alicerçada em programas oficiais de exploração de recursos naturais sob o discurso da ocupação de “espaço vazio”, através de políticas de ocupação baseada no conceito de desenvolvimento ligada à segurança nacional; são palcos de constantes conflitos pelo controle dos recursos naturais travados por diversos atores sociais (índios, fazendeiros, garimpeiros, madeireiros, militares entre outros); possuem uma população indígena bastante significativa situada em área de fronteira internacional.

É importante ressaltar a instabilidade político-institucional vivida pelo país vizinho. Desde a sua independência em 1966, o país revive conflitos entre os povos que marcam a sua população: afro-guianenses, indo-guianenses,

chineses, ameríndios, portugueses, e diversos grupos europeus. As guerras fizeram com que fugas para o Canadá, Suriname e outros países fossem freqüentes nos anos cinquenta e sessenta. De acordo com Singh (1996), a violência urbana é uma das marcas de Georgetown, capital da Guiana, e algo que se espalha pelo país como um todo segundo dados da Guyana Human Rights Association (2002). A pendência territorial com a Venezuela (aos olhos do establishment venezuelano) cria um clima de tensão no país, pois a região conhecida como Guiana Essequiba, uma área que representa cerca de 2/3 do território nacional, é reclamada historicamente; clima este hoje revisitado pela potencial agressão militar resultante do crescente potencial bélico da Venezuela no governo Chávez (DAVIES, 2002).

Durante o período em que a Guiana se estruturava como república, suas disputas étnicas internas afloravam, crises políticas geraram fugas que aproveitaram caminhos simplificados apoiados em dívida histórica da Grã-Bretanha, povoamento do Canadá, laços estreitos com os Estados Unidos. Os tempos mudaram, principalmente para aqueles que têm vínculos estreitos com tradições islâmicas e subdesenvolvimento. A rota de fuga é para o Brasil. E principalmente, Boa Vista. Os guianenses encontram uma vida de subemprego e discriminação, assim como todos aqueles que não se inserem na economia do contracheque. Negros, negras, indígenas acabam se fixando na periferia e associando-se aos índices de violência da cidade, e às categorias que pululam no imaginário da cidade que generalizam e impõem ao excluídos do sistema a pecha de meliantes e desocupados. São invisíveis para as políticas públicas, mas presentes nas instituições de controle social.

O jornal de grande circulação em Roraima, Folha de Boa Vista, apresentou algumas matérias relacionadas aos guianenses e todas no período entre fevereiro de 2006 e julho de 2007 relacionadas a algum delito ou ilícito: “Homicida guianense tinha duas identidades” (17/07/2007); “Guianense é detido por suspeita de tentativa de furto em residência” (23/02/2007); “Assaltante guianense é preso pela PM” (20/11/2006); “Guianense é preso com moto roubada e polícia elucida dois casos de assaltos” (21/10/2006); “Guianenses são presos com 5kg de maconha” (10/02/2007); “TRÁFICO DE MULHERES - Cafetina é presa levando mulheres para garimpo localizado na Guiana” (20/12/2006); “Garimpeiros brasileiros estão presos na Guiana” (05/04/2006); “Polícia recupera moto levada para a Guiana” (18/04/2006); “Federal apreende produtos contrabandeados da Guiana” (05/07/2007). Muitas outras matérias analisam o potencial de crescimento econômico do estado de Roraima com a consolidação das parcerias entre Brasil e Guiana na área de transportes, comércio e combustíveis: “Guiana convida brasileiros para produzir cana-de-açúcar e etanol” (22/09/2007); “BID aprova financiamento para estrada Brasil Guiana” (22/06/2007).

As matérias refletem o pensamento e as leituras do cotidiano sobre uma determinada realidade: de um lado guianenses delinqüentes e de outro um país-mercado para produtos brasileiros. Cabe neste cenário perguntar qual o real norte da política externa brasileira ao privilegiar noções errôneas de inserção internacional em detrimento ao integracionismo junto à países como a República Cooperativa da Guiana, país que divide conosco faixa fronteiriça aberta ao trânsito de ilícitos, a processos migratórios ilegais? E de que modo essa política externa, desatrelada de uma política pública ampla focada em aspectos da segurança pública, inflam formas de violências a grupos sociais como o preconceito a negros e indígenas, guianenses ou brasileiros, na cidade de Boa Vista, Roraima?

O que temos de mais evidente é a falta de compromisso de uma política local que delimitada na segurança pública que não enxergue como marginais aqueles que deveriam ser migrantes, turistas, cidadãos tratados com dignidade. Não há como não entender a política local como espelho da política externa excludente que se baseia em contratado social revisitado, mas sim no aprofundamento das contradições propostas pelo processo de globalização em que a desigualdade estrutural entre países e pessoas produz exclusão, fragmentação social e um vazio de referências que abre espaço para caracterizar o outro, aquele que eu não entendo, aquele que eu não vejo como marginal.

A quem interessa manter guianenses como marginalizados, perpetuando o imaginário com assertivas que determinam que 10% da população carcerária da cidade de Boa Vista é daquele país (PROCÓPIO, 2008)? Essa problemática é instaurada através de acordos repetitivos históricos e pactos corrompidos que se expressam pelas várias formas da violência na ocupação do espaço. A violência racista manifesta-se de modo atentar destruir a identidade do outro, as identificações normativas e estruturantes que permitem o acesso do sujeito às regras da cultura e lhe mostram o que é proibido ou prescrito a fim de que seja garantida a sua existência enquanto ser autônomo, e a do grupo enquanto comunidade histórico-cultural são a mediação necessária à construção da identidade e à formação dos ideais. No racismo instala-se uma violência nesse processo onde a construção dos ideais tem como contrapartida a negação do sujeito que constrói e que deve, no entanto, tê-los como referência. A violência social é assimilada de forma descontínua, desligando noções de proteção e defesa, evidenciando a dominação e o triunfo do poderoso, isto é, a vitória do conhecedor do espaço, seja físico ou psíquico, a ser dominado.

O espaço físico caracteriza-se por ser lugar de constante trânsito, deslocamento e relações de pessoas de contextos sociais diferentes, acarretando em nova configuração social do espaço da fronteira para os sujeitos sociais que vivenciam a sua realidade. Neste sentido a fronteira é

compreendida como um lugar antropológico, pois conforme Augé (2004), este lugar possui ao menos, três características comuns: identitária, relacional e histórica. Podemos então afirmar, que os indivíduos fronteiriços aqui referidos, devido à prática do descolamento entre ambos os países em virtude dos anseios, e problemas coletivos, se constituem sujeitos sociais de um processo migratório que repercute vida cultural tanto quanto nos aspectos identitários que constituem historicamente a relação social.

Apesar disso, no contexto aqui analisado, tanto os guianenses ao analisar os roraimenses; os migrantes em Roraima e seu eterno desejo de regresso à terra natal, quanto Roraima numa leitura daqueles que fazem a política pública nacional, podem ser entendidos como habitantes do não-lugar, isto é,

os não-lugares não se definem como identitários, relacionais ou históricos. Através dos não-lugares se descortina um mundo provisório e efêmero, comprometido com o transitório e com a solidão. Os não-lugares são a medida de uma época que se caracteriza pelo excesso factual, superabundância espacial e individualização das referências, muito embora os lugares e não-lugares sejam polaridades fugidias (AUGE, 2004, p. 93).

Como podemos caracterizar o espaço de passagem, aquele que quem usa não cria raiz, quem governa esquece que existe, quem detém subtiliza? A complexidade dos processos migratórios internacionais acaba trazendo à tona uma série de variantes propensas às fronteiras nacionais, étnico-culturais e identitárias, assim como transformações de comportamento através do intercâmbio material e simbólico de nações diferentes. A sensação de terra de ninguém acaba deixando submersos aspectos que descortinam a construção de novas identidades, a exemplo da redefinição de papéis sociais de homens e mulheres transfronteiriços (ACNUR, 2004), que ao longo da vida de cada pessoa, segundo Lafer (1998), cria uma série de novos valores e normas como uma sociedade/ comunidade emergente de “novos homens e mulheres”, até mesmo em situação de refúgio. Neste sentido, urge a compreensão de como a identidade e o lugar constroem uma trajetória de vida peculiar a guianenses transfronteiriços e qual a influência deste deslocamento num processo de reconstituição social. Segundo Gibson (2006), devemos perceber a realidade guianense como uma bomba relógio à espera do momento certo para explodir nas feições de novos e revisitados conflitos étnicos, pois,

Both of the major ethnic groups in Guyana—Africans and East Indians—show a normal concern for the well-being of their ethnic group. They both also fear being dominated by the other—a fear that is due to the human instinct of self-preservation. But for East Indians in Guyana, fear is motivated and justified by the belief that "Black" people are evil by nature.

Estes, sejam como indivíduos ou como grupo social, aparecem na mídia roraimense associados aos temores frutos da violência urbana, resultado da trajetória guianense que nos é apresentada – conflitiva, migratória e étnica. O medo, as crises inerentes ao cotidiano da vida brasileira ganham um culpado em potencial e essa centralidade determina comportamentos. Para Goffman (2007), os indivíduos buscam informações uns dos outros para que possam saber a melhor forma de agir e interagir, quando não se tem uma informação prévia ou um mecanismo que possa transmiti-la, criam-se estereótipos. Para M., um guianense que mora há 18 anos em Boa Vista, a imagem tanto do guianense quanto da Guiana é negativa para os brasileiros; isto é,

[...] É só que não é todo que precisam viver pelo lado sociais, social. Mas olha, é o seguinte o pessoal pensa quando for para Guiana, que Guyana é um país de drogas, que é inadequado, que vem muito maconha de lá e tudo mais, mas é o que você vai procurar. Se você vai em qualquer país e você procurar droga você acha, ate porque aqui em Brasil em todo lugar. Bom, o Brasil para os Guyaneses é um bom lugar, especialmente aqui em Boa Vista e, aceitam muitos guyaneses aqui, porque alem desse preconceito que a gente sofreu é porque muitos negros guianês já veio aqui em Boa Vista/Roraima e fizeram muita besteira. Então, os que estavam de autoridades, eles acham porra, que aquele ali é outro! [...]

Para estes casos, Goffman diz o seguinte: “se o indivíduo lhes for desconhecido, os observadores podem obter, a partir de sua conduta e aparência, indicações que lhes permitam utilizar a experiência anterior que tenham tido com indivíduos aproximadamente parecidos com este que está diante deles ou, o que mais importante, aplicar-lhe estereótipos não comprovados” (2007, p.11). Berger e Luckmann (1985) acrescentam dizendo que isto faz parte de esquemas tipificadores anônimos, pois se distanciam de uma interação face a face, parando numa interpretação da conduta como resultante da própria tipificação, ou seja, de quadros elaborados para identificar certos sujeitos. Na verdade, criou-se um estereótipo, principalmente do guianense negro; uma imagem genérica do “inglês” que representa a todos, gerando uma identidade nacional desprestigiada.

Mas quem são os guianenses estigmatizados de Boa Vista? São em geral trabalhadores urbanos vinculados ao mercado informal: autônomos, empregadas domésticas, pequenos proprietários de bares, trabalhadores de oficinas mecânicas, barbearias, institutos de beleza, aos quais ajuntam-se desempregados e desocupados, excluídos outrora de seu país, hoje do mundo do contracheque. Junto a estes, encontra sociabilidade o guianense e a possibilidade de perigo para o cidadão boavistense que encara o diferente como inseguro.

Para Chesnais (1981), o homem moderno sente necessidade de se proteger contra tudo que lhe parece inseguro, inclusive contra o crime. Como tudo lhe parece inseguro ou motivo de insegurança pessoal, é “natural” que os indivíduos queiram se proteger, mesmo que com formas de agressividade e repulsa. Baseando-se em Elias (1990), sobre reflexões do processo civilizatório, percebemos que mesmo com a redução dos índices de violência em Roraima desde a institucionalização do concurso público para policiais em 2002, aumentou a sensação de insegurança, e o discurso que vincula esse sentimento ao preconceito contra o diferente como maranhenses e guianenses está associado ao agravamento da violência real. Chesnais ainda sustenta que toda diminuição da violência é acompanhada de uma exacerbação de sensibilidade que agrava o sentimento de insegurança, algo inversamente proporcional à violência objetiva, que além de ilusória é mistificadora.

Para Adorno (2006), são aqueles que não têm lugar próprio e nem identidade definida os responsabilizados por delitos no imaginário coletivo, como em território francês onde a xenofobia despejava uma carga de preconceitos contra o migrante. Os franceses excluem os estrangeiros, os espanhóis excluem os estrangeiros, os americanos têm maneira diferenciada para tratar latinos. Os países centrais excluem como parte de sua política de manutenção do status de dominação. Porque o Brasil não excluiria para ascender a essa categoria?

Assim, o medo do estrangeiro adquire outros rostos: os negros, indígenas e os migrantes regionais. Segundo Caldeira (2000), existe um efeito peculiar que as falas do crime exerce na criminalização e discriminação de certos grupos, como conseqüências do imaginário do medo para o futuro da democracia brasileira. Os espaços de expansão da cidadania e convivência democrática delimitam nichos anti-contágio com o desigual.

Os olhos do Estado, mais próximos desta problemática, são os das instituições encarregadas do uso legítimo da força, realizando controle social sobre as ações dos indivíduos. A polícia é o nosso agente de imigração em desvio de função: toma para si anseios do grupo, reproduzindo a busca de um culpado. Devemos entender como controle social a capacidade de se auto-regular de acordo com princípios e valores desejados, dando preferência à sociedade sobre o indivíduo (Lapassade, 1989). É aqui que criminalizamos aquele que não é beneficiado por pontes, podendo um dia a viver em baixo dela.

A idéia de controle social nos remete a sociedade em seu conjunto e ao Estado como órgão central de controle. O monopólio estatal da violência legítima é o elemento principal para essa noção de controle. Nesse sentido, a violência privada, ações não consideradas legítimas pelo sistema vigente, é vista como forma de rompimento deste controle social, atribuindo fragilidade e

ineficiência de instrumentos de controle. Quando o Itamaraty fecha os olhos para Guiana, inconscientemente cria as condições ideais para o desequilíbrio da vida social na fronteira norte. A política externa erra, a diplomacia faz de conta e polícia conserta!?

O sistema de Segurança Pública, como todo dispositivo do Estado, tem uma constituição histórica, atrelada a valores burgueses, propriamente vinculada aos problemas de governabilidade e controle de uma certa população em tempo e lugar específico. Diretamente ligado às questões de soberania, uso da força e coerção às normas, o sistema de Segurança Pública está, em tese, encarregado da função punitiva do Estado, que moderadamente é acrescida da função de reintegração, já que o interesse primordial associado ao caráter capitalista do Estado moderno é a formação produtiva dos indivíduos, sendo o ideal de governabilidade o máximo de aproveitamento da capacidade produtiva de uma população. Assim, sendo ao mesmo tempo espaço de afastamento do convívio e meio de reintegração, o sistema de Segurança Pública carrega uma contradição estrutural que, mesmo em condições excelentes de sua operacionalização – que não é o caso brasileiro – gera problemas políticos organizativos de orientação das ações dentro do sistema. Segurança pública não pode ser entendida como atribuição de uma instituição, mas sim de uma combinação que entenda o caso Roraima-Guiana como uma peculiaridade de uma política de fronteira diferenciada.

No caso específico do sistema de Segurança Pública brasileiro estes aspectos estruturais, além de se agravarem por conta da imensa defasagem em termos das condições materiais de operacionalização da função político – governamental que lhe caberia, refletem as contradições das relações de poder e interesses corporativos específicos que permanentemente incidem sobre esse mesmo sistema. Tanto para Foucault (1995) quanto para Monjardet (2001), a necessidade de atualização do entendimento sobre as especificidades do sistema de Segurança Pública por parte do quadro dos operadores das funções públicas a ele vinculadas, demanda muito mais que uma simples perspectiva técnico-instrumental de administração funcional. Os agentes do Estado acabam por reproduzir o imaginário. Assim, entender as contradições do sistema, desde o nível mais abstrato de suas funções sócio-políticas até o concreto das especificidades de condições locais tanto no que se refere ao tecido societário sobre o qual esse sistema se instala quanto à rede de relações que sua operacionalização instaura, passa então a ser condição mínima para análise e reestruturação do sistema de Segurança Pública e da política externa brasileira.

Frente à perspectiva política atualmente adotada pelo Estado brasileiro, a abordagem do sistema de Segurança Pública, assim como a de todos os demais dispositivos de governo, deve ser inspirada e comprometida com a

priorização da dignidade da pessoa humana, a defesa do conjunto de normas e ações destinadas a promover e garantir nos diferentes níveis, os direitos humanos e suas vertentes correlatas como cidadania (WACQUANT, 2001).

No entanto, remetendo-se ao conselho de Maquiavel ao Príncipe, de conhecer o terreno em que se pisa, essas diretrizes governamentais estão sustentadas em escolhas políticas a nível internacional, e não só interno. O desenvolvimento alcançado pela integração traria a reboque outros benefícios e malefícios à sociedade. Por trás do projeto de integração, há interesses mercadológicos e comerciais nas relações entre Brasil e Guiana. Não há interesse em integrar o que não gera retorno econômico imediato; há um vácuo entre discurso e práxis da integração.

Associado ao que se denomina de globalização, o paradigma da interdependência complexa veicula a categoria de regime internacional em substituição ao sistema internacional de estados como estrutura básica da ordem mundial: há uma rede de normas, regras, e procedimentos, que os players internacionais, de diversas origens, levam em conta em suas relações. Nye (2002) destaca os vínculos cooperativos que se estabelecem, o que faz com que em caso de conflito, a solução seja encontrada no âmbito da negociação entre estados, empresas, organismos internacionais, fora do âmbito político-militar. O foco de tal análise prescinde das assimetrias que perpassam essas mesmas relações e as tensões permanentes daí decorrentes. Construtivistas e/ou institucionalistas, acrescentam a este quadro de reflexão a necessidade de se construir a ordem mundial com instituições que dêem conta do ordenamento estável das relações em rede, caso contrário, estaríamos diante do caos, uma vez superadas as soberanias nacionais. No âmbito da integração regional, o papel da cultura e da identidade é colocado em destaque por Wendt (1987).

Marcante lembrar a teoria diplomático-estratégica da sociologia histórica de Aron (1979) como concepção de que as relações entre as nações se estabelecem enquanto correlação de forças, cada qual visando impor seus interesses. A ordem internacional é marcada por relação de soma zero no complicado mundo de múltiplas soberanias. A compra de armas hoje pode ser indício de uma retomada do desejo pelas terras da Região Leste do Essequibo. Halliday (1999) não vê, no entanto, mesmo em aspectos comportamentais, de espectro ampliado na análise da realidade internacional, uma alternativa, e sim um acessório, com relação à abordagem centrada no Estado. Em suma, persiste a margem significativa de limitações a qualquer interpretação da realidade internacional à base da solidariedade.

Sobre a Guiana e seu processo contínuo de formação como nação, é mister posicionar como parte do encaminhamento teórico-metodológico as

leituras sobre aquele país feitas por Romero (1982) do descobrimento a formação do movimento de independência; Daly (1994) e a delimitação de fronteiras a partir de invasões e ocupações; Garavini (2000) acerca da política externa feita pela Guiana. De acordo com Insannally (2004) fazer da Guiana porta de saída para a América do Sul é mais que uma necessidade econômica, é uma decisão política que reforça os interesses do país em posicionar-se como membro ativo da comunidade internacional. No entanto, esse ex-ministro das Relações Exteriores da Guiana e Cheddi Jagan Presidente da Guiana reproduzem o discurso de país pobre, coitado, membro do G77, que apesar de rico em recursos naturais não tem capacidade tecnológica para crescimento econômico; sonha com o perdão da dívida externa, uma aproximação com os gigantes internacionais por razões históricas (neles vivem os guianenses que se foram), receiam que Venezuela e Suriname ataquem, mas a miopia geográfica não faz enxergar que talvez o mais perigoso seja o Brasil que domina com soja, cana, língua, novela.

Interessam-nos as atuais reformulações da categoria de imperialismo. O debate mais tradicional, e de menor interesse no presente, centrava-se na caracterização mais precisa do que se entendia por Império, categoria que, pendularmente, movimentava-se entre o político, o econômico e o cultural. Não estamos mais diante do imperialismo, que supõe a expansão do Estado-Nação hegemônico. O império é uma forma política sem confins, sem força localizada, como o Estado-Nação, construído bem conformado no caso brasileiro pelas ações do barão do Rio Branco em esforços para delimitar as fronteiras do norte. Entendemos, que dependendo da perspectivas, somos império sobre vizinhos mais fracos.

O império manda para os ares os conceitos de nação, raça, etnia, e até de povo. Para Hardt e Negri (2004), precisamos de novas formas de solidariedade internacional, de culturas híbridas para enfrentar o império por fora dos mecanismos de representação; essas reformulações destacam não apenas o papel desempenhado pela estrutura sócio-econômica, como a maior atenção com aspectos políticos, colhidos das tradições da democracia representativa, e culturais. Nas práticas diplomáticas da América Latina, tem imperado a problemática da exclusão. Assistimos ao surgimento de novos bárbaros, a ver caminhos por toda parte, o que supõe, na desafiadora imagem de Hardt e Negri (2004) de estarmos chamados a nos colocar em xeque na escolhas futuras acerca de políticas sejam elas externas e/ou públicas.

CONCLUSÕES

A Guiana sempre esteve aí, coladinha a Roraima, assim como a Venezuela. Contudo, o governo brasileiro nunca demonstrou interesse em efetivar os ditos

termos de colaborações existentes. Quais os avanços dos acordos assinados entre Brasil e Guiana em Havana, Guayaquil e Lima, apesar do discurso de estarem comprometidos com os ideais de integração hemisférica e cooperação? A ponte sempre à espera de ser construída, nos vários começos sem fim, agora finalmente pronta, torna-se a esperança de um futuro melhor. Mas para quem? Será que é melhor para aquele migrante guianense que veio para Roraima depois que perdeu tudo no garimpo, ou para aqueles que decidiram ficar lá e enfrentar as dificuldades de um país pobre? Até mesmo cria-se festa com a temática de união entre estes países - Arraial das Três Nações – momento no qual tenta-se inserir o vizinho estereotipado como relevante. Não nos iludamos, a estratégia é folclórica em todos os sentidos.

Desde sempre o estado de Roraima está localizado, em sua totalidade, na faixa oficial de fronteira internacional do Brasil. De um lado, nós temos a República Bolivariana da Venezuela e do outro, a República Cooperativista da Guiana (FERNANDES, 2003). Nem o Brasil e nem o estado de Roraima atentou para os imigrantes destes países vizinhos e agora quer fortalecer acordos bilaterais. Desconhecem a presença do migrante guianense negro e de sua situação; talvez saiba aquilo que está no imaginário do povo roraimense: ladrões, traficantes, estupradores e assassinos (e assassinados); ignorando sua presença nos mais variados espaços da cidade. A incorporação do espaço amazônico desenvolvido aos olhos do grande capital internacional talvez passe pela invisibilização de atores que não agreguem valor às dinâmicas inerentes à cartilha globalizadora na qual o Brasil aprendeu a se integrar.

Nesta lógica, a Guiana passa a existir desde que contribua para a realização do sonho brasileiro de grandeza. Os problemas políticos, econômicos e sociais daquele país não fazem parte dos planos de integração, não importam como fatores que contribuem para a migração de sua população para Roraima. O que importa é usar a Guiana como mais um entreposto no caminho rumo ao sucesso de uns em detrimento de vários outros.

BIBLIOGRAFIA

ACNUR. *Definición amplia de refugiado em América Latina: incorporación de la Declaración de Cartagena em la legislación de la región*. Jul. 2004. Disponível em <http://www.acnur.org/biblioteca/pdf/2541.pdf>. Acesso em 25 de agosto de 2007.

ADORNO, Sérgio. *Medo, Violência e Insegurança*. In. Lima, Renato Sérgio e Paula, Liana de (orgs.). *Segurança Pública e Violência*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. São Paulo: Graal Editora, 2007.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: UNB, 1979.

AUGE, Marc. *Não Lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. São Paulo: Papirus, 2004.

BERGER, Peter L.; LUKMAN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Trad.: Floriano de Souza Fernandes. 26ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. (antropologia, 5)

BOURDIEU, P. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

CALDEIRA, T. *Cidade dos muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/ Edusp, 2000.

CHESNAIS, F. *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã, 1998.

CHESNAIS, J.C. *Histoire de la violence en Occident de 1800 à nos jours*. Paris: R. Laffont, 1981.

CHOMSKY, Noan. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. São Paulo: Scritta, 1996.

DAVIES, John. *Guyana – Venezuela Border Conflict*. Maryland: CIDCM, 2002. Disponível em <http://www.cidcm.umd.edu/pic/initiatives/guyana-venezuela/guyana~2.pdf>. Acesso em 30 de agosto de 2007.

DALY, Vere. *The Making of Guyana*. London: The MacMillan Press, 1994.

DREYFUS, Simone. Os Empreendimentos Colônias e os Espaço Políticos Indígenas no Interior da Guiana ocidental de 1613 a 1796. In: CASTRO, Eduardo Viveiros de e ; CUNHA, Emanuela Carneiro da. *Amazônia: etnologia e historia indígena*. São Paulo: FAPESP, 1993, p.19-41.

ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, v.2, 1990.

FERNANDES, Pedro. *Caracterização Geográfica da faixa de Fronteira Continental Norte*. Monografia submetida ao Departamento de Geografia como requisito para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

GARAVANI, Sadio. *Política Exterior de Guyana*. Caracas: USB, 2000.

GIBSON, Kean. *The dualismo of Good and Evil and East Indians Insecurity in Guyana*. Journal of Black Studies, Vol. 36, No. 3, 362-381, 2006. Disponível em <http://jbs.sagepub.com/cgi/content/refs/36/3/362>. Acesso em 21 de agosto de 2007.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Trad. Maria Célia Santos Raposo. 14ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

HALLYDAY, Fred. *Repensando as Relações Internacionais*. Porto Alegre: Ed.da Universidade, 1999.

HARDT, Michael e NEGRI, Antônio. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

HIRST, Paul. THOMPSON, Grahame. *Globalização em questão: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade*. Petrópolis: Vozes, 1998.

INSANNALLY, Samuel. The Guyana's foreign Policy: responses to changing world environment. In: DEP. Vol. I, nº 1. Brasília: Raul Prebisch Project, 2004.

LAFER, Celso. *A reconstrução dos direitos humanos: um diálogo com o pensamento de Hannah Arendt*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

LAPASSADE, Georges. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

LEE, Franz J. T. "Raíces históricas y socio-económicas de la ideología de racismo: Sudáfrica y Guyana. In: ROMERO, Rita Giacalone de. *Guyana Hoy*. Venezuela: Corpoandes/ Editora Venezolana C.A./ Ira Edición, 1982. p.13-83.

MONJARDET, Dominique. *O Profissionalismo e a Mediação Policial*. Antropolítica n. 10/11. Niterói: EdUFF, 2001.

NYE Jr, Joseph S. *The Paradox of American Power. Why the World's only superpower can't go it alone*. NY: Oxford University Press, 2002.

PEREIRA, Cunha Mariana. *A Ponte imaginária: o trânsito de etnias na fronteira Brasil-Guiana*. Tese de doutorado, Brasília: UnB. 2005. Mimeo.

PROCÓPIO, Argemiro. *Subdesenvolvimento sustentável*. Curitiba: Juruá, 2008.

RODRIGUES, Francilene. *Nacionalidade No Pensamento Social: Brasileiro e Venezuelano e o Lugar Guayana*. Tese de doutorado, Brasília: UnB, 2007. Mimeo.

ROMERO, R. G. de. *Estúdio histórico de la Guayana Británica: del descubrimiento a la formación del movimiento independentista 1499-1949*. Mérida: Fundacipol, 1982.

SILVA, Angela Maria. *Normas para apresentação dos trabalhos técnicos-científicos da UFRR: baseadas nas normas da ABNT*. Boa Vista: Editora da UFRR, 2007.

SILVA, Carlos Alberto Borges da. *A Revolta do Rupununi: uma etnografia possível*. Tese de Doutorado. Campinas, 2005. Disponível em <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000376558> Acesso em 15 de março de 2008.

SINGH, J. *Guyana: democracy betrayed*. Kingston, Jamaica: Kingston Publishers, 1996.

SPINNER JR., Thomas J. *A political and social history of Guyana, 1945-1983*. Colorado: West view Press, 1984.

SUMMARY - *Guyana Human Rights Association*. Disponível em <http://www.ohchr.org>. Acesso em 01 de abril de 2007.

WACQUANT, Loic. *Os Condenados da Cidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

WALLERSTEIN, I.M. *Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista*. São Paulo: Ed. Contraponto, 2001.

WENDT, Alexander. *The Agent-Structure Problem in International Relations Theory*. In: *International Organization*. 41, v.3, 1987.

ARTIGO

BOURDA: A LITTLE BRAZIL EM GEORGETOWN

RESUMO: O bairro Bourda em Georgetown não é apenas o lugar das importantes competições do cricket, mas também é o palco de efervescentes acontecimentos culturais e negociações comerciais da capital administrativa de Guyana. Bourda se dá a conhecer também como o espaço de valores e hábitos do Brasil, de aceitação sem conflitos da cultura guyanese, em que os elementos das duas culturas, Brasil-Guyana, são retrabalhados no embate com os interesses econômicos e resultam na criação de uma relação sócio-cultural específica que dá a marca e o sucesso ao Bourda.

Palavras-chave: História Brasil-Guyana, Brasileiros em Georgetown.

INTRODUÇÃO

Valendo-me das experiências vividas durante visitas à cidade de Georgetown, capital da República Cooperativa de Guyana, do encontro com grupos de brasileiros trabalhadores do bairro Bourda, resolvi elaborar esse texto revelador de aspectos da brasilidade desse pequeno território urbano. Bourda conserva a memória histórica do antigo estádio e dos heróis do cricket, o mais famoso e popular esporte na Guyana. É o território do Georgetown Cricket Club (GCC) fundado a 150 anos atrás (1858), tornando-se o mais antigo clube caribenho desse esporte.

Compreender a complexidade histórica da vida urbana do Bourda, entre elementos originais da cultura anglo-caribenha, é lançar novos olhares e distinguir na visão atual de Georgetown esses outros alicerces que revelam no seu interior uma íntima congregação da língua e da cultura do Brasil. O novo alvorecer do Bourda, com outras formas do drama urbano e multicultural, constitui meandros enriquecedores de possibilidades da

¹Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Professor Adjunto do Departamento de História da Universidade Federal de Roraima.

compreensão da imigração humana e da vida social coletiva, compartilhada por homens e mulheres nesse lugar de plural experiência cultural e econômica.

O termo Bourda é uma homenagem a Joseph Bourda que, durante o século XIX, foi Membro do Tribunal de Política e dono da antiga plantação de Vlissengen. Antes de Georgetown, existiu a pequena plantação de cana-de-açúcar de propriedade europeia que contava com auxílio dos indígenas e dos escravos africanos. Mais tarde, foram chegando nessas plantações os trabalhadores indianos, os chineses e os portugueses e todos esses povos deram ao bairro Bourda uma predisposição para a vida social plural, visto que os diferentes grupos culturais vem compartilhando esse território, desde o período colonial até nossa atualidade. Hoje, essa região faz parte da área urbana de Georgetown, mas registra toda essa trajetória no cemitério lá localizado, através dos túmulos de famílias tradicionais que participaram da origem do bairro.

Para entendermos melhor a trajetória histórica do Bourda, como a little Brazil de hoje, propomos retroceder nossa reflexão ao tempo inicial da cidade e analisarmos os vestígios sócio-culturais característicos do Bourda atual.

CONTEXTO HISTÓRICO

Antes que a cidade de Georgetown fosse o cenário de imponentes residências inglesas, exibindo uma arquitetura vitoriana do século XIX, começou como um lugar de encontro dos colonos e comerciantes holandeses com os indígenas. Depois, foram chegando as famílias ou grupos de amigos atraídos pelas notícias de enriquecimento fácil e iniciando um processo de maior duração dos acampamentos nesse território. Assim, ao final do século XVIII, surgiu o pequeno povoado que se tornou a capital da colônia holandesa Demerara-Essequibo.

No entanto, essa região era frequentemente visitada por ingleses e franceses que buscavam colonizar parte da costa guianês. Por volta de 1781, os britânicos conseguiram ocupar a pequena capital no delta do rio Demerara, entre as plantações de Werk-en-rust e Vlissengen, para o estabelecimento da nova cidade. Contudo, no ano seguinte (1782) os franceses ocuparam esse território, tornando-o a mais importante cidade da costa amazônica caribenha, com o nome de Nouvelle Ville (VEECKOCK, 2007).

Os franceses estabeleceram novas regras para as edificações públicas e particulares, com fundações de tijolos, cozinhas com ladrilhos e cobertura de telha de barro, substituindo a cobertura de palha ou lascas de madeira (cavaco). A cidade foi se modernizando e como está abaixo do mar havia o perigo de inundações ou incêndios porque as casas são de madeira,

provocando prejuízos materiais aos colonizadores. A Brickdam Street foi a primeira avenida pavimentada na cidade pelos franceses, que na época era conhecida como Middle Dam.

Em 1784, os holandeses recuperaram a cidade e com a construção do mercado Stabroek, localizado na Water Street, denominaram também de Stabroek a pequena capital. O nome foi uma homenagem a Nicolas Geelvinck (1732-1787), Lord de Stabroek e Presidente da Companhia Holandesa da Índia Ocidental. Os holandeses reorganizaram os canais de drenagem na cidade que foi expandida, ultrapassando as plantações de cana-de-açúcar de *Vlissingen* e *Werk-en-rust* em direção ao Sul do território urbano (SINCLAIR, 2006).

Novas mudanças político-administrativas aconteceram na cidade em 1814, quando todo o território holandês na Amazônia caribenha foi formalmente entregue para o reino Britânico durante a Convenção de Londres. Desse modo, a cidade de Stabroek foi renomeada para Georgetown. O novo nome foi uma homenagem ao Rei George III da Inglaterra. Alguns anos depois, em 1831, as colônias do Essequibo, Berbice, Demerara foram unificadas como Guiana Britânica, permanecendo assim até 1966, quando ganharam a independência do controle Britânico (OLIVEIRA, 2006).

Apesar de tudo isso, as características originais jamais desapareceram inteiramente. Aliás, cada pedaço urbano de Georgetown, em suas distintas direções, florescia com novas áreas agrícolas e pastoris e isso ainda é percebido na atualidade. A grande transformação urbana aconteceu somente em 1842, durante o reinado da Rainha Victoria, momento em que a cidade ganhou atenção como capital de Estado Britânico na Amazônia, mas não perdeu as características herdadas das culturas européias: holandesas, francesas e inglesas. Isso é comprovado quando observamos os nomes das ruas dessa cidade, que refletem as influências desses europeus e suas marcas administrativas nos diferentes momentos históricos de Georgetown.

A área do bairro Bourda fazia parte da plantação *Vlissingen*, de propriedade de Joseph Bourda. Em 1876, depois do desaparecimento no mar do filho e herdeiro de Joseph, o governo britânico reclamou a propriedade de *Vlissingen* e oficializou o novo distrito urbano denominado Bourda, vizinho ao bairro de Lacytown. O novo distrito urbano foi ganhando canais de drenagem e melhoramentos nas ruas, e uma dessas vias públicas recebeu o nome de Bourda Street (SINCLAIR, 2006; SINGH, 2008).

Além das novas residências, igrejas, escolas, hotéis e casas de comércio, já havia o cemitério e o famoso Georgetown Cricket Club, o popular Bourda Cricket. Com o século XX, a cidade viveu um apogeu comercial com grande presença de chineses e indianos. Entre as décadas de 1960 e 1970, o Bourda era ocupado basicamente pelo comércio dos chineses, mas aos

poucos, a partir do ano 2000, surgiu o grupo de brasileiros. Com isso, nesse começo do século XXI, a maior influência comercial no Bourda é dos brasileiros, caracterizando essa área urbana como a Little Brazil em Georgetown.

BOURDA A LITTLE BRAZIL

É indiscutível o destaque da língua e da cultura do Brasil no conjunto de transformações urbanas que ampliam significativamente as relações socio-culturais entre as ruas que integram o Bourda, em Georgetown. É um tema que merece maiores estudos e chamou-me a atenção desde a primeira vez que fiquei hospedado no Grand Coastal Hotel localizado no Bourda, na Regent Street, que é uma das principais ruas do comércio, em setembro de 2006.

A regularidade das idas e vindas entre Boa Vista e Georgetown garantindo levantamento de dados para meus estudos amazônicos, com visitas a National Library, a Walter Roth Museum, ao National Museum, a National Trust of Guyana e a University of Guyana, favoreceram o meu diálogo com grupos de brasileiros que vivem e trabalham no vizinho país. Além disso, entre fevereiro e março de 2007, naveguei de barco pelos rios Essequibo, Mazaruni, Cuyuni e Berbice, em visitas aos fortes holandeses do século XVII e XVIII, tendo contato com a cidade e o povo de Bartica, localizada no interior do Essequibo. Ao discorrer sobre a Little Brazil em Georgetown, como um espaço de brasilidade intimamente marcado pela solidariedade de uma rede de brasileiros que buscam, por diferentes caminhos, a realização de uma vida melhor, tomo como base esses momentos de conversa que fazem parte da memória de nossa história fronteiriça.

Durante entrevista com Albino Tavares, popular brasileiro no Bourda e trabalhador da Excel Minerals, que descreveu aspectos dos fluxos e ritmos das relações socioculturais e econômicas entre os ambientes brasileiros no Bourda e as regiões no interior guianês, deflagou o aumento da população do Brasil nesse país, nos últimos 10 anos. Com base nos relatos de Albino, podemos dizer que existem mais de 30 mil brasileiros vivendo na capital Georgetown e nas áreas de mineração (ouro, diamante, bauxita, entre outros) atuando nos diferentes serviços e comércio de mineração. Contudo, não há um recenseamento dessa forte presença de brasileiros em Guyana, pois o Primeiro Ministro, representante do governo guyanês, comentou durante reuniões com a Associação dos Brasileiros em Georgetown que há aproximadamente um grupo de 6 mil brasileiros.

No entanto, conforme Albino Tavares, o governo reconhece a importante contribuição dos brasileiros no desenvolvimento socio-econômico e cultural em Guyana. Isso é confirmado com a presença de funcionários guyaneses

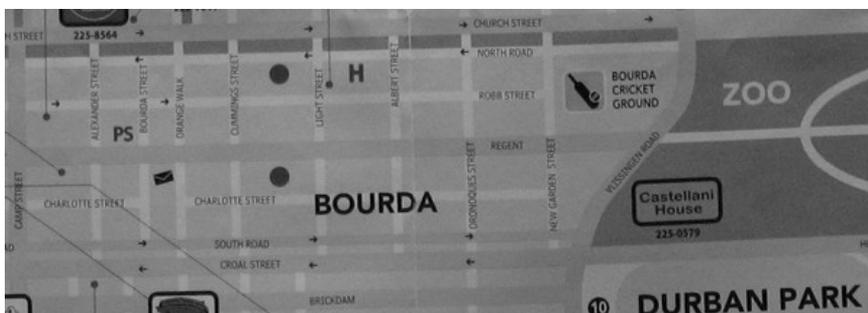
trabalhando para brasileiros e, também, na procura de estudos brasileiros em cursos na Universidade e no Centro de Estudos Brasileiros, localizado ao lado da Embaixada do Brasil, nos arredores de Bourda.

Tivemos também informação sobre a existência de grupos de brasileiros que entraram na comercialização de madeira com vendas para o Canadá. No entanto, o maior destaque dos brasileiros está na exploração e comercialização dos minérios. Conforme a entrevista com Albino Tavares, em torno de 75% dos brasileiros que vivem em Guyana, que trabalham na mineração e outros serviços gerais, são maranhenses. Enquanto os 25% de brasileiros restantes são os donos ou gerentes da mineração, empresários do setor de comércio e de turismo, sendo que grande parte desse pequeno grupo é oriundo de Minas-Gerais, Mato Grosso, São Paulo, Rio Grande do Sul, Acre, Pará, Amazonas, Roraima, entre outros estados brasileiros.

A cidade de Bartica é outro território de grande brasilidade no interior do Essequibo. É um lugar de apoio não só aos setores do comércio de mineração dos brasileiros no Bourda, mas aos numerosos brasileiros garimpeiros que se encontram nas minerações entre os rios Essequibo, Mazaruni e Cuyuni. Como parte do acordo entre o Governo de Guyana e a Associação de Brasileiros em Georgetown os setores comerciais e de serviços devem ofertar também empregos aos guyaneses. Assim, nos setores do comércio brasileiro no Bourda há funcionários afro-guyaneses, hindu-guyanese e ameríndios dividindo os serviços com os brasileiros. Em Guyana, os indígenas são identificados como primeiros habitantes e denominados de ameríndios.

O comércio e os serviços oferecidos pela rede de brasileiros no Bourda estão concentrados entre ruas paralelas como: Regent Street, Robb Street, North Road, Charlotte Street e South Road. Estão também nas ruas transversais como: Light Street, Albert Street, Oronoque Street, Cummings Street e Alexander Street. Há também comércio, hotéis e serviços de brasileiros nos arredores do Bourda, como em Church Street, Sixth Street e Irving Street. A Embaixada do Brasil e o Centro de Estudos Brasileiros estão na Church Street, enquanto que na esquina com Irving Street encontramos o Fourton Cort, que é um Condomínio fechado onde residem brasileiros e há também oferta de serviços: organização de coquetel ou jantar sabor do Brasil.

A centralização dos escritórios brasileiros de comercialização dos minérios (ouro e diamantes) estão no Bourda e destacam-se os seguintes: Escritório da Casa Brasil (que oferece outros serviços ou empreendimentos como salão de beleza, restaurante, boutique, serviço de rádio), Escritório Pure Diamond, Escritório Alphi Diamond, Escritório do Doutor, Escritório do Miguel, entre outros Escritórios com serviço específico de compra de diamantes.



Mapa do Bourda em Georgetown.
Fonte: Guyana Map & Tourist Guide 2007/08.

Localizado na fronteira do Bourda e Queenstown, o Escritório Excel Minerals constitui-se não só em espaço de comércio dos brasileiros, mas também em lugar de renovada experiência sócio-cultural plural entre brasileiros e guyaneses. A língua, como vetor de democratização nesses escritórios, é um importante instrumento de intervenção e de transformação nas relações: Brasil-Guyana.

O Hotel Rockies, na Light Street (considerado o mais importante ponto de encontro dos brasileiros), o Hotel Novo e o Hotel Santo Antonio, são lugares de informações sobre garimpos e funcionam com escritórios de transportes terrestres para Lethem. Ainda no Bourda, há o Hotel Lili, Hotel Bacanas, Guest House e Hotel Irmão Ailton. Registramos também os serviços do Hotel e Restaurante Ray e Hotel e Churrascaria Sunflowers. Todos esses hotéis se notabilizam pela cultura e língua do Brasil, exibindo programações da Rede Globo pela TV instalada em lugar de destaque, nas conversas entre os fregueses que buscam notícias do Brasil, dos familiares, dos amigos e dos garimpos.

Com relação aos restaurantes e bares de brasileiros identificamos os seguintes: Restaurante com cardápio brasileiro na Cummings Street, entre Regent Street e Charlotte Street; Restaurante com cardápio especial da culinária do Pará, na Regent Street; Pepper's Brazilian Restaurant, na Regent Street; Brazil Churrascaria e Pizzaria, na Alexander Street; Bar da Geysa, na Light Street próximo da South Road; Dunga Bar, esquina da Robb Street com Orenoque Street.

Registramos também lugares de lazer desfrutados pelos garimpeiros brasileiros, que são casas noturnas gerenciadas por brasileiros com serviços de bar, dança e encontros, sendo as seguintes: Olimpia Club Guyana, na Charlotte Street; Boate Red Dragon, na Charlotte Street; Excellence Boate (danceteria).

Há também uma variedade de serviços oferecidos por brasileiros tais como: Salão Brasil Fashion, na Regent Street; Armazém Mato Grosso, na Robb Street; Paraná Loja de Calçados, na Light Street; Johil, loja de material para o garimpo, na North Road próximo da Robb Street; Comércio de Produtos de Beleza, ao lado do Hotel Santo Antonio.

Há serviços de venda de viagens aéreas por empresas de brasileiros como a Meta Linhas Aéreas e a Fly Brazil Travel Agency, que fica na Light Street quase esquina com Regent Street. A Fly Brazil oferece pacotes de viagem para o Brasil, Estados Unidos, Canadá, Europa e ilhas caribenha. É um espaço que recebe os brasileiros que buscam informações sobre viagens terrestres ou de barcos para o interior guianês.

Identificamos também outros serviços ofertados por brasileiros como: Ourives (oficina que conserta e/ ou vende jóias); Lapidário (oficina na Charlotte Street entre Alexander Street e Camp Street); Ponto de Taxi, com serviços para brasileiros feito por um casal que fala inglês e português.

Existe um serviço delivery realizado por um motoboy bilíngüe (português/inglês), que faz compras de peças e envia para o cliente tanto na Guyana como no Brasil (Boa Vista ou Belém). É uma pessoa que sabe onde encontrar o pedido do cliente e negocia o preço.

A preocupação com a comunicação urbana e rural na Little Brazil em Georgetown fez surgir no Bourda vários serviços de rádio para os garimpos na Guyana e também no Brasil. São estruturas simples, mas eficazes nos recados desses brasileiros que se utilizam das pequenas centrais de comunicação gerenciadas em grande parte por mulheres. Os conteúdos das mensagens transmitidas servem para manter contato próximo com os parentes ou amigos, revelando as condições de saúde, do trabalho, da preocupação econômica, da mudança de um garimpo para outro, da data de chegada ou saída de Georgetown, de fulano que está transportando encomenda para beltrano, entre outros. Identificamos algumas dessas centrais como: Central da Célia, Central da Claudinha, Central da Corina, Central da Geysa, Central do Goiano, Central do Paraíba, Central da Jeane, Central da Jaqueline, Central da Lili, Central da Sandra, Central da Socorro e Ana, Central da Tatiana.

Os brasileiros do Bourda contam ainda com os serviços religiosos da Igreja Universal e da Igreja Deus é Amor. Os cultos são realizados em inglês ou português e quando recebem visitas de pastores brasileiros fala-se somente o português.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A língua e a cultura do Brasil em Georgetown tem no Bourda seu lugar mais expressivo. São distintos os espaços, mas necessários para que as benesses procuradas pelos brasileiros sejam plenamente desfrutadas pelos indivíduos e famílias que formam a malha socio-cultural e econômica, nesse território de língua e cultura anglo-caribenha. São brasileiros com distintos sonhos, porém todos foram atraídos para o Bourda pelas possibilidades vislumbradas com a mineração. São homens e mulheres que se entregam em grande parte ao trabalho de mineração ou participam do amplo mundo dos negócios de Georgetown, não apenas como fornecedores de serviços mas, também, como consumidores e intermediários no desenvolvimento do bairro.

Estas considerações refletem e sintetizam registros urbanos de integração desta comunidade brasileira com a cidade de Georgetown. Nela se acham presentes, com participação brasileira, os mais importantes festivais com apresentações de *Stellbands*: como o *Mashramani Day*, um carnaval com variados ritmos africanos; o *Phagwa Day*, um carnaval com elementos indianos e o *Diwali – The Festival of Lights*, uma celebração de luzes trazida da Índia e reinventada na cultura guyanese. Há também o *Ameríndia Heritage Celebrations*, com músicas, comidas e outras apresentações da cultura indígena. Além disso, há os populares festivais culinários, que congregam em Georgetown povos de todas as culturas nessas competições gastronômicas, como o *Duck Curry* (pato com temperos e muita pimenta).

A *Little Brazil* em Georgetown deixou perceber situações sociais diversas, cuja multiplicidade existente entre os fatos econômicos e os estilos de vida encerram anseios de poder gastar em conforto e prazer, idéias que embalam parte do sonho humano. Fazer parte do Bourda é também participar do convite à aventura de se descobrir o Brasil pelos mais diferentes aspectos que se inseriram na dinâmica sócio-cultural e econômica em pleno coração de Georgetown.

BIBLIOGRAFIA

- OLIVEIRA, Reginaldo. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período Colonial. In: **Revista Textos & Debates** – UFRR. Boa Vista-RR: Ed. UFRR, N. 11, jul/ dez de 2006.
- SINCLAIR, Donald (Editor). **Explore Guyana**. Georgetown: THAG, 2006.
- SINGH, Lokesh (Editor). **Explore Guyana**. Georgetown: THAG and GTA, 2008.
- VEECCOCK, Inge. **Glimpses of Victorian British Guiana**. Georgetown: Peacock Press, 2007.
- WALCOTT, Leon. **A General Knowledge Handbook for Guyanese Students**. Georgetown, 2004.

ARTIGO

WE'RE ONLY IN IT FOR THE MONEY: O CASO DA TUTELA DA FLORESTA DE IWOKRAMA NA REPÚBLICA DA GUIANA

RESUMO: O presente artigo tem como propósito o estudo de caso da tutela da floresta de Iwokrama na República da Guiana. Após a narrativa dos fatos pretende-se compreender o caso a partir de óticas teóricas como interdependência, comportamento de atores e privatização de atos internacionais. Ao final propõe conclusões preliminares e registra as particularidades do caso para as relações internacionais.

Palavras chave: Floresta de Iwokrama - República da Guiana desenvolvimento sustentável.

INTRODUÇÃO

Este artigo possui como propósito o estudo de caso da tutela da floresta de Iwokrama na República da Guiana¹. O caso em específico tem início no primeiro semestre de 2008 quando um grupo de investidores reunido sob a personalidade jurídica da empresa Canopy Capital negocia diretamente com a República da Guiana para assumir a tutela e o manejo ambiental da Floresta de Iwokrama. O objetivo deste artigo é sistematizar este fenômeno recente nas relações internacionais mediante o uso da narrativa do caso e a tentativa de compreensão do fenômeno a partir de ferramentas oferecidas pelos discursos teóricos em Relações Internacionais.

Nas relações internacionais a participação de atores privados no regime de proteção ambiental não é uma novidade.

* Professor Assistente do Departamento de Relações Internacionais da Universidade Federal de Roraima - UFRR. O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico CNPq Brasil.

¹ Opta-se pela denominação República da Guiana ou simplesmente Guiana para se referir à Co-operative Republic of Guyana.

A título de exemplo o sistema de créditos de carbono e o próprio cálculo de vantagens comparativas em relação à participação estatal em regimes ambientais promoveram a inserção da iniciativa privada na dinâmica dos regimes ambientais, ainda que algumas vezes na direção contrária das negociações diplomáticas. O fato da tutela da Floresta de Iwokrama ser resultado da iniciativa exclusiva dos investidores e as consequências da implantação do modelo, como, por exemplo, a indexação de florestas, parecem ser particularidades oferecidas pelo caso estudado.

Apesar de o artigo limitar-se a um estudo de caso este é um artigo que diz respeito a um tema pontual da política interna e externa da República da Guiana. Registra-se que a Guiana tem quase o mesmo tamanho da ora colonizadora Grã Bretanha e que mais de oitenta por cento do território é coberto por florestas². A floresta de Iwokrama corresponde a 371.000 hectares de floresta no centro do território guianense e é uma das quatro últimas florestas tropicais intactas no mundo ao lado da do Congo, da Nova Guiné e Amazônica.

Além do interesse nos lucros existe algum tipo de engajamento dos investidores na preservação ambiental? Trata-se de um serviço eficiente quanto à promoção de valores mundiais como a proteção da biodiversidade? Quais os ganhos efetivos dos investidores e a possibilidade de exportação do modelo? Muitas perguntas podem ser feitas a partir do caso escolhido. É necessário registrar que a maioria delas não pode ser respondida neste artigo. O fato de o caso ser recente, limitado a um pequeno país na América do Sul e a dificuldade de acesso a dados precisos limitam a possibilidade de conclusões mais ricas e satisfatórias. Não obstante as limitações inerentes à pesquisa o caso possui uma significação particular para os estudos acerca de temas globais como cooperação e meio ambiente com os quais o presente artigo pode vir a prestar colaboração.

A TUTELA DA FLORESTA DE IWOKRAMA NA REPÚBLICA DA GUIANA

No começo de abril de 2008 a empresa Canopy Capital anunciava o acordo para preservar a floresta de Iwokrama, 371.000 hectares de vegetação tropical localizados no centro entre as planícies litorâneas e as savanas ao sul da República da Guiana. Apesar da proximidade a floresta de Iwokrama não é parte contígua da floresta amazônica da qual é separada pelas savanas ao sul. O limite a oeste são as montanhas Pakaraima as quais favorecem a existência de floresta assim como a cordilheira andina favorece a amazônica. A princípio a empresa Canopy Capital entende que manter a floresta viva pode gerar valor no

² RAMPERSAUD, 2007, 151.

mercado internacional. Quando se fala em 'valor' aqui não está se tratando de aspectos morais ou éticos. As declarações do diretor da empresa, Hylton Murray-Phillipson são claras na representação de seus investidores:

"Conservation efforts over the past two decades have basically failed to deliver for the Amazon. I've been reading my entire adult life about the destruction of the Amazon rainforest, yet it's still happening. What's the problem? Frankly, lack of money. Philanthropy is too small, governments are too slow, so it's going to be up to the market" "The only way we are going to turn this thing around is through a profit motive. This is what is needed to harness the power of markets. But it doesn't stop with making a profit we are also going to have to deliver a better living for local people. We need to start valuing the intrinsic parts of the forest as an intact entity rather than having to convert it for something else." (BUTLER, 2008)

A possibilidade de investimentos privados que dão suporte às políticas de proteção ambiental não é algo novo nas relações internacionais. Os créditos de carbono propostos pelo Protocolo de Kyoto iniciaram uma nova forma de motivação de comportamento de atores internacionais³. Em nível sub-nacional, por um lado, empresas investem no mercado emergente de créditos de carbono e, por outro, setores corporativos fazem lobby para que o Estado não comprometa a capacidade produtiva de determinados segmentos tanto públicos quanto privados em virtude de compromissos com os regimes ambientais⁴. Este tipo de fenômeno de choque entre a capacidade competitiva

³ Já que o sistema de créditos de carbono é mencionado diversas vezes neste artigo é interessante situar que os créditos são instrumentos de redução da emissão de gases causadores do efeito estufa. O sistema de certificação de créditos de carbono foi criado nas negociações do Protocolo de Kyoto e é denominado Mecanismo de Desenvolvimento Limpo - MDL. Os projetos devem ser aprovados pelo MDL para lançar os papéis no mercado e o processo obedece a um sistema complexo de quantificação dos créditos e aprovação dos projetos que está em pleno desenvolvimento. Isto gera possibilidade de comércio com países que não conseguiram cumprir as metas de redução das emissões. Interessante mencionar que o site CarbonoBrasil (www.carbonobrasil.com.br) informa que os mecanismos de conservação e manejo florestal não se encaixam ainda dentro dos pré - requisitos para projetos de MDL e que mesmo projetos de reflorestamento possuem dificuldade de aprovação pela ONU.

⁴ A este respeito o estudo de NORDHAUS; BOYER, 1999 oferece uma eficiente aproximação da posição de países como os EUA. O estudo - financiado pela National Science Foundation and the Department of Energy - registra que em 1999 o custo de não aderir ao Protocolo de Kyoto era 8 a 14 vezes maior do que a não adesão em termos de economia interna, que este tipo de variação projetava a valorização dos créditos de carbono nos anos ulteriores e que os EUA parecem ser menos vulneráveis do que outros países às consequências das mudanças climáticas. Em 2003 GRUBB avalia que a rejeição da administração Bush ao Protocolo representa um dos maiores impactos nas possibilidades comerciais dos mecanismos de redução de emissão. As previsões de Nordhaus e Boyer quanto ao alto preço dos créditos são confirmadas por Grubb, mas isto não significa incentivo aos investidores já que a valorização dos créditos deve-se à não competitividade do mercado. Outro fator limitador da competitividade que em última análise é levada a efeito pelo setor privado é que as principais decisões e endossos estão nas mãos dos governos. Os dois artigos oferecem um panorama detalhado em termos de análise econômica para explicar os constrangimentos no avanço das políticas de contenção do efeito estufa.

e proteção ambiental favoreceu o aparecimento das colisões de regimes, neste caso, entre a promoção do livre comércio e a proteção ambiental⁵.

Os Estados Unidos da América é um exemplo clássico de país que se recusa a aderir formalmente ao Protocolo de Kyoto⁶. Um país tão westfaliano e aroniano como os EUA possui interesses claros para não se comprometer formalmente com o regime ambiental, o que não quer dizer que não existam outras formas de comprometimento⁷. Existe uma série de justificativas em relação à não-adesão americana ao regime ambiental dentre as quais destacam-se entendimentos teóricos que amparam a justificativa que o direito internacional é um *minimum standard* ao qual Estados devem adequar seu comportamento. Este pelo menos tem sido o argumento da Suprema Corte americana para diversas decisões que ratificam o comportamento do Executivo em política internacional⁸.

O caso da floresta de Iwokrama parece apresentar elementos novos às relações internacionais que fazem parte de um conjunto de novas tendências mundiais; trata-se de um grupo de investidores que aposta na tutela de uma floresta tropical⁹. Iniciativa semelhante pode ser encontrada na proposta de 'Reducing Emissions from Deforestation and Degradation' apresentada na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas em 2007, incluída no Bali Roadmap. Nesta, países desenvolvidos promovem o manejo sustentável das florestas tropicais mediante a exploração de uma série de opções possíveis como transferência de tecnologia o que na realidade é um

⁵ A este respeito o Relatório da ONU sobre a fragmentação do direito internacional é elucidativo: "There has been considerable debate on the relation between the WTO covered treaties and environmental agreements. The Panel in the Shrimp-Turtle case (1998) had defined the notion of "exhaustible natural resources" in article XX (g) of GATT so as to include only "finite resources such as minerals, rather than biological or renewable resources". The Appellate Body did not share this view. The notion needed to be interpreted in view of recent developments: "the generic term 'natural resources' in article XX (g) is not 'static' in its construct but is rather 'by definition evolutionary'". In order to seek such an up-date meaning, it referred, among other instruments, to the 1992 Rio Declaration and Agenda 21, the Biodiversity Convention of 1992, and the United Nations Convention on the Law of the Sea and thereby reached the interpretation that all natural resources, living and non-living were included." (United Nations, A/CN.4/L.682, 2006, par. 168)

⁶ A este respeito consultar BRUNÉE, 2004.

⁷ As expressões aroniano e westfaliano foram empregadas recentemente por ALMEIDA, 2008. Se por um lado, a ênfase na soberania e nos interesses nacionais qualificam os EUA como westfalianos, a crença em valores elevados e no destino manifesto refletem a glória como motivação de comportamento estatal, na perspectiva aroniana. Nas relações internacionais a prevalência da escolha soberana americana pelo desenvolvimento industrial choca-se com os valores coletivos de combate ao aquecimento global. Este tipo e caráter dual da cultura política internacional norte-americana e sua pertinência para o assunto tratado neste artigo justificou a referência às terminologias.

⁸ A este respeito HENKIN, 1997.

⁹ A Canopy Capital foi erigida em 2007 e 20% da companhia é controlada pelo Global Canopy Programme, uma empresa britânica dedicada à pesquisa e à preservação das florestas tropicais. Os 80% restantes pertencem a uma dezena de investidores. (fonte: <http://canopycapital.co.uk/faq/index.html>).

aprimoramento do mercado de créditos de carbono¹⁰. Os projetos Plan Vivo atuante no México, Moçambique e Uganda e o do banco de investimento Merrill Lynch na Indonésia parecem andar na mesma direção¹¹. A diferença dentre os projetos mencionados é a proposta de indexação de florestas e o fato da Canopy Capital não trabalhar unicamente com a estrutura comercial dos créditos de carbono, mas também com a possibilidade de venda da geração de chuvas, regulação climática e manutenção da biodiversidade.

Parte desta tendência é explicada pelo fato de Estados serem lentos e ineficientes na consecução das metas dos denominados novos temas globais e este fato gera, paradoxalmente, duas tendências opostas: a necessidade de normas universais que prescindam da anuência de Estados e a da inércia encontrada por normas internacionais para exercerem efetiva força no sistema internacional. A grande contradição do direito internacional é justamente esta: Estados possuem a liberdade de não aderir aos compromissos internacionais com base na soberania a qual é assegurada pelo próprio sistema de crenças do direito internacional.

Além do paradoxo entre os princípios de direito internacional, normalmente presente na dinâmica do regime ambiental, o caso da tutela da floresta de Iwokrama sugere uma outra contradição. De um lado, Estados não cumprem regras ambientais porque interesses econômicos não raras vezes privados prevalecem nas decisões políticas internas; de outro, fundos de investimento apostam na preservação de florestas tropicais porque entendem que isto pode ser lucrativo. Os lucros neste caso possuem duas dimensões: uma é manter o sistema produtivo mundial funcionando em termos de segurança alimentar, energética e ambiental e a outra é a possibilidade de venda desta segurança o que garantiria o retorno com juros para os investidores, e ganhos para as empresas especializadas no manejo sustentável e para os países que abrigam as florestas.

Murray-Phillipson propõe um sistema de indexação das florestas do planeta para se poder ter uma base de cálculo de seu valor agregado o que iria aumentar a atratividade do investimento. O índice seria baseado num conjunto

¹⁰ Sobre estes aspectos verificar os working papers em <http://unfcccballi.org/unfccc/>. Também é possível ter acesso a papers sobre os impactos sociais, econômicos, financeiros e culturais do REED além de documentos explicativos em <http://conserveonline.org/workspaces/redd>.

¹¹ O projeto Plan Vivo utiliza um sistema de pagamento em dinheiro direto aos nativos ou parceiros pela conservação ambiental e após um sistema de avaliação específico por avaliadores externos repassa os créditos de carbono aos doadores dos montantes financeiros. Sobre o projeto consultar <http://www.planvivo.org/>. No segundo caso o International Merrill Lynch celebrou com australian Carbon Conservation o primeiro acordo mundial de financiamento de impedimento de desflorestamento de 750.000 hectares da floresta de Aceh em Ulu Masen, Indonésia. Consiste em um projeto piloto visando criar uma estrutura comercial de impedimento de desflorestamento. Sobre estes pontos consultar: <http://www.ml.com/>.

de critérios como a presença de povos indígenas, espécies em extinção, potencial turístico e é claro a qualidade da tutela¹². Idealismos à parte, a Canopy Capital afirma-se como empresa interessada no lucro, ou seja, na possibilidade de conciliação entre a proteção das florestas tropicais e a possibilidade real de venda deste serviço:

"For now, Canopy will pay simply to protect Iwokrama's ecosystem services, but in the future it's wagering that the world will get desperate enough to limit climate change and deforestation that it will pay Canopy for its stake. 'The fundamental difference here is that we hope to make money out of it,' says Philipson. 'We need to engage the power of the market here. We're hoping to buy low and sell high!.'"(WALSH, 2008)

A possibilidade de acesso exclusivo aos resultados de pesquisas na região e a estocagem de créditos de carbono são benefícios até médio prazo. Em longo prazo o diretor do Global Canopy Program, Andrew Mitchell, aposta no princípio orientador dos mercados e em certo sentido das relações internacionais: "Markets are driven by fear and greed and the fear factor has become greater and greater as the science gets better and better." É fato que a pesquisa científica tem influenciado sobremaneira a opinião pública sobre o aquecimento global; em certa medida a mudança gradual de posição na política americana tem sido influenciada por resultados de pesquisa. Quanto maior a convergência acerca da ameaça ambiental, maior a probabilidade do lucro com base na indexação de florestas. É o que Mitchel denomina o novo paradigma no modo como a economia global valoriza o meio ambiente¹³.

Registre-se que a Canopy Capital tentou inicialmente levar sua proposta de investimento ao Brasil onde não encontrou receptividade. Seu diretor fundador trabalhou no Brasil no setor financeiro durante pelo menos cinco anos, domina bem o português e conhece a dinâmica política na América Latina. O plano de expansão do modelo que em parte dependerá dos

¹² Povos indígenas assumem crescentemente importância no sistema de créditos de carbono. No caso da floresta de Iwokrama são 7.000 índios distribuídos em 16 comunidades. Há convergência entre os cientistas acerca do papel dos povos indígenas na conservação das florestas intactas e na identificação de novas espécies na fauna e flora. O nível de engajamento de povos indígenas na preservação de florestas é alto já que na perspectiva indígena em particular sul-americanas a natureza, os animais e o homem possuem um profundo elo intersubjetivo. Os estudos antropológicos sobre o 'perspectivismo' reforçam o consenso científico da necessidade da participação indígena em particular no manejo sustentável das florestas. Sobre estes pontos consultar VIVEIROS DE CASTRO, 2002. Resultados de pesquisa quanto à esta participação podem ser consultados em FEARNSIDE, 2004; PESKET, BROWN, LUTTRELL, 2006; KAPPAS, HERKENRATH, MILES, 2007; e, GRIFFITHS, 2007, todos em <http://conserveonline.org/workspaces/redd/cobenefits>.

¹³ As referências estão em KNIGHT, 2008.

resultados na Guiana inclui outras regiões onde o empreendimento é também viável. Enquanto os lucros reais na Guiana não são traduzidos em cifras para os investidores correspondentes ao montante já aplicado cabe a crítica ao programa piloto do G7 para a conservação da floresta amazônica no qual - segundo Murray-Phillipson a maior parte do dinheiro nunca deixou Brasília¹⁴.

Na Guiana foi diferente, o presidente Bharrat Jagdeo acolheu a oferta generosa dos investidores: o orçamento de 1.2 milhões de dólares por ano durante o prazo de cinco anos, renovável. O país é caracterizado por uma sociedade com confrontações étnicas e políticas, pela constante disputa territorial com países vizinhos¹⁵, por uma economia tradicional baseada na exportação de açúcar, ouro e arroz da qual é fortemente dependente. Dentre as expectativas de crescimento econômico e diversificação da matriz produtiva destacam-se o investimento no etanol, e no setor de florestas¹⁶. A avaliação da economia nacional é controversa e o país precisa com urgência diversificar sua matriz energética por causa dos problemas com a escassez de energia elétrica e petróleo. Neste contexto, a questão ambiental consta com destaque nas avaliações estratégicas tendo em vista que há expectativa de aproveitamento hidroelétrico, utilização econômica das florestas e preparação para as conseqüências do aquecimento global tendo em vista que a concentração populacional encontra-se no litoral e que a elevação do nível do mar é um fator de aniquilamento estatal na região caribenha.

O projeto da Canopy Capital reúne vantagens específicas para as características da República da Guiana. A melhoria da qualidade de vida das

¹⁴ BUTLER, 2008.

¹⁵ "A "Questão do Pirara" surgiu ainda no século XIX, quando a Inglaterra fomentou uma disputa fronteiriça com o Brasil, alegando que os índios que viviam na região reclamavam a proteção inglesa. O Brasil cedeu, e retirou do Pirara suas representações civis e o destacamento militar, reconhecendo provisoriamente a neutralidade do território indígena. Em 1842, no entanto, a Inglaterra colocou marcos fronteiriços na região, usurpando terras brasileiras para sua colônia, a Guiana. Finalmente, em 1904, o governo brasileiro aceitou o laudo arbitral da Itália, cujo parecer foi favorável à Inglaterra. O resultado da "grilagem" praticada sob o pretexto da proteção aos índios foi a perda de 19.630 km² do território nacional. (SOUZA, 2008). Existiu também uma outra disputa com o Suriname que foi submetida à Arbitragem conforme o Anexo VII da Convenção das Nações Unidas para o Direito do Mar que decidiu em favor da Guiana em 2007 sob o critério da equidistância. Neste caso o Suriname em junho de 2000 chegou a enviar 'gunboats' à região disputada já que a Guiana havia dado concessão à CGX Energy, empresa canadense, de trabalhar nesta área da plataforma continental. Os subsequentes movimentos militares quase levaram os países à guerra. A este respeito é possível obter o Laudo Arbitral em <http://www.pca-cpa.org/upload/files/Guyana-Suriname%20Award.pdf>. Em curso existem disputas territoriais com a Venezuela e com o Suriname.

¹⁶ "Mirando o futuro, o governo esboçou um propósito de reestruturar a economia, inclusive pelo fortalecimento dos setores tradicionais; desenvolver um setor manufatureiro vibrante, diversificado e globalmente competitivo; promover o setor do turismo; estimular o desenvolvimento e expansão dos setores de pecuária, pesca e aquíicultura, assim como de florestas, focalizando maiores esforços no setor emergente de tecnologia da informação (TI) e preparar-se para os efeitos do aquecimento global. Além disso, há muita expectativa quanto ao êxito da exploração de petróleo, especialmente após a conclusão satisfatória da disputa com o Suriname sobre a fronteira marítima do nordeste" (CORBIN, 2007, 150)

populações indígenas, o investimento sustentável na produção de madeira e a possibilidade de projeção do sucesso da parceria constituem efeitos colaterais que conferem prestígio ao governo e ajudam a erradicar dois dos maiores problemas sociais do país, a coesão social e a miséria¹⁷. Embora o êxito do modelo aplicado na Guiana não seja fator determinante para a consolidação de um novo paradigma econômico-ambiental importa reconhecer que existe um projeto ambicioso na Floresta de Iwokrama.

APROXIMAÇÕES TEÓRICAS: INTERDEPENDÊNCIA, COMPORTAMENTO DE ATORES INTERNACIONAIS E PRIVATIZAÇÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

A aproximação teórica proposta por este artigo diz respeito à sistematização dos fatos narrados na seção anterior com o propósito de compreendê-los a partir de categorias científicas. Aqui, se reitera que muitas vezes parece inglória a tarefa do pesquisador e estrategista em relações internacionais na medida em que existem dados que conferem significação às relações de poder que não estão disponíveis e que se todos os dados em política internacional fossem tão claros não haveria a necessidade de serviços de inteligência¹⁸. As palavras de Robert Keohane para justificar seus estudos sobre cooperação internacional cabem sobre medida para o propósito do estudo aqui proposto: apesar da insuficiência de dados informativos e da impossibilidade de resultados satisfatórios de pesquisa, o tema é estudado em virtude de sua significação normativa¹⁹.

A fim de compreender em termos de sistematização científica o caso proposto sugerem-se a partir da narrativa dos fatos três óticas de análise: interdependência, geração de comportamento de atores internacionais e a privatização de atos internacionais. O objetivo deste artigo não é fazer a revisão da literatura acerca dos três critérios propostos e sim, a partir da

¹⁷ O investimento no manejo sustentável das florestas consta com destaque no último relatório oficial do governo da Guiana: "Guyana's forests cover about three quarters of the country's land mass and contain over 1,000 tree varieties, which provide vast opportunities for the harvest and export of wood products. Forest products exports accounted for nearly 10 percent of total exports in 2005. In the past, most forestry exports consisted of processed plywood and raw or semi processed greenheart and other valuable species (e.g. Purple Heart, Mora, Locust). There is, however, a growing interest in expanding value-added wood processing industries (e.g. furniture, flooring, doors, molding, fencing, veneer, etc) targeting the Caribbean and U.S. markets. Further opportunities exist for investors able to obtain Forest Stewardship Council (FSC) certification and develop products for niche markets. (Review of Guyana's Foreign Trade, 2004-2005)

18 MOREIRA, 2007

19 "Cooperation is elusive enough, and its sources are sufficiently multifaceted and interwined, that it constitutes a difficult subject to study. It is particularly hard, perhaps impossible to investigate with scientific rigor. No sensible person would choose it as a topic of investigation on the grounds that its puzzles could readily be solved. I study it, despite the lack of rich, multi-case data suitable for the testing of hypotheses and despite the relative paucity of relevant theory, because of its normative significance". (KEOHANE, 1984, 10)

breve localização teórica dos conceitos, utilizá-los como ferramentas de análise do caso.

O caso é controverso, primeiro porque apresenta uma iniciativa de investidores privados para a garantia de um bem público em nível internacional, o meio ambiente. Parece ser a conciliação de interesses do que até então era entendido como colisão de regimes, ou seja, a inabilidade de reverter o quadro de degradação ambiental era explicada pela busca de vantagens econômicas por parte dos Estados. Neste caso, atores privados atuam de forma supletiva de forma a atingir objetivos que a sociedade internacional não conseguira atingir a partir do comportamento Estatal.

Interdependência é um conceito amplamente utilizado em relações internacionais. Robert Keohane e Joseph Nye são nomes que se destacam na proposta e utilização deste conceito. Propõem a idéia de uma sociedade internacional marcada pela conectividade entre os atores mundiais que estão sujeitos à sensibilidade e vulnerabilidade enquanto aspectos da globalização. A interdependência neste conjunto explicativo diz respeito a características tão diversas como economia internacional, poder militar, meio ambiente e aspectos sociais e culturais²⁰.

Em outras obras dos autores citados ficam mais claras as implicações da interdependência complexa. É o caso da limitação do poder de uma superpotência conforme o proposto no 'The Paradox of the American Power' de Nye, mas principalmente no 'After Hegemony' de Keohane. Num contexto geral, liberais acreditam que valores e interesses comuns podem induzir Estados à cooperação em torno de valores ou interesses. Apesar de os discursos teóricos liberais serem mais simpáticos à atuação de atores transnacionais no sistema internacional verdade é que o caso da tutela das florestas na Guiana trata a cooperação num contexto amplo; ou seja, é preciso distinguir que no caso estudado os atores são assimétricos e que os interesses não coincidem. Por esses motivos que a interdependência conforme aqui mencionada não é restrita à interdependência complexa dos discursos teóricos liberais.

A Organização das Nações Unidas reconhece também o fenômeno da interdependência. Este tipo de reconhecimento de fenômeno político possui maior expressividade após a Declaração do Milênio e pode ser observado com particularidade na Resolução 60/204, aprovada pela Assembleia Geral em 22 de dezembro de 2005, sobre o papel das Nações Unidas na promoção do desenvolvimento no contexto da globalização e interdependência. Neste

²⁰ Como interessa a este estudo principalmente o aspecto ambiental: "Some environmental globalism may be entirely natural the earth has gone through periods of warming and cooling since before the human impact was significant but much of the recent change has been induced by human activity. (...) Examples include the depletion of the stratospheric ozone layer as a result of ozone-depleting chemicals: human-induced global warming (...)."

documento dois aspectos possuem relação mais direta com o tema aqui estudado. O primeiro é que interdependência é entendida mais na sua dimensão econômica o que parece ser mais consensual em estudos científicos. O outro é o reconhecimento que muito embora a governança global seja fundamental para se adquirir desenvolvimento sustentável, Estados têm primariamente responsabilidade por seu próprio desenvolvimento. Neste contexto, enfatiza o papel da iniciativa privada e do investimento estrangeiro para assegurar condições internas de crescimento, de erradicação da pobreza e de desenvolvimento sustentável.

Como conciliar as teorizações científicas e as recomendações de atores internacionais com o que de fato ocorre na floresta de Iwokrama? Não se trata aqui de estabelecer a relação entre as florestas tropicais e os parâmetros climáticos mundiais. Trata-se da possibilidade de validar cientificamente a declaração dos investidores de que há interesse econômico nesta tutela das florestas porque o meio ambiente mundial obedece de tal forma a uma lógica interdependente que governos, atores privados e cidadãos possuem interesse na manutenção deste investimento.

“There have been very powerful studies that link the Amazon rainforest to precipitation in North America, so the case can be made that the forest of Guyana plays a key economic role in the U.S. Similarly, last year Argentina saw power shortages and drought because rainfall from the Amazon didn't make it as far down as usual. Meanwhile Brazil has \$58 billion in agricultural exports last year and roughly 70 percent of the country's electricity generation came from hydroelectric. If you don't have rain, it directly affects power and agricultural production, essential components of the economy. Another way of looking at it is to compare rainforests to a giant utility if you do not pay your utility bill, your power and water are going to get cut off.” (Hylton Murray-Phillipson apud BUTTLER, 2008)

Sob a ótica da geração de comportamento de atores internacionais ou transnacionais o caso parece também oferecer elementos significativos para o debate científico. É sob esta perspectiva que o tema assume as características dos estudos sobre cooperação e direito internacional. Cooperação internacional porque atores em diferentes sistemas cooperam para a proteção ambiental. Neste caso a cooperação na se restringe a Estados, mas entre no mínimo investidores transnacionais, Estados e sociedade internacional²¹. Direito internacional porque de alguma forma parece haver comportamento de sujeitos de direito internacional em obediência a um sistema e valores da

²¹ “The The Iwokrama International Centre for Rainforest Conservation and Development mandate is to protect and monitor the Iwokrama forest on behalf of Guyana and the international community, under the auspices of the Commonwealth”. Disponível em <http://canopycapital.co.uk/faq/index.html>, acessado em junho de 2008.

sociedade internacional. Normas tentam gerar comportamento estatal muito embora haja quem reconheça que a maioria dos Estados obedecem regras internacionais sistêmicas mais em atenção aos outros Estados do que às normas em si²². No caso estudado, o comportamento não obedece à existência da norma, nem à atenção alguma a outros Estados num contexto sistêmico. Logo, o propósito resulta da simbiose entre o idealismo ambientalista e o benefício econômico cujo resultado coincide com disposições políticas do regime ambiental.

O caso da tutela da floresta de Iwokrama oferece então dados específicos: a República da Guiana coopera com a proteção de florestas nativas por dois motivos: porque isto cumpre com o dever Estatal de proteção do meio ambiente segundo standards internacionais e também porque isto oferece um benefício econômico real e imediato. Investidores privados por sua vez cooperam com a promoção do regime ambiental porque isto significa garantir a segurança energética e alimentar mundial e porque a indexação das florestas combinada com a tutela privada das mesmas pode vir a se tornar em médio ou longo prazo um negócio milionário.

Ainda sobre a geração de comportamento estatal são necessárias algumas considerações. Ao avaliarmos que o regime ambiental é em parte orientado por normas de direito internacional é necessário reconhecer que há muito desacordo sobre o papel da lei nas relações internacionais. Perguntar por que países criam normas e concluem acordos e agem segundo normas é uma questão relevante para a análise de relações internacionais principalmente porque quando Estados se comportam conforme os regimes isto parece ser fortuito ou ser motivado por motivos outros do que o acordo em si. Este tipo de análise do comportamento de atores estatais incita a busca por outras causalidades para a motivação do comportamento Estatal que embora coincidente com o que estipula a norma dela não obtém o impulso suficiente para o movimento do ente público.

Este parece ser o caso da República da Guiana. É verdade que o país comporta-se segundo o regime ambiental internacional, mas por outro lado a narrativa do caso desvela que cooperar para a manutenção da floresta tropical obedece a uma proposta de investidores privados a qual oferece benefícios imediatos para o país. Muito embora a Guiana seja vulnerável ao aquecimento global o engajamento em negociações e tratados vinculados ao regime ambiental não são causas suficientes para aprimoramento de mecanismos de

²² A este respeito conferir FRANCK, 1988. O estudo de Thomas Frank na realidade conduz a conclusões que possibilitariam relacionar o benefício econômico com a legitimidade nas relações internacionais. Não que o lucro em si seja o fator legitimador de regras internacionais, mas porque motivaria atores internacionais a cumprir normas e, portanto participaria num sistema de vantagens que tem sido relacionado com o tema da legitimidade.

proteção ambiental. A questão colocada nesta segunda ótica de análise é que se considerarmos o motivo pelo qual a Guiana se comporta em determinado sentido parece ser menos pela observação da lei internacional, por uma nova agenda internacional ou idealismo²³. Antes de considerarmos pessimista este tipo de aproximação o caso merece a pergunta: isto é lei ou política?

Se formos perguntados por que a República da Guiana se comporta de maneira determinada no caso estudado somos levados a responder que possivelmente interesses políticos como a coesão social, o investimento direto estrangeiro, o amparo às comunidades indígenas e a 'terceirização' eficiente do manejo ambiental são fatores que exercem forte influência na decisão estatal. Outra resposta mais evasiva, mas não menos eficiente deságua em outra pergunta: por que não aceitar? Se perguntarmos por que investidores comportam-se desta maneira parece não ser necessário ater-se ao caso em específico; a possibilidade do lucro, o interesse estratégico corporativo e talvez o idealismo. Por fim, se perguntarmos por que atores internacionais poderiam vir a cooperar com a proposta do projeto econômico-ambiental da Canopy Capital a resposta é: porque são motivados pelo medo das conseqüências de não cooperar ou por idealismo altruísta. Neste último caso a questão ambiental vinculada diretamente à segurança alimentar e energética não é matéria para altruísmo vazio já que se situa na própria viabilidade da espécie humana.

O terceiro aspecto a ser mencionado é o da participação do setor privado em temas afetos aos regimes internacionais, particularmente a tutela ambiental. Em particular a privatização da guerra tem merecido a atenção de pesquisadores²⁴. Ora a contratação de mercenários em guerras é um fenômeno antigo, mas as conseqüências desta atuação para os direitos humanos e para direito humanitário é nova porque a dinâmica do direito penal internacional é recente. Além disso, o direito internacional contemporâneo ainda é um corpo normativo destinado predominantemente a Estados. A privatização - ou atuação de investidores privados - em temas ambientais encontra não raras vezes barreira nas legislações estatais e as conseqüências jurídicas deste tipo de atividade possui pouca ou nenhuma previsão em instrumentos internacionais.

A postura americana à qual a primeira parte deste trabalho dedicou alguns parágrafos é elucidativa no contexto das três análises oferecidas. Se o meio ambiente é de tal forma interdependente que a segurança americana em termos energéticos, ambientais e alimentares, pode ser ameaçada; por que então os EUA não apóiam com maior ênfase o regime ambiental? Três

²³ A respeito dos critérios utilizados neste parágrafo conferir HENKIN, 1979.

²⁴ Ver o projeto do Instituto Universitário Europeu, sob a supervisão do Prof. Francesco Francioni, financiado pela União Européia, em http://www.iue.it/AEL/Projects/PRIV_WAR.shtml.

explicações parecem ser viáveis, (i) ou não há ainda um convencimento suficiente desta interdependência conforme a visão apregoada pela Canopy Capital - dentre os setores politicamente influentes da sociedade americana; ou (ii) há este convencimento, mas exigir a conservação das florestas tropicais tem o custo da exigência pela comunidade internacional do maior comprometimento com o regime ambiental ou, (iii) não há necessariamente uma lógica entre a ameaça ambiental e o comportamento estatal dos EUA, ou seja, procurar sistematizar este fenômeno seria atribuir racionalidade a algo que não a possui.

As últimas considerações desta sessão pretendem dedicar-se às particularidades do caso estudado. Por particularidades entende-se a compreensão do porquê o projeto da Canopy Capital ser implementado na República da Guiana. A resposta a esta pergunta oferece elementos que permitem antecipar a viabilidade de exportação do modelo. Neste caso, o fato não se restringe a Iwokrama ser uma das quatro maiores florestas tropicais intactas do mundo. Laços culturais e políticos são elementos importantes para a disposição do acordo e êxito do projeto, dentre os quais se destacam a língua inglesa, o papel da Commonwealth, o apoio do príncipe de Gales e os benefícios do Poder Executivo advindas das externalidades positivas do empreendimento²⁵.

CONCLUSÕES PRELIMINARES

As conclusões preliminares a que este artigo pode chegar são que a tutela da floresta de Iwokrama na República da Guiana pela empresa Canopy Capital responde a uma relação de vantagens comparativas entre investidores e atores políticos internos. Para compreender-se o conjunto do fenômeno da tutela florestal promovida por investidores privados em um pequeno país no pólo setentrional da América do Sul é necessário, contudo também identificar o comportamento e os reais interesses dos investidores. Neste momento isto não é possível e em termos acadêmicos talvez nunca o seja. Se o interesse dos investidores reside nos dividendos da economia ambiental e na consolidação da estratégia de indexação das florestas, enfim, se este recente fenômeno nas relações internacionais expandir-se, uma maior quantidade de dados possibilitará estudos mais rigorosos.

²⁵ Nas palavras do representante dos investidores: "In Iwokrama you have the head of state who's supportive, you have 12 years international governance, you have the partnership with the Commonwealth, you have the patronage of the Prince of Wales, you have the English language, you have the rule of law, and you've got a country basically half way between Brazil and the United States that has very dense, very rich, and very beautiful forests. If you can't make something work in Guyana, I'm not sure you are going to ever make it work anywhere. So that's a long-winded way of saying why it has to be Guyana." (BUTLER, 2008)

Isto explica em parte o comportamento do Brasil em relação à tentativa de investimentos na floresta amazônica brasileira não obstante admitir a tutela privada por parte de investidores estrangeiros não significar admitir a falência do Estado em cumprir este papel. Ao contrário, a responsabilidade pelo desenvolvimento sustentável em primeiro lugar é resultado de opções políticas estatais. No Brasil as disposições constitucionais e legais, as recentes crises políticas envolvendo a pasta do Meio Ambiente, o caos dos interesses corporativos, a inconclusividade do mapeamento cartográfico amazônico são alguns dos elementos que apontam para a improbabilidade do acolhimento deste tipo de investimento em médio prazo.

A proteção de valores ambientais não pode ser retirada do contexto explicativo apesar de investidores moverem-se pela probabilidade senão pela certeza dos lucros. A tutela de florestas por investidores raramente dissocia-se do discurso ambientalista o que no mínimo possui caráter de legitimação frente a atores políticos nacionais, transnacionais e internacionais. Neste contexto, destacam-se três conclusões preliminares a partir da análise do caso estudado.

1) Na medida em que avançarem os resultados de pesquisa sobre o aquecimento global e em particular sobre a relação deste com o desmatamento de florestas tropicais no sentido de aumentar a percepção da ameaça ambiental no contexto de uma sociedade globalizada e interdependente, maior a probabilidade de lucros em investimentos por parte de setores corporativos. O terror quanto à iminência de desastres ecológicos, crise na produção de alimentos e escassez de chuva para as hidroelétricas aumenta a disposição dos investidores privados nos fundos de manejo sustentável das florestas tropicais;

2) A possibilidade de êxito das novas tendências de investimento em tutela e manejo sustentável de florestas tropicais favorecerá a aplicação da indexação das florestas segundo os critérios como biodiversidade, participação de povos indígenas, volume de créditos de carbono, etc. A efetividade dos lucros é um fator de geração de comportamento de atores internacionais já que os fundos de investimento privados negociam diretamente com Estados na forma de oferta de Investimento Direto Estrangeiro IDE. O idealismo quanto à conservação ambiental pode participar nos vetores de causalidade de investidores e Estados. Difícil é sustentar que os ativos do IDE e o retorno dos lucros a partir dos créditos de carbono, resultados de pesquisa e valorização do empreendimento não sejam os elementos de atratividade para a expansão do modelo, ou seja, para a maior participação de investidores ou para o aparecimento de outros fundos de investimento semelhantes;

3) As particularidades políticas e culturais da Guiana indicam que o êxito do modelo no país não necessariamente o credencia à exportação. Outros

países da América Latina e África possuem características próprias que podem causar conforme já ocorreu inércia na aceitação de projetos nos moldes da Canopy Capital. Por exemplo, o Brasil possui a maior extensão de floresta tropical do mundo, setores nacionalistas com influência parlamentar considerável e talvez o ativo oferecido não seja atraente na comparação entre PIB e IDE. Assim, não somente o êxito da tutela das florestas na República da Guiana, mas também o próprio desenvolvimento político do sistema de crenças da economia-ambiental internacional e o comportamento dos parlamentos nacionais acerca da matéria definirão a moldura do sistema de terror-lucro dos fundos de investimento em florestas tropicais. Afinal, eles estão nesta somente por causa do dinheiro; ou não?

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Paulo Roberto. *Teses sobre o novo império e o cenário político-estratégico mundial: os Estados Unidos e o Brasil nas relações internacionais*. Disponível em: [http:// Meridiano47.info/](http://Meridiano47.info/). Acessado em 31/05/2008.

BRAHIC, Catherine. *Investor puts his money into he rain forest*. Disponível em: <http://enviroment.newscientist.com>. Acessado em 27/04/2008.

BRUNÉE, Jutta. The United States and International Environmental Law: Living with an Elephant. In: *European Journal of International Law*. Vol. 15, no. 4, 2004. pp. 617-649.

BUTLER, Rhett A.. *Investing to save forests: an interview with Hylton Murray-Philipson of Canopy Capital*. Disponível em [http:// news.mongabay.com/2008/0402-hylton_interview.html](http://news.mongabay.com/2008/0402-hylton_interview.html). Acessado em 27/04/2008.

CASTRO, Eduardo Viveiros de. *A inconstância da alma selvagem e outros ensaios de antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2002.

CORBIN, Robert H. O.. Guiana: impacto da política externa sobre os desafios do desenvolvimento. In: *Revista DEP: Diplomacia, Estratégia e Política*, nr. 08 (outubro/dezembro de 2007). Brasília: Projeto Raul Prebisch, 2007.

EFSTATHIOU JR., Jim. *Rainforest Saviors are Investors Betting Jungle Value (Update1)*. Disponível em: <http://www.bloomberg.com/apps/news>. Acessado em 27/04/2008.

FEARNSIDE, Phillip M.. *Indigenous People as providers of environmental services in Amazonia: warning signs from Mato Grosso*. Disponível em: <http://conserveonline.org/workspaces/redd/cobenefits>. Acessado em 02/06/2008.

FRANCK, Thomas. M.. *Legitimacy in International System*. In: *The American*

Journal of International Law. Vol. 82, nr. 4, oct. 1988, pp. 705-759.

GRIFFFITHS, Tom. *Seeing REED? Avoided Deforestation and the rights of indigenous peoples and local communities*. [2007] Disponível em: <http://conserveonline.org/workspaces/redd/cobenefits>. Acessado em 02/06/2008.

GRUBB, Michael. The economics of the Kyoto Protocol. In: *World Economics*, Vol. 4 No. 3 JulySeptember 2003. pp. 143-189.

HENKIN, Louis. *How nations behave*. 2nd. edition. New York: Columbia University Press, 1979.

HENKIN, Louis. International Human Rights Standards in National Law: The Jurisprudence of the United States. In: CONFORTI, B.; FRANCONI, F. (eds.). *Enforcing International Human Rights in Domestic Courts*. London: Ed. Martinus Nijhoff, 1997.

HOWDEN, Daniel. *Million acres of Guyanese rainforest to be saved in groundbreaking deal*. Disponível em: <http://www.independent.com.uk/environment/climate-change/million-acres-of-guyanese-rain>. Acessado em 27/04/2008.

KAPPOS, Valerie; HERKENRATH, Peter; MILES, Lera. *Reducing emissions from deforestation: a key opportunity for attaining multiple benefits*. [2007] Disponível em: <http://conserveonline.org/workspaces/redd/cobenefits>. Acessado em 02/06/2008.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. *Power and interdependence*. 2o ed. Glenview: Foresman and Company, 1985.

KEOHANE, Robert. *After hegemony: cooperation and discord in the world political economy*. New Jersey: Princeton University Press, 1984.

KNIGHT, Matthew. *Valuing the rainforest*. Disponível em <http://www.printthis.clickability.com>. Acessado em 27/04/2008.

MOREIRA, Felipe Kern. *A Amazônia internacionalizada: considerações sobre a fronteira setentrional*, disponível em <http://meridiano47.info/2007/12/13/amazonia-internacionalizada-consideracoes-sobre-a-fronteira-setentrional-por-felipe-kern-moreira/>. Acessado em 20/12/2007.

NORDHAUS, W.D.; BOYER, J.G.. *Requiem for Kyoto* [KYOTO ECON 020299.DOC] February 8, 1999. Disponível em <http://www.unfccc.de/>. Acessado em abril de 2008.

NYE, Joseph. *O paradoxo do poder americano: por que a única potência não pode prosseguir isolada*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

PESKET, Leo; BROWN, David; LUTTRELL, Cecilia. *Can payments for avoided deforestation to tackle climate change also benefit the poor?* [2006] Disponível em: <http://conserveonline.org/workspaces/redd/cobenefits>. Acessado em 02/06/2008.

RAMPERSAUD, Rajendra. Economia da Guiana: avaliação e projetos. In: *Revista DEP: Diplomacia, Estratégia e Política*, nr. 07 (julho/setembro de 2007). Brasília: Projeto Raul Prebisch, 2007.

REPUBLIC OF GUYANA. Ministry of Foreign Affairs. *Review of Guyana's Foreign Trade*. Disponível em <http://www.moftic.gov.gy/Publications/TrdRev2005.pdf>. Acessado em junho de 2008.

SOUZA, Hugo. *Em nome dos índios ou de Bolívar, Brasil corre o risco de diminuir*. Disponível em disponível em <http://www.opiniaoenoticia.com.br/>. Acessado em 25/01/2008.

The Economist. *Racing to hug those trees as UN efforts to save the forests grind on, a range of alternatives is on offer*. Disponível em: <http://www.economist.com/world/internacional>. Acessado em 27/04/2008.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. *Resolution AG/RES/60/204. Role of United Nations in promoting development in the context of globalization and interdependence*. Approved in 22 December 2005.

UNITED NATIONS ORGANIZATION. A/CN.4/L.682. *Fragmentation of International Law: difficulties arising from the diversification and expansion of International Law. Report of the Study Group of the International Law Commission*. Approved in 13 April 2006.

WALSH, Bryan. *On the market: a whole rain forest*. Disponível em <http://www.time.com/time/health/article/0,8599,1726381,00.html>. Acessado em 15/04/2008.

